



GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019

ORÇAMENTO
2016

MAPA DE PESSOAL
2016



INDICE

Parte I

Relatório- Apresentação e Fundamentação da Política Orçamental.....	2
1 – Grandes Opções do Plano para 2016.....	2
1.1 – Enquadramento.....	2
1.2 – Linhas Gerais Atuação.....	3
3 – Considerações Finais	6

Parte II

2 – Orçamento - Gestão Financeira.....	9
Nota Introdutória.....	9
2.1 – Orçamento da Receita.....	10
2.2 – Orçamento da Despesa.....	11
2.3 – Análise das Receitas.....	12
2.3.1 – Receitas Correntes.....	12
2.3.2 – Receitas de Capital.....	13
2.3.3 – Receita Global.....	15
2.4 – Análise das Despesas.....	16
2.4.1 – Despesa Corrente.....	16
2.4.2 – Despesas de Capital.....	18
2.4.3 – Despesa Global.....	20
3 - Mapa de Pessoal.....	59
4 – Normas de execução do orçamento.....	65
Capítulo I.....	65
Âmbito e princípios genéricos.....	65
Capítulo II.....	68
Receita Orçamental.....	68
Capítulo III.....	70
Despesa Orçamental.....	70
Secção I.....	70
Princípios e regras.....	70
Secção II.....	74
Autorização da despesa.....	74
Secção III.....	75
Procedimentos e regras especiais para a realização da despesa.....	75
Secção IV.....	76
Celebração e formalização de contratos e protocolos.....	76

Capítulo IV.....	76
Disposições Finais.....	76

Anexos

Orçamento das Entidades Participadas

Mapa das Entidades Participadas

Circular N° 86/2015-PB da ANMP

INDICE DE MAPAS

Mapas das Grandes Opções do Plano

Grandes Opções do Plano 2016-2019.....	23
Resumo do Plano Plurianual de Investimentos 2016-2019.....	29
Plano Plurianual de Investimentos 2016-2019.....	30
Resumo do Plano de Atividades Municipal 2016-2019.....	34
Plano de Atividades Municipal 2016-2019.....	35

Mapas do Orçamento 2016

Resumo do Orçamento.....	41
Resumo das Receitas e das Despesas.....	42
Orçamento da Receita.....	44
Orçamento da Despesa.....	49

Aprovação do Orçamento 2016 e Grandes Opções do Plano 2016-2019

Proposta de Deliberação

Considerando:

1. Compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e a proposta de Orçamento;
2. Com entrada em vigor da Lei 35/2014, de 20 de junho, o mapa de pessoal é aprovado conjuntamente com o orçamento, contendo a totalidade dos postos de trabalho necessários para cumprimento das atividades de natureza permanente ou temporária a desenvolver durante a execução do orçamento.

Proponho que a Câmara delibere:

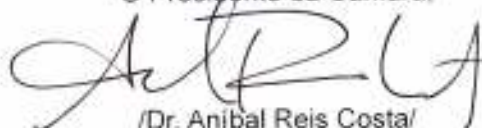
1. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea 1) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei aprove as Opções do Plano para o quadriénio 2016-2019 e o Orçamento para 2016.

A composição do Orçamento para ano 2016 obedece ao disposto no art.º 46.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro:

- Relatório que contem a apresentação e a fundamentação da política orçamental;
- Mapa resumo das receitas e das despesas da autarquia;
- Mapa das receitas e despesas, desagregado, segundo a classificação económica;
- Articulado que contém normas para executar o orçamento;
- Mapas das Grandes Opções do Plano;
- Mapas do orçamento;
- Anexos:
 - mapa das entidades participadas;
 - orçamento de entidades participadas;

2. nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, os termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, aprove o Mapa de Pessoal para 2016,

O Presidente da Câmara,


/Dr. Aníbal Reis Costa/

Este fascículo é constituído por 160 páginas, incluindo esta

Órgão Executivo

Órgão Deliberativo

Em 30 de outubro de 2015

1) Aprovadas as G.O.P.s 2016-2019 e o
orçamento para o ano 2016. Abstenção
do V.M. João Inês e do V.M. Lameira Henriques (CDU)
Envia-se Assembleia Municipal 8/ deliberação.

2) Orçamento 2016 e Grandes Opções do Plano 2016-2019



GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019





MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ALENTEJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CERTIDÃO

João Pedro Brites Raposo Alexandre, Assistente Técnico da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, designado para prestar apoio administrativo à Assembleia Municipal,

Certifica que a Assembleia Municipal na sua sessão ordinária do dia 2 de dezembro de 2015, deliberou por maioria aprovar os Grandes Opções do Plano 2016-2019 e Orçamento para o ano de 2016, no valor de dez milhões, setecentos e quarenta e um mil, novecentos e setenta e dois euros.

Por ser verdade e fins convenientes, passei a presente certidão que assino e autentico com o carimbo a óleo desta Assembleia Municipal.

Ferreira do Alentejo, 3 de dezembro de 2015.

O Assistente Técnico,



João Pedro Brites Raposo Alexandre

MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ALENTEJO

Câmara Municipal

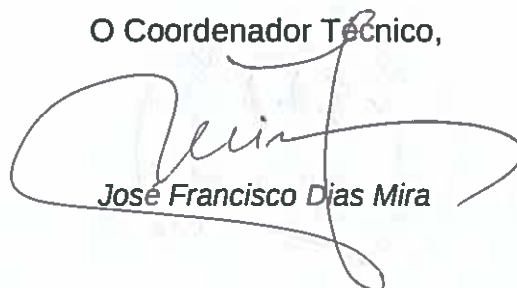
Certidão

José Francisco Dias Mira, Coordenador Técnico da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo **certifica que a Câmara Municipal** na sua reunião extraordinária realizada no dia 30 de outubro de 2015, *aprovou por maioria, com a abstenção dos Vereadores da CDU, Sr. João Fragoso e da Vereadora Lourdes Hespanhol, as GOPs para 2016-2019 e o orçamento para 2016 e remeter à assembleia municipal para deliberação.*

Por ser verdade e fins convenientes, passei a presente certidão que assino e autentico com o selo branco em uso neste Município.

Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, 30 de outubro de 2015.

O Coordenador Técnico,



José Francisco Dias Mira

PARTE I

Relatório - Apresentação e Fundamentação da política orçamental

1. Grandes Opções do Plano para 2016

1.1 Enquadramento

A elaboração deste documento ocorre num período de enormes incertezas quanto ao futuro, quer a nível de Orçamento de Estado, não se sabendo ainda, nesta altura, se será aprovado, quer a nível de financiamentos comunitários através do Quadro Comunitário Portugal 2020, programa que teve teoricamente o seu início em 2014, mas que na prática ainda não se materializou em investimentos, muito por culpa da excessiva burocracia que o envolve.

Nunca será demais referir que desde o ano 2008 vivemos uma crise económico-financeira mundial, sem paralelo na nossa história recente, que se agudizou sobretudo nos anos 2011 e 2012 e atingiu todos os sectores de atividade, tendo a nossa economia entrado numa espiral recessiva da qual ainda não saiu, apesar de alguns, poucos, afirmarem que o pior já passou.

No Sector Público, e em especial nas Autarquias Locais o impacto dessa recessão foi especialmente sentido, e de forma muito significativa, principalmente nos municípios do interior, onde as autarquias locais são, infelizmente, o centro de toda a atividade económica local.

A Administração Central reduziu nos últimos anos as transferências de verbas para a Administração Local. Estas reduções têm afetado toda a atividade municipal, já que a dependência destas transferências por parte de municípios como o de Ferreira do Alentejo é enorme face à arrecadação de receitas próprias, como é do conhecimento de todos. O ano 2015 foi uma exceção nas reduções verificadas desde o ano 2011, tendo sido transferidos mais 300.000,00 € comparativamente ao ano 2014, mas que não compensam, de maneira nenhuma, os mais de 2 milhões de euros, que entretanto foram subtraídos.

Também as receitas próprias, nomeadamente Taxas e Outras Receitas Municipais, que dependem exclusivamente da “economia local”, com a conjuntura que vivemos, sofreram uma brutal quebra e o aumento geral dos preços dos bens e serviços, inflacionado pelo aumento colossal dos impostos a entregar ao Estado (Administração Central), sobrecarregaram os últimos orçamentos municipais.

O quadro descrito manteve-se em 2015 e afetou, como já foi dito, enormemente toda a atividade municipal, exigindo, uma vez mais, do executivo municipal, prudência, rigor e determinação na realização dos vários projetos.

No Quadro Comunitário de apoio - QREN 2007-2013 – que será encerrado no final 2015 – foram obtidos, para os mais variados projetos, financiamentos comunitários que rondaram os 2,3 milhões de euros, tendo a Câmara Municipal procurado sempre que esses projetos fossem ao encontro das efetivas necessidades das pessoas, assegurando a sua sustentabilidade, quer financeira, quer dos serviços prestados aos munícipes.

1.2 Linhas Gerais de Atuação

O Orçamento de 2016 e Grandes Opções do Plano 2016-2019, foram elaborados considerando o contexto macroeconómico dos últimos anos, cujos efeitos negativos continuam ainda a afetar a atividade municipal.

Com a entrada em vigor em 2014 da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, que veio a estabelecer o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei das Finanças locais) e a Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, com o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, que já vem sendo aplicada desde 2012, o quadro legal em que são elaborados estes documentos previsionais são bastante restritivos.

Este quadro legal continuará a ser muito condicionador nos domínios do endividamento municipal (de médio/longo prazo e líquido), na linha dos anteriores e que têm tornado o controlo da Gestão Financeira da Autarquia cada vez mais determinante na prossecução dos objetivos traçados.

Para além das dificuldades resultantes da aplicação deste quadro legal extremamente exigente, também a instabilidade política e governativa que vivemos não nos permite otimismo quanto ao Orçamento do Estado para 2016, uma vez que ainda não conhecemos o documento nem tão pouco as suas linhas orientadoras, prevendo-se até a possibilidade de em 2016 a gestão do Estado ocorrer por duodécimos, ficando o presente Orçamento de 2016 e Grandes Opções do Plano 2016-2019 para a Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo marcado pela incerteza.

Continua a subsistir uma total indefinição quanto à utilização e aproveitamento do novo Quadro de Apoio Comunitário – Portugal 2020, com a agravante de já terem passado dois anos sobre a sua entrada em vigor (2014) e até ao momento não terem sido disponibilizados quaisquer apoios para os vários projetos que temos em carteira e que já poderiam ter sido iniciados.

Neste contexto, ainda mais exigente que o do ano anterior, onde “reina” a incerteza, importa sublinhar o peso que a **amortização e pagamento de juros de empréstimos** têm no presente orçamento, perfazendo cerca de 600.000,00 (seiscentos mil euros). Assumimos, desde a primeira

hora, que continuaríamos a honrar todos os compromissos que foram estabelecidos ao longo dos últimos vinte anos.

Para além da amortização e pagamento de juros de empréstimos, a CMFA tem vindo a contribuir, desde 2015, para a constituição do **Fundo de Apoio Municipal**, dividido em 7 prestações anuais de cerca de 71.000,00€ e cuja contribuição municipal atingirá no final cerca de **500.000,00 €**. Trata-se de uma contribuição obrigatória com o objetivo de ajudar à recuperação financeira dos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira.

No Orçamento de 2016, as **Freguesias**, continuarão, como foi sempre por nós referido, pilares importantes na estratégia de desenvolvimento do nosso Concelho, a ser apoiadas no âmbito dos protocolos de delegação de competências, mantendo-se em vigor **os valores executados no ano anterior**.

Continuaremos a apoiar a **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ferreira do Alentejo**, havendo necessidade de destacar a atualização de valores previstos no protocolo de colaboração, depois de vários anos sem qualquer alteração.

O **Desenvolvimento Económico**, assumido como determinante para o sucesso do nosso território, continua a ser uma aposta deste executivo, nomeadamente através do Ninho de Empresas/CEDEC – Centro de Desenvolvimento Económico e Captação de Investimento, criando oportunidades para o empreendedorismo e valorização das potencialidades endógenas, assim continuará a procurar, a exemplo do que tem sido feito nos últimos anos, captar mais investimentos privados, geradores de riqueza e criadores de emprego para o nosso Concelho.

A promoção do território municipal, assente na estratégia **“FERREIRA DO ALENTEJO NO CENTRO DO QUE É IMPORTANTE/CAPITAL DO AZEITE”**, cujas potencialidades são atualmente reconhecidas e aproveitadas, continuarão merecer, por parte do executivo municipal, a maior atenção. O corolário desta estratégia é o elevado volume de investimentos privados que nos últimos anos têm vindo a ser realizados no nosso Concelho, e que nos dão mais alento para continuarmos este caminho, que certamente trará mais de desenvolvimento económico e consequentemente mais emprego.

Ferreira do Alentejo, enquanto Concelho, irá comemorar, em 2016, **500 anos de existência**. A CMFA, ciente da responsabilidade na comemoração desta importante efeméride, irá promover, em conjunto com freguesias e outras entidades públicas e privadas, diversas iniciativas que valorizem o orgulho de **"ser ferreirense"** e que procurem associar a população do Concelho a este marco importante da nossa História coletiva. Será, pois, um momento importante que merecerá, da parte do Município grande empenho e envolvimento direto.

Continuaremos a apostar na **Feira de Ferreira** e nos Jogos Desportivos, assim como serão realizadas ao longo do ano as mais diversas atividades culturais e desportivas realizadas ou apoiadas pela Câmara Municipal e os apoios às coletividades **culturais, desportivas, cívicas e ambientais** merecerão sempre a melhor atenção.

Como é do conhecimento de todos, a Câmara Municipal tem, nos últimos anos, procurado, com sucesso, utilizar as **comparticipações financeiras da União Europeia** para a concretização da maioria dos seus projetos.

As participações comunitárias têm nos últimos anos assumido uma importância incontornável na realização dos investimentos municipais, uma vez que a possibilidade de financiamento junto da banca através de empréstimos de médio/longo prazo se tornou praticamente impossível.

Continuaremos a utilizar as **comparticipações financeiras da União Europeia**, apesar dos constrangimentos já referidos anteriormente quanto aos atrasos e indefinições do Quadro Estratégico Comum – Portugal2020, na concretização de muitos dos projetos incluídos neste documento.

Assim, e a exemplo do que já foi identificado em 2015, destacamos como principais eixos de intervenção e que serão objeto de candidatura a Fundos Comunitários:

- Requalificação/Regeneração Urbana;
- Modernização Administrativa;
- Eficiência Energética em Edifícios Municipais;
- Refuncionalização de Edifícios Municipais; e
- Programa de Recuperação de Edifícios e Espaços Escolares.

No âmbito do programa “**Ferreira Sustentável**”, concluídas que estão as instalações de novas ETAR’S em várias localidades do Concelho, foi mantida em PPI – Plano Plurianual de Investimento a construção de uma nova ETAR para Ferreira do Alentejo, projeto que, devido a vários constrangimentos, não foi possível iniciar em 2015. A sua construção estará sempre dependente de financiamento comunitário, sendo objeto de candidatura ao POSEUR – Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos. A construção deste equipamento custará cerca de 1.000.000,00 € (um milhão de euros) e só será possível executar, como já foi referido com financiamento comunitário.

O **Ambiente** tem sido, e será sempre, uma preocupação constante da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo. Nos últimos anos foram **remodeladas, reabilitadas ou instaladas novas ETAR'S por todo o Concelho**. Estes investimentos, só com paralelo nos primeiros anos do pós 25 de Abril, contribuirão para uma melhoria significativa da qualidade de vida das populações que irão servir, assim como darão um importante contributo para a sustentabilidade ambiental.

Também no âmbito do Programa “Ferreira Sustentável” destacamos o peso que as despesas com a **Recolha de Resíduos Sólidos, a Água, o Saneamento e a Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes** têm neste Orçamento, cujas dotações iniciais atingem o valor de 650.000,00 € (seiscentos e cinquenta mil euros).

A Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, como tem vindo fazer nos últimos anos, continuará a desenvolver com grande empenho o programa “**Ferreira Solidária**” nas suas várias vertentes e a prestar o apoio social aos mais carenciados, principalmente em períodos de grandes dificuldades, como aquele que atravessamos, seja através de serviços como a **Loja Social**, o **S.A.I. - Serviço de Apoio ao Idoso** e o **G.I.P. - Gabinete de Inserção Profissional**, ou através de programas como o **Ferreira +Perto**, **Programas Ocupacionais** e o **Programa Viver Melhor**.

Na **Educação** destacamos a continuação do apoio ao funcionamento aos estabelecimentos do 1.º Ciclo e Pré-Escolar, bem como a continuação dos Transportes Escolares para todos os alunos que dele necessitem.

A Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo **tem vindo a assumir a responsabilidade**, desde 2009, nos termos do Contrato de Execução de Transferência de Competências em Matéria de Educação celebrado com o Ministério da Educação, **da Gestão do Pessoal Não Docente**, bem como de todos os **Espaços Escolares**, responsabilidade essa que tem um peso no Orçamento Municipal para 2016 de cerca de 900.000,00 € (novecentos mil euros).

Os **Recursos Humanos, os Transportes, a Energia e os Combustíveis** continuarão a representar quase 50% do total do orçamento, o que condiciona de forma relevante toda a atividade municipal.

1.3 Considerações Finais

Assistimos, nos últimos anos, a um aumento geral dos preços, nomeadamente na energia, nos transportes e nos combustíveis, assim como a um aumento dos impostos, com especial destaque para o IVA.

As Receitas Municipais, pelo contrário, sofreram uma redução muito significativa, redução essa que no caso da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo representou, em valor acumulado, mais de 2 milhões de euros, nos últimos 4 anos.

O contexto político, social e económico em que é elaborado este Orçamento de 2016 e GOP's 2016-2019, com enormes incertezas quanto ao futuro, sem se conhecerem as linhas orientadoras para o Orçamento de Estado de 2016, torna todo este exercício extremamente difícil.

O Quadro Comunitário de Apoio - Portugal 2020, programa que teve teoricamente o seu início em 2014, continua sem se materializar em reais investimentos, muito por culpa da excessiva burocracia que o envolve, afetando de forma negativa a atividade do Município.

Apesar da situação Social e Económica ser muito desfavorável, complexa e sem fim à vista e assistirmos a um crescente estrangulamento das Autarquias Locais desde o ano 2010, traduzindo isso no Orçamento Municipal mais reduzido dos últimos anos, é nossa obrigação continuar a tentar cumprir com os objetivos definidos no início do mandato.

Continuaremos com grande empenho, a dar o nosso contributo para o desenvolvimento social, económico e cultural do nosso Concelho, com a mesma determinação e o rigor de sempre, pois só assim poderemos superar as dificuldades que enfrentamos diariamente e sempre com o objetivo primeiro de servir as pessoas, JUNTOS PELA NOSSA TERRA!



GESTÃO FINANCEIRA 2016



Parte II

2. Orçamento - A Gestão Financeira

Nota Introdutória

Com esta nota introdutória pretende-se possibilitar a verificação da sustentabilidade das soluções adotadas, clarificando a sustentação financeira das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2016.

A elaboração do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2016 obedeceu às seguintes considerações:

1. O POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, estabelece no seu ponto 3.3 um conjunto de Regras Previsionais, alteradas pelo Decreto-Lei nº84- A/2002, que devem ser obedecidas na elaboração dos Orçamentos das Autarquias Locais;
2. Foi aprovado, paralelamente, o Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro – Regime Jurídico dos Códigos de Classificação Económica das Receitas e Despesas Públicas, que estabelece alterações ao classificador económico constante do POCAL;
3. Através do SATAPOCAL (grupo de trabalho, na dependência da Direcção-Geral das Autarquias Locais - DGAL, criado com o objetivo de salvaguardar a uniformidade interpretativa das questões suscitadas pelas autarquias locais, propondo notas técnicas e propostas de modificações legislativas, em articulação com as orientações da Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública), foram promovidas, pontualmente, pequenas alterações àquele classificador, necessárias a uma mais correta contabilização das receitas e despesas orçamentais;
4. A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e que vigorará a partir de 1 de janeiro de 2014, vem trazer novas regras de equilíbrio orçamental. O art.º 40.º, n.º 2, vem impor que a receita corrente bruta cobrada deva ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo (cujo conceito se encontra definido no n.º 4 do mesmo art.º).

Por último, importa referir que a discriminação das receitas e das despesas, cuja análise se expõe nos pontos seguintes, pode ser verificada nos mapas do Orçamento e das Grandes Opções do Plano (PAM e PPI) .

2.1 -Orçamento da Receita

QUADRO SÍNTESE DA RECEITA

Rubricas	Valor	
	Orçamento para 2015	Orçamento para 2016
Total das Receitas Correntes	10.524.615,00	8.942.907,00
Total das Receitas de Capital	1.617.709,00	1.799.065,00
Total das Receitas	12.142.324,00	10.741.972,00

A Receita estimada para 2016 apresenta um decréscimo relativamente à estimativa efetuada para 2015, dando continuidade a uma trajetória de menor arrecadação como consequência da conjuntura económica e financeira que o país atravessa.

Se, por um lado, a receita corrente estimada apresenta um decréscimo de cerca de 15%, por outro estima-se um aumento da receita de capital (11,21%).

2.2 -Orçamento da Despesa

QUADRO SÍNTESE DA DESPESA

Rubricas	Valor	
	Orçamento para 2015	Orçamento para 2016
Total das Despesas Correntes	9.384.753,00	8.432.901,00
Total das Despesas de Capital	2.757.571,00	2.309.071,00
Total das Despesas	12.142.324,00	10.741.972,00

A Despesa prevista para 2016 é, obviamente, condicionada pela Receita que se prevê obter, pelo que tal como aquela apresenta um decréscimo relativamente aos valores estimados para 2015. Como se pode verificar, estima-se que grande parte desse decréscimo se verifique ao nível das despesas de capital em cerca 19%.

Note-se que a receita corrente e a receita de capital não figuram, no orçamento para 2016, em paridade com as despesas do mesmo tipo. Efetivamente, de forma a assegurar o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental estabelecida pela Lei n.º 73/2013, o orçamento municipal prevê que a receita corrente financie as amortizações de passivos financeiros, bem como, parte da restante despesa de capital.

2.3 - Análise das Receitas

2.3.1 -Receitas Correntes

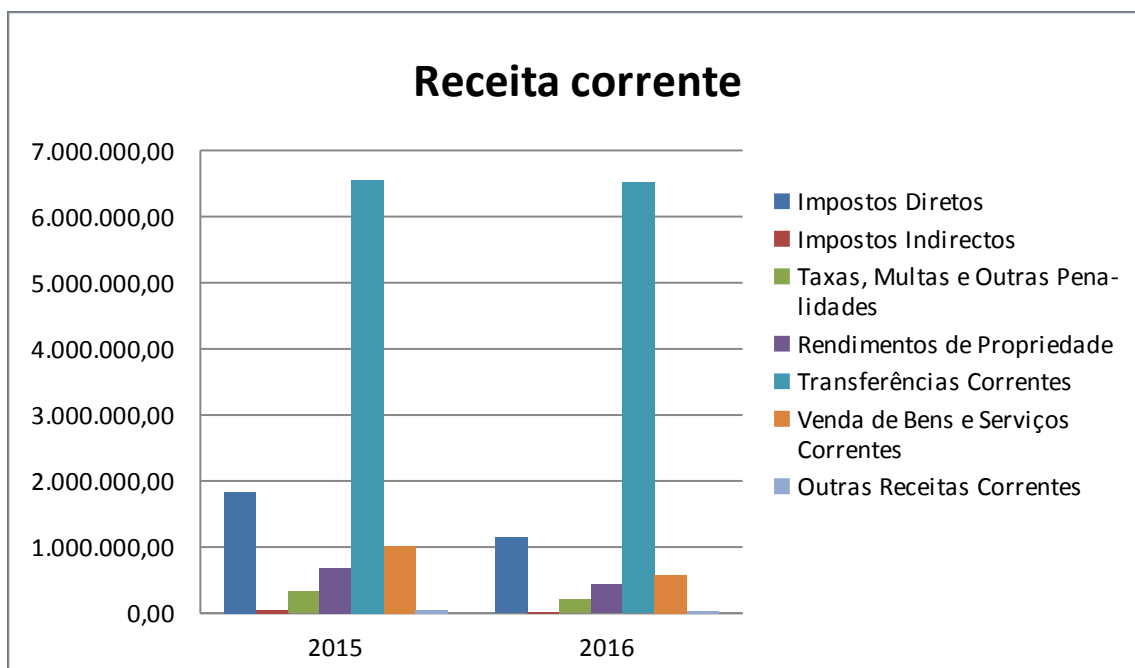
	Montante	%
Impostos Directos	1.149.010,00	12,85
Impostos Indirectos	19.682,00	0,22
Taxas, Multas e Outras Penalidades	204.823,00	2,29
Rendimentos de Propriedade	435.171,00	4,87
Transferências Correntes	6.517.964,00	72,88
Venda de Bens e Serviços Correntes	580.722,00	6,49
Outras Receitas Correntes	35.535,00	0,4
Total das Receitas Correntes	8.942.907,00	100

Apesar do Orçamento de contenção por parte do Estado para 2016, a estrutura da receita corrente do Município continua, à semelhança de anos anteriores, a revelar uma grande dependência de transferências com aquela origem.

Evolução das Receitas Correntes

Rubricas	Valor		
	2015	2016	Variação %
Impostos Directos	1.837.395,00	1.149.010,00	-37,47
Impostos Indirectos	49.415,00	19.682,00	-60,17
Taxas, Multas e Outras Penalidades	327.384,00	204.823,00	-37,44
Rendimentos de Propriedade	684.335,00	435.171,00	-36,41
Transferências Correntes	6.557.562,00	6.517.964,00	-0,60
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.016.623,00	580.722,00	-42,88
Outras Receitas Correntes	51.901,00	35.535,00	-31,53
Total das Receitas Correntes	10.524.615,00	8.942.907,00	-15,03

O quadro e o gráfico que se seguem permitem-nos fazer uma leitura da evolução da receita



Conforme se pode constatar, a receita corrente prevista para 2016 é inferior em cerca de 15% quando comparada com a que foi orçamentada para 2015, estimando-se um decréscimo de arrecadação de receita na ordem dos 1.581.708 € relativamente ao valor de 2015.

Esta situação explica-se, sobretudo, conforme atrás se referiu, pelo decréscimo dos Impostos Directos, Indirectos e Venda de Bens e Serviços Correntes.

2.3.2 - Receitas de Capital

	Montante	%
Venda de Bens de Capital	92.942,00	5,17
Transferências de Capital	1.706.122,00	94,83
Outras Receitas de Capital	1,00	0,00
Total das Receitas de Capital	1.799.065,00	100,00

Evolução das Receitas Capital

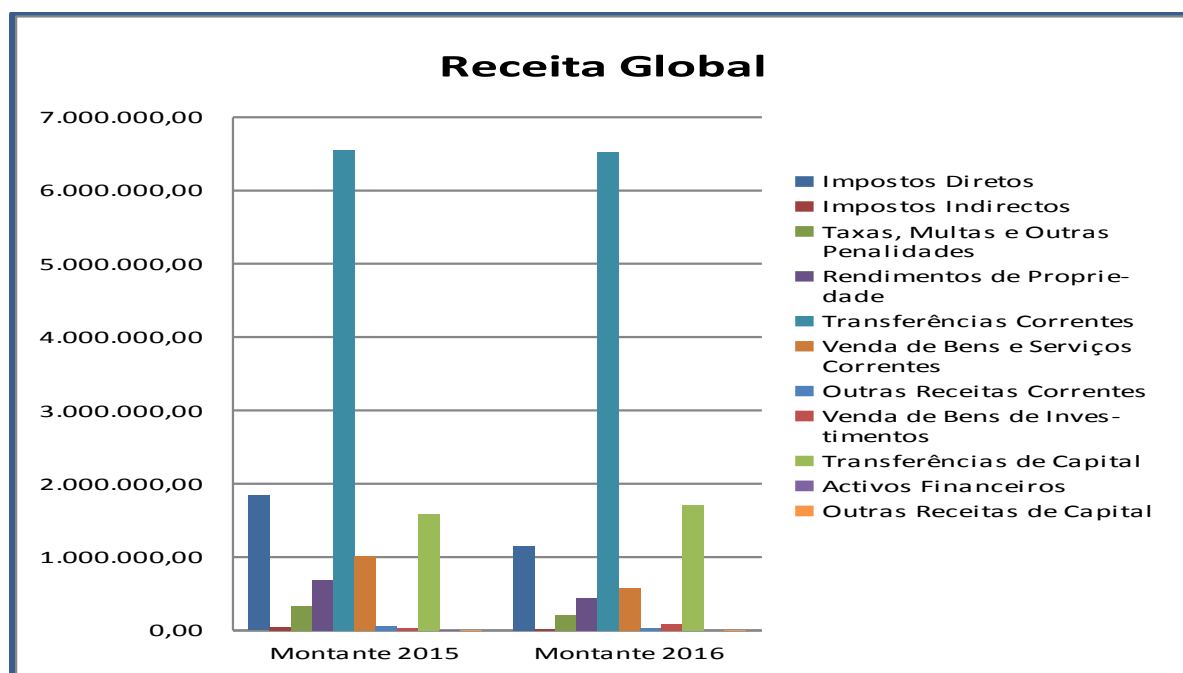
Rubricas	Valor		
	2015	2016	Variação %
Venda de Bens de Investimento	29.384,00	92.942,00	216,30
Transferências de Capital	1.588.210,00	1.706.122,00	7,42
Activos Financeiros	114,00		-100,00
Outras Receitas de Capital	1,00	1,00	0,00
Total das Receitas de Capital	1.617.709,00	1.799.065,00	11,21

Pela análise do quadro acima permite-nos perceber que o financiamento das despesas de capital é feito através do recurso a transferências de capital (onde se incluem as verbas relativas ao Fundo de Equilíbrio Financeiro de capital e as candidaturas a fundos comunitários) e à venda de bens de investimento.

O aumento das receitas de capital em cerca de 11%, está relacionado com aumento da receita proveniente da venda de bens de investimento e das transferências de capital, nomeadamente, Inalentejo e outros

2.3.3 - Receita Global

Rubricas	Valor			
	Orçamento para 2015		Orçamento para 2016	
	Montante	%	Montante	%
Impostos Directos	1.837.395,00	15,13	1.149.010,00	10,70
Impostos Indirectos	49.415,00	0,41	19.682,00	0,18
Taxas, Multas e Outras Penalidades	327.384,00	2,7	204.823,00	1,91
Rendimentos de Propriedade	684.335,00	5,64	435.171,00	4,05
Transferências Correntes	6.557.562,00	54,01	6.517.964,00	60,68
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.016.623,00	8,37	580.722,00	5,41
Outras Receitas Correntes	51.901,00	0,43	35.535,00	0,33
Total das Receitas Correntes	10.524.615,00	86,68	8.942.907,00	83,25
				0,00
Venda de Bens de Investimentos	29.384,00	0,24	92.942,00	0,87
Transferências de Capital	1.588.210,00	13,08	1.706.122,00	15,88
Activos Financeiros	114,00	0	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	1,00	0	1,00	0,00
Total das Receitas de Capital	1.617.709,00	13,32	1.799.065,00	16,75
				0,00
Total das Receitas	12.142.324,00	100,00	10.741.972,00	100,00



Em termos globais estima-se que, em 2016, as transferências representem mais de 76% das Receitas Totais previstas, assumindo os fundos provenientes do Orçamento do Estado um papel preponderante

2.4-Análise das Despesas

2.4.1- Despesa Corrente

	Montante	%
Despesas com Pessoal	4.376.540,00	51,90
Aquisição de Bens e Serviços	3.084.180,00	36,57
Juros e Outros Encargos	56.781,00	0,67
Transferências Correntes	785.400,00	9,31
Outras Despesas Correntes	130.000,00	1,54
Total das Despesa Correntes	8.432.901,00	100

Conforme se pode constatar as grandes fatias da despesa corrente estimada para 2016 destinam-se ao pagamento de encargos com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços (cerca de 88% do valor orçamentado).

O quadro e o gráfico da página seguinte permitem-nos fazer uma leitura da evolução da despesa corrente. Conforme se pode inferir, a despesa corrente prevista para 2016 é inferior àquela que foi estimada para 2015 (10 %) .

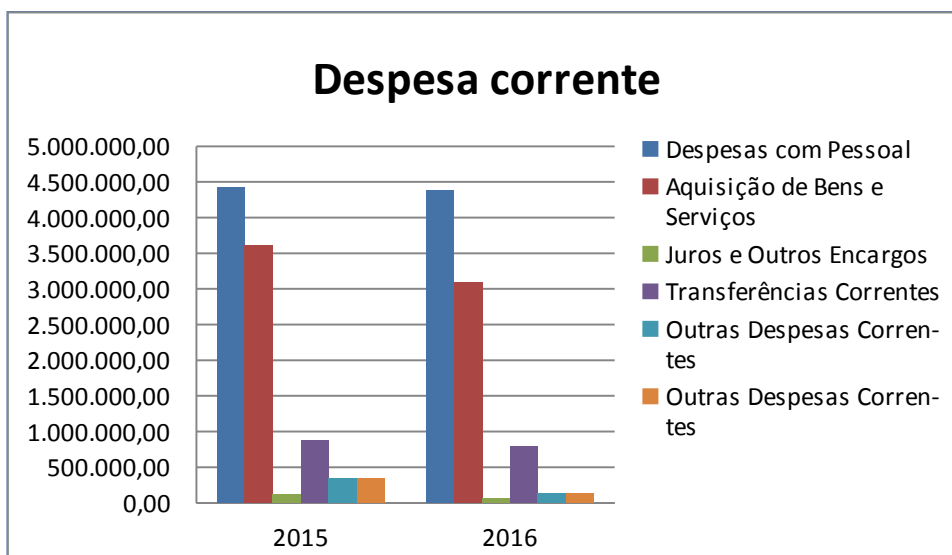
As verbas previstas para a aquisição de bens e serviços apresentam um decréscimo relativamente ao ano anterior (valores estimados considerado o consumo do ano 2015) incluem faturas de fornecedores conta-corrente que transitarão para 2016. O Orçamento para 2016 prevê verbas para fazer face aos compromissos anuais assumidos com as empresas intermunicipais prestadoras de serviços na área ambiental (recolha de resíduos sólidos urbanos, recolha de recicláveis) .

A despesa efetuada com a aquisição de bens e serviços (cerca de 37%) e também com transferências correntes e de capital afetas a projetos mais relevantes da atividade municipal, encontram-se no Plano de Atividades Municipais para 2016. Por seu lado, as transferências correntes apresentam um decréscimo relativamente ao ano anterior em cerca de 10%, mantendo-

se as verbas a transferir para as freguesias, e, verificando-se a redução nas verbas a transferir para Entidades do Sector público e Entidades sem Fins Lucrativos.

Evolução das Despesas Correntes

Rubricas	Valor		
	2015	2016	Variação %
Despesas com Pessoal	4.424.302,00	4.376.540,00	-1,08
Aquisição de Bens e Serviços	3.616.800,00	3.084.180,00	-14,73
Juros e Outros Encargos	121.291,00	56.781,00	-53,19
Transferências Correntes	881.160,00	785.400,00	-10,87
Subsídios			
Outras Despesas Correntes	341.200,00	130.000,00	-61,90
Total das Despesas Correntes	9.384.753,00	8.432.901,00	-10,14



2.4.2 - Despesas de Capital

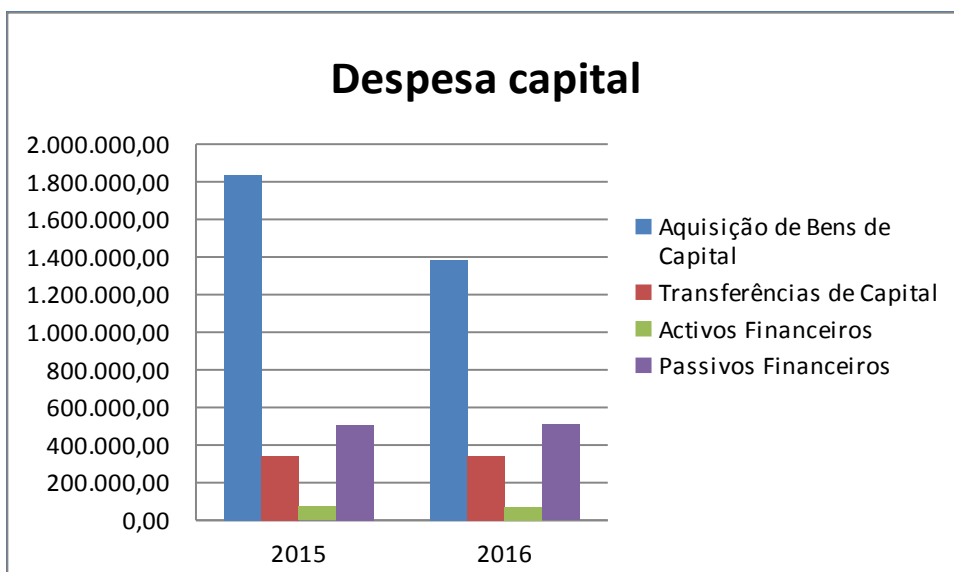
Rubricas	Montante	%
Aquisição de Bens de Capital	1.384.100,00	59,94
Transferências de Capital	343.381,00	14,87
Activos Financeiros	71.584,00	3,10
Passivos Financeiros	510.006,00	22,09
Total das despesa de Capital	2.309.071,00	100,00

A despesa de capital estimada é maioritariamente (59,94%) direccionada para a aquisição de bens de capital através da execução de investimentos em terrenos, edifícios e construções diversas, bem como para a aquisição de equipamento básico, administrativo, informático e de transporte. A estes junta-se a aquisição de bens de domínio público ao nível viadutos, arruamentos e obras complementares, sistemas de drenagem e estações de tratamento de águas residuais, iluminação pública e infraestruturas para distribuição de energia elétrica, captação e distribuição de água, entre outros.

A restante despesa prevista destina-se à amortização de passivos financeiros contraídos pelo Município, ao longo das últimas décadas, para financiar investimentos já realizados, a transferências de capital para várias entidades e a outras despesas de capital.

Evolução das Despesas Capital

Rubricas	Valor		
	2015	2016	Variação %
Aquisição de Bens de Capital	1.834.600,00	1.384.100,00	-24,56
Transferências de Capital	343.381,00	343.381,00	0,00
Activos Financeiros	72.584,00	71.584,00	-1,38
Passivos Financeiros	507.006,00	510.006,00	0,59
Total das Despesas de Capital	2.757.571,00	2.309.071,00	-16,26



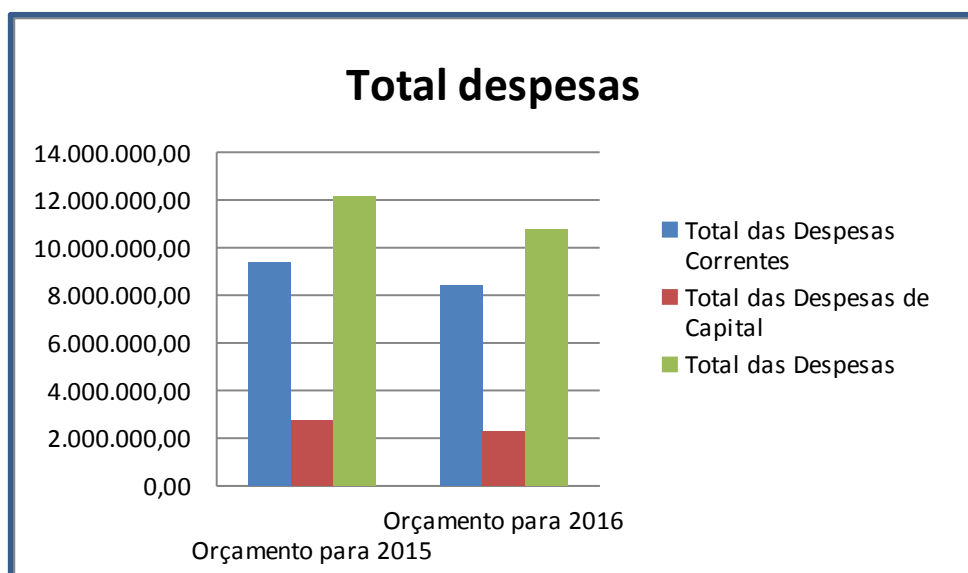
Comparativamente com 2015 estima-se um decréscimo da despesa de capital (na ordem dos 16 %) tendo em conta as razões apontadas na análise efetuada à receita.

A diminuição estimada ocorre não só ao nível do investimento direto do município (aquisição de bens de capital, discriminados projeto a projeto no Plano Plurianual de Investimentos) mas, também, ao nível do investimento indireto.

O valor estimado ao nível dos passivos financeiros explica-se pela maturidade dos financiamentos de longo prazo contratados junto das Instituições Bancárias, todos eles já em fase de amortização.

2.4.3 - Despesa Global

Rubricas	Valor			
	Orçamento para 2015		Orçamento para 2016	
	Montante	variação%	Montante	variação%
Despesas com Pessoal	4.424.302,00	36,44	4.376.540,00	40,74
Aquisição de Bens e Serviços	3.616.800,00	29,79	3.084.180,00	28,71
Juros e Outros Encargos	121.291,00	1,00	56.781,00	0,53
Transferências Correntes	881.160,00	7,26	785.400,00	7,31
Subsídios		0,00		
Outras Despesas Correntes	341.200,00	2,81	130.000,00	1,21
Total das Despesas Correntes	9.384.753,00	77,29	8.432.901,00	78,50
Aquisição de Bens de Capital	1.834.600,00	15,11	1.384.100,00	12,88
Transferências de Capital	343.381,00	2,83	343.381,00	3,20
Activos Financeiros	72.584,00	0,60	71.584,00	0,67
Passivos Financeiros	507.006,00	4,18	510.006,00	4,75
Total das Despesas de Capital	2.757.571,00	22,71	2.309.071,00	21,50
Total das Despesas	12.142.324,00	100,00	10.741.972,00	100,00



O quadro e gráfico da página anterior demonstram a intenção do Município quanto à afetação dos seus recursos. Com efeito, 13 % da despesa global destina-se a investimento direto e 3,20 % a investimento indireto, através de transferências de capital. Tendo ainda em conta as amortizações de passivos financeiros e outras despesas de capital, concluímos que a despesa de capital representa 21,50 % da despesa global dando conta da previsão de redução do investimento

municipal relativamente a anos anteriores. Atente-se, no entanto, que a receita de capital prevista arrecadar apenas representa 17% da receita total.



MAPAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016 - 2019



GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016-2019

Dotações Iniciais

Objectivo	Código Classif. Económica	Cód./Ano/ Número do Proj. Acção				Descrição	Forma de Realização	Fonte Financiamento			Responsável	Datas		EX	Realizado		Despesas de Investimento (Previsão)						Total Previsto	
								AC	AA	FC		Início	Fim		Pagam. Até 1-Out-2015	Pagam. Prev de Out-Dez	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				Outros
																	Total	Definido	Não Definido	2017	2018	2019		
1.						FUNÇÕES GERAIS										1.446.800,00	589.800,00	857.000,00	628.000,00	478.000,00	278.000,00	14.000,00	2.844.800,00	
1.1.						Serviços Gerais de Administração Pública										1.359.800,00	509.800,00	850.000,00	552.000,00	402.000,00	202.000,00	14.000,00	2.529.800,00	
1.1.1.						Administração Geral										1.359.800,00	509.800,00	850.000,00	552.000,00	402.000,00	202.000,00	14.000,00	2.529.800,00	
						Plano de Actividades											111.200,00	111.200,00		99.000,00	99.000,00	99.000,00	14.000,00	422.200,00
1.1.1.1.	02/07010301	0102	2004	I	2	Imóveis Municipais	Outra	100		DT/DAM	01-01-2004	31-12-2018				14.000,00	14.000,00		14.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00		70.000,00
1.1.1.1.		0104	2004	I	4	Maquinaria e Equipamento	Outra	100		DT/DAM	01-01-2004	31-12-2018				82.200,00			85.000,00	85.000,00	85.000,00			337.200,00
1.1.1.1.	02/070107	0104	2004	I	4												15.000,00							
1.1.1.1.	02/070108	0104	2004	I	4												20.000,00							
1.1.1.1.	02/070109	0104	2004	I	4												5.000,00							
1.1.1.1.	02/07011002	0104	2004	I	4												40.000,00							
1.1.1.1.	02/070111	0104	2004	I	4												2.000,00							
1.1.1.1.	02/070112	0104	2004	I	4												200,00							
1.1.1.1.	02/070101	0106	2004	I	6	Aquisição de Terrenos	Outra	100		DAM	01-01-2004	31-12-2017				15.000,00	15.000,00							15.000,00
1.1.1.1.		02	2004			Ações Mais Relevantes										102.600,00	102.600,00		103.000,00	103.000,00	103.000,00			411.600,00
1.1.1		0202	2004	A	2	Saúde Higiene e Segurança no Trabalho do Pessoal ao Serviço da Autarquia	Outra	100		DAM	01-01-2004	31-12-2017				28.000,00			28.000,00	28.000,00	28.000,00			112.000,00
1.1.1.	02/020107	0202	2004	A	2												10.000,00							
1.1.1.	02/020222	0202	2004	A	2												18.000,00							
1.1.1.1.		0203	2004	A	3	Seguros do Pessoal e do Património	Outra	100		DAM	01-01-2004	31-12-2017				74.600,00			75.000,00	75.000,00	75.000,00			299.600,00
1.1.1.	01/01030901	0203	2004	A	3												600,00							
1.1.1.	02/01030901	0203	2004	A	3												34.000,00							
1.1.1.	02/020212	0203	2004	A	3												40.000,00							
1.1.1.1.		01	2007			Plano de Atividades										95.000,00	95.000,00							95.000,00
1.1.1.1.		0101	2007	I	3	Material de Transporte	Outra	100		DT	01-01-2007	31-12-2017				95.000,00								95.000,00
1.1.1.	02/07010602	0101	2007	I	3												40.000,00							
1.1.1.	02/070205	0101	2007	I	3												55.000,00							
1.1.1.		01	2008			Plano de Atividades										50.000,00	50.000,00							50.000,00
1.1.1.1.	02/07010301	0201	2014	I	1	Requalificação do Edifício dos Paço do Concelho	Empreitada	100		DT	01-01-2014	31-12-2016	0			50.000,00	50.000,00							50.000,00
1.1.1.1.		02	2015			Plano de Atividades										700.000,00	105.000,00	595.000,00	250.000,00	100.000,00				1.050.000,00
1.1.1	02/07010303	0201	2015	I	1	Refuncionalização do Edifício do Mercado Municipal	Empreitada	100		DT	01-01-2015	31-12-2016				500.000,00	75.000,00	425.000,00	100.000,00					600.000,00
1.1.1	02/07011002	0203	2015	I	3	Eficiência Energética em Edifícios Municipais	Outra	100		DT	01-01-2015	31-12-2016				200.000,00	30.000,00	170.000,00	150.000,00	100.000,00				450.000,00
1.1.1		01	2016			Plano de Atividades										301.000,00	46.000,00	255.000,00	100.000,00	100.000,00				501.000,00
1.1.1		0101	2016	I	1	E.Ferreir@ 2 – Programa de Modernização Administrativa	Outra	100		DAM	02-01-2016	31-12-2018				301.000,00		255.000,00	100.000,00	100.000,00				501.000,00
1.1.1	02/070107	0101	2016	I	1												1.000,00							
1.1.1	02/070108	0101	2016	I	1												45.000,00							
1.2.						Segurança e Ordem Públicas										82.000,00	75.000,00	7.000,00	76.000,00	76.000,00	76.000,00			310.000,00
1.2.1.						Proteção Civil e Luta Contra Incêndios										2.000,00		75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00			227.000,00
1.2.1.1.		01	2004			Plano de Actividades										1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			4.000,00
1.2.1.1.		0101	2004	I	10	Serviço Municipal de Protecção Civil - Equipamento	Outra	100		Presidente	01-01-2004	31-12-2019				1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			4.000,00
1.2.1		02	2004			Ações Mais Relevantes										76.000,00	75.000,00	1.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00			301.000,00
1.2.1.		0201	2004	A	7	Serviço Municipal de Protecção Civil	Outra	100		Presidente	01-01-2004	31-12-2016	0			1.000,00		1.000,00						1.000,00
1.2.1.	02/040701	0202	2004	A	8	Apoio aos Bombeiros para Func. e Aq. de Equipamento	Outra	100		DAM	01-01-2004	31-12-2019				70.000,00	70.000,00		70.000,00	70.000,00	70.000,00			280.000,00
1.2.1.	02/020212	0204	2004	A	10	Seguro de Acidentes Pessoais a Favor do Corpo Activo Bombeiros	Outra	100		DAM	01-01-2004	31-12-2017				5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00			20.000,00
1.2.1		02	2012			Ações Mais Relevantes										5.000,00	5.000,00							5.000,00
1.2.1		0201	2012	A	2	Planos Municipais de Emergencia para o Baixo Alentejo	Outra	15	85	CEDE	01-01-2012	31-12-2016				5.000,00	5.000,00							5.000,00
1.2.2.						Polícia Municipal										5.000,00		5.000,00						5.000,00
1.2.2.		02	2004			Ações Mais Relevantes										5.000,00		5.000,00						5.000,00
1.2.2.	0202	2004	A	12	Apoio ao Funcionamento das Forças de Segurança	Outra	100			DAM	01-01-2004	31-12-2017				5.000,00		5.000,00						5.000,00
2						FUNÇÕES SOCIAIS										4.870.200,00	2.304.200,00	2.566.000,00	789.000,00	282.500,00	182.500,00			6.124.200,00
2.1.						Educação										707.600,00	451.100,00	256.500,00	456.500,00	40.000,00	40.000,00			1.244.100,00
2.1.1.						Ensino não Superior										497.600,00	241.100,00	256.500,00	196.500,00	30.000,00	30.000,00			754.100,00
2.1.1.1.		02	2008			Ações Mais Relevantes										152.600,00	151.100,00	1.500,00	96.500,00					249.100,00
2.1.1.1.		0201	2008	A	1	Apoio ao Funcionamento do Ensino Trê-Escolar	Outra	100		DASEF	01-01-2008	31-12-2017				46.975,00								46.975,00
2.1.1.1.	03/040301	0201	2008	A	1												3.475,00							
2.1.1	03/04050102	0201	2008	A	1												18.500,00							
2.1.1	03/040701	0201	2008	A	1												25.000,00							
2.1.1.		0202	2008	A	2	Apoio ao Funcionamento do 1ºCiclo do Ensino Básico	Outra	100		DASEF	01-01-2008	31-12-2017				104.125,00			95.000,00					199.125,00
2.1.1.	03/040301	0202	2008	A	2												11.525,00							
2.1.1.	03/04050102	0202	2008	A	2												20.600,00							
2.1.1.	03/040701	0202	2008	A	2												72.000,00							
2.1.1.		0204	2008	A	4	Jornadas Pedagógicas do Concelho de Ferreira do Alentejo	Outra	100		DASEF	01-01-2008	31-12-2017				1.500,00		1.500,00	1.500,00					3.000,00

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016-2019

Dotações Iniciais

Objectivo	Código Classif. Económica	Cód./Ano/ Número do Proj. Acção		Descrição	Forma de Realização	Fonte Financiamento			Responsável	Datas		EX	Realizado		Despesas de Investimento (Previsão)						Total Previsto
						AC	AA	FC					Pagam. Até 1- Out-2015	Pagam. Prev de Out-Dez	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes			
										Total	Definido				Não Definido	2017	2018	2019	Outros		
2.1.1.		01	2010												345.000,00	90.000,00	255.000,00	100.000,00	30.000,00	30.000,00	505.000,00
2.1.1.		0101	2010	I 1	Programa de Recuperação de Edifícios e Espaços Escolares	Empreitada	100		DT	01-01-2010	31-12-2017	4			345.000,00		255.000,00	100.000,00	30.000,00	30.000,00	760.000,00
2.1.1.	03/07010305	0101	2010	I 1												75.000,00					
2.1.1.	03/070109	0101	2010	I 1												5.000,00					
2.1.1.	03/07011002	0101	2010	I 1												10.000,00					
2.1.2.					Serviços Auxiliares de Ensino										210.000,00	210.000,00		260.000,00	10.000,00	10.000,00	490.000,00
		02	2004		Ações Mais Relevantes										200.000,00	200.000,00		250.000,00			450.000,00
2.1.2.	03/020210	0201	2004	A 22	Transportes Escolares	Outra	100		DASEF	01-01-2004	31-12-2019				200.000,00	200.000,00		250.000,00			450.000,00
2.1.2.		02	2009		Ações Mais Relevantes										10.000,00	10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
2.1.2.	03/020120	0204	2009	A 5	Apoios Sócio Educativos	Outra	100		DASEF	01-01-2009	31-12-2019				10.000,00	10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
2.2.					Saúde										155.000,00	155.000,00					155.000,00
2.2.1.					Serviços Individuais de Saúde										155.000,00	155.000,00					155.000,00
2.2.1.		02	2016		Ações Mais Relevantes										155.000,00	155.000,00					155.000,00
2.2.1.		0201	2016	A 4	Despesas de Saúde não Comparticipadas	Outra	100		DAM	01-01-2016	21-12-2016				155.000,00						155.000,00
2.2.1.	02/010301	0201	2016	A 4												105.000,00					
2.2.1.	02/010302	0201	2016	A 4												45.000,00					
2.2.1.	03/010302	0201	2016	A 4												5.000,00					
2.3.					Segurança e Ação Sociais										143.500,00	58.500,00	85.000,00				143.500,00
2.3.2.					Ação Social										143.500,00	58.500,00					143.500,00
2.3.2.		02	2009		Ações Mais Relevantes										43.500,00	43.500,00					43.500,00
2.3.2.		0204	2009	A 6	Ferreira Solidária	Outra	100		DASEF	01-01-2009	31-12-2016				43.500,00						43.500,00
2.3.2.	02/020115	0204	2009	A 6												1.500,00					
2.3.2.	02/020213	0204	2009	A 6												1.500,00					
2.3.2.	02/020220	0204	2009	A 6												500,00					
2.3.2.	02/040701	0204	2009	A 6												10.000,00					
2.3.2.	02/040802	0204	2009	A 6												30.000,00					
2.3.2.		02	2014		Plano de Atividades										100.000,00	15.000,00	85.000,00				100.000,00
2.3.2.	02/07010413	0201	2014	I 3	Hortas Sociais	Empreitada	100		DT	01-01-2014	31-12-2016	0			100.000,00	15.000,00	85.000,00				100.000,00
2.4.					Habituação e Serviços Coletivos										3.451.300,00	1.234.300,00	2.217.000,00	150.000,00	150.000,00	50.000,00	3.801.300,00
2.4.1.					Habituação										50.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
2.4.1.		01	2004		Plano de Atividades										50.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
2.4.1.	0102	2004		I 17	Investimentos em Habitações Municipais	Outra	100		DT	01-01-2004	31-12-2017	0			50.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
2.4.2.					Ordenamento do Território										1.277.200,00	235.200,00	1.042.000,00	100.000,00	100.000,00		1.477.200,00
2.4.2.		02	2004		Ações Mais Relevantes										42.000,00	42.000,00					42.000,00
2.4.2.	02/020214	0201	2004	A 37	Revisão/Alteração do Plano Director Municipal (PDM)	Outra	100		DT	01-01-2004	31-12-2016	2			30.000,00	30.000,00					30.000,00
2.4.2.	02/020214	0202	2004	A 38	Planos Urbanísticos Previstos no PDM (Planos de Pormenor,Loteamentos,etc.)	Outra	100		DT	01-01-2004	31-12-2016				12.000,00	12.000,00					12.000,00
2.4.2.		01	2008		Plano de Atividades										5.000,00		5.000,00				5.000,00
2.4.2.	02/07030301	0102	2008	I 5	Loteamento Habitacional de Santa Margarida do Sado	Outra	100		DT	01-01-2008	31-12-2016	4			5.000,00		5.000,00				5.000,00
2.4.2.		01	2011		Plano de Atividades										850.000,00		850.000,00	100.000,00	100.000,00		1.050.000,00
2.4.2.		0104	2011	I 6	Loteamento Habitacional Bairro Singa-Fase 2	Empreitada	100		DT	01-01-2011	31-12-2018	0			100.000,00		100.000,00	100.000,00	100.000,00		300.000,00
2.4.2.		0105	2011	I 7	Requalificação Urbana da Frente Poente de Ferreira do Alentejo	Empreitada	15	85	DT/CEDEC	01-01-2011	31-12-2016	1			750.000,00		750.000,00				750.000,00
2.4.2.		01	2013		Plano de Atividades										160.200,00	160.200,00					160.200,00
2.4.2.		0101	2013	I 2	PRODIVE-Programa de Requalificação Urbana de Odivels	Empreitada	100		DT/CEDEC	01-01-2013	31-12-2016	0			146.400,00						146.400,00
2.4.2.	02/07010406	0101	2013	I 2												74.000,00					
2.4.2.	02/07010413	0101	2013	I 2												30.000,00					
2.4.2.	02/070360301	0101	2013	I 2												42.400,00					
2.4.2.		0102	2013	I 3	PROSAMAR-Programa Requalificação Urbana de Santa Margarida do Sado	Outra	15	85	DT/CEDEC	01-01-2013	31-12-2016	0			13.800,00						13.800,00
2.4.2.	02/07011002	0102	2013	I 3												12.300,00					
2.4.2.	02/07030301	0102	2013	I 3												1.500,00					
2.4.2.		01	2016		Plano de Atividades										220.000,00	33.000,00	187.000,00				
2.4.2.		0101	2016	I 3	RUFA III – Programa de Reabilitação Urbana de Ferreira do Alentejo		15	85	DT	01-01-2016	31-12-2016	0			220.000,00		187.000,00				220.000,00
2.4.2.	02/07010307	0101	2016	I 3												18.000,00					
2.4.2.	02/07030301	0101	2016	I 3												15.000,00					
2.4.3.					Saneamento										1.223.100,00	174.100,00	1.049.000,00				1.223.100,00
2.4.3.		01	2004		Plano de Atividades										33.000,00	33.000,00					33.000,00
2.4.3.		0102	2004	I 24	ETARS (Remodelação das ETARS do Concelho)	Empreitada	100		DT	01-01-2004	31-12-2016	4			33.000,00						33.000,00
2.4.3.	02/07010403	0102	2004	I 24		Outra	100		DT	01-01-2004	31-12-2016					23.000,00					
2.4.3.	02/07011002	0102	2004	I 24												10.000,00					
2.4.3.		01	2006		Plano de Atividades										250.000,00		250.000,00				250.000,00

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016-2019

Dotações Iniciais

Objectivo	Código Classif. Económica	Cód./Ano/ Número do Proj. Acção		Descrição	Forma de Realização	Fonte Financiamento			Responsável	Datas		EX	Realizado		Despesas de Investimento (Previsão)						Total Previsto		
						AC	AA	FC					Pagam. Até 1- Out-2015	Pagam. Prev de Out-Dez	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes					
										Início	Fim				Total	Definido	Não Definido	2017	2018	2019		Outros	
2.4.3.	02/07010403	0101	2006	I	10	Redimensionamento da Rede de Águas Pluviais de Fig.Cavaleiros	Empreitada	100		DT	01-01-2006	31-12-2016	0			250.000,00		250.000,00				250.000,00	
2.4.3		02	2015			Plano de Atividades										940.100,00	141.100,00	799.000,00				940.100,00	
2.4.3		0201	2015	I	2	Nova Etar de Ferreira do Alentejo	Empreitada	100		DT	01-01-2015	31-12-2015				940.100,00		799.000,00				1.300.100,00	
2.4.3		0201	2015	I	2													141.000,00					
2.4.3	02/070113	0201	2015	I	2											100,00							
2.4.4.	02/07011002	01	2004			Abastecimento de Água										200.000,00	124.000,00	76.000,00				200.000,00	
2.4.4.		0101	2004	I	26	Plano de Atividades										105.000,00	105.000,00				105.000,00		
2.4.4.		0101	2004	I	26	Sistema de Distribuição de Águas	Outra	100		DT	01-01-2004	31-12-2017				105.000,00						105.000,00	
2.4.4.		0101	2004	I	26													25.000,00					
2.4.4.	02/07030307	0101	2004	I	26											80.000,00							
2.4.4.	02/070108	01	2016			Plano de Atividades										95.000,00	19.000,00	76.000,00					
2.4.4.		0102	2016	I	2	Cadastro de Infraestruturas de Água e Saneamento	Outra	100		DT	01-01-2016	31-12-2016				19.000,00		76.000,00					
2.4.4.		0102	2016	I	2													6.000,00					
2.4.4.		0102	2016	I	2													13.000,00					
2.4.5.	02/07011001	01	2004			Resíduos Sólidos										45.000,00	45.000,00					45.000,00	
2.4.5.		01	2004			Plano de Atividades										45.000,00	45.000,00					45.000,00	
2.4.5.		0102	2004	I	30	Sistema Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos	Outra	100		DT	01-01-2004	31-12-2016				45.000,00							
2.4.5.		0102	2004	I	30													25.000,00					
2.4.5.	02/07011001	0102	2004	I	30											20.000,00							
2.4.6.	02/07030312	01	2004			Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza										656.000,00	656.000,00					656.000,00	
2.4.6.		01	2004			Plano de Atividades										6.000,00	6.000,00					6.000,00	
2.4.6.		0101	2004	I	31	Cemitérios	Outra	100		DT	01-01-2004	31-12-2017	0			6.000,00	6.000,00					6.000,00	
2.4.6.		02	2009			Ações Mais Relevantes											650.000,00	650.000,00					650.000,00
2.4.6.	02/020202	0205	2009	A	7	Ferreira Sustentável	Outra	100		DT	01-01-2009	31-12-2017				650.000,00							650.000,00
2.4.6.		0205	2009	A	7													280.000,00					
2.4.6.		0205	2009	A	7													370.000,00					
2.5.							Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos										412.800,00	405.300,00	7.500,00	182.500,00	92.500,00	92.500,00	780.300,00
2.5.1.	02/07010302	01	2004			Cultura										245.500,00	243.000,00	2.500,00	124.000,00	84.000,00	84.000,00	537.500,00	
2.5.1.		01	2004			Plano de Atividades										15.000,00	15.000,00					15.000,00	
2.5.1.		0104	2004	I	37	Rede de Centros Culturais e Recreativos (Alfundão,Fortes,Gasparões e Odivelas)	Empreitada	100		DT/DCD	01-01-2004	31-12-2016	4			15.000,00	15.000,00					15.000,00	
2.5.1.		02	2004			Ações Mais Relevantes											97.500,00	96.000,00	1.500,00	100.000,00	65.000,00	65.000,00	327.500,00
2.5.1.	02/020213	0202	2004	A	51	Comemorações e Eventos Históricos	Outra	100		DCD	01-01-2004	31-12-2016				16.000,00			15.000,00	15.000,00	15.000,00		61.000,00
2.5.1.	02/020220	0202	2004	A	51													2.000,00					
2.5.1.	02/020220	0206	2004	A	53	Promoção de Espectáculos e Outras Actividades Culturais	Outra	100		DCD	01-01-2004	31-12-2019				20.000,00			20.000,00	20.000,00	20.000,00		80.000,00
2.5.1.		0206	2004	A	53													3.500,00					
2.5.1.		0206	2004	A	53													16.500,00					
2.5.1.		0207	2004	A	54	Apoio as Colectividades e Outras Iniciativas Culturais	Outra	100		DCD	01-01-2004	31-12-2017				35.000,00	35.000,00		35.000,00				70.000,00
2.5.1.	02/020220	0208	2004	A	55	Geminações	Outra	100		CEDEC	01-01-2004	31-12-2016				1.500,00		1.500,00					1.500,00
2.5.1.		0211	2004	A	57	Publicações e Iniciativas Editoriais	Outra	100		DCD	01-01-2004	31-12-2017				25.000,00	25.000,00		30.000,00	30.000,00	30.000,00	115.000,00	
2.5.1.		02	2005			Ações Mais Relevantes											15.000,00	15.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00		72.000,00
2.5.1.		0201	2005	A	4	Museu	Outra	100		DCD	01-01-2005	31-12-2017				4.000,00	4.000,00		4.000,00	4.000,00	4.000,00		16.000,00
2.5.1.	02/020220	0202	2005	A	7	Biblioteca	Outra	100		DCD	01-01-2005	31-12-2017				11.000,00			15.000,00	15.000,00	15.000,00		56.000,00
2.5.1.		0202	2005	A	7																		
2.5.1.		02	2007			Ações Mais Relevantes											2.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00			6.000,00
2.5.1.		0201	2007	A	5	Fim de Semana Alternativo	Outra	100		DCD	02-01-2007	31-12-2017				1.000,00	1.000,00		1.000,00				2.000,00
2.5.1.	02/070112	0204	2007	A	8	Pesquisa da Estação Arqueológica do Monte da Chaminé	Outra	100		DCD	02-01-2007	31-12-2017	4			1.000,00		1.000,00	3.000,00				4.000,00
2.5.1.		02	2008			Ações Mais Relevantes											1.500,00	1.500,00	1.000,00				2.500,00
2.5.1.		0202	2008	A	7	Jornadas do Património	Outra	100		DCD	02-01-2008	31-12-2017				1.500,00	1.500,00		1.000,00				2.500,00
2.5.1.		01	2014			Ações Mais Relevantes											7.000,00	7.000,00					7.000,00
2.5.1.	02/02220	0102	2014	A	2	Ferreira Artes	Outra	100		DCD	01-01-2004	31-12-2016	0			7.000,00	7.000,00						7.000,00
2.5.1.		01	2016			Plano de Atividades											45.000,00	45.000,00					45.000,00
2.5.1.		0101	2016	I	4	Comemorações dos Quinhentos anos do Foral do Concelho	Outra	100		DCD	01-01-2016	31-12-2016	0			45.000,00	45.000,00					45.000,00	
2.5.1.		02	2016			Ações Mais Relevantes											62.500,00	62.500,00					62.500,00
2.5.1.	02/020213	0201	2016	A	3	Comemorações dos Quinhentos anos do Foral do Concelho	Outra	100		DCD	01-01-2016	31-12-2016				62.500,00							62.500,00
2.5.1.		0201	2016	A	3													5.000,00					
2.5.1.		0201	2016	A	3													57.500,00					
2.5.2.			01	2004			Desporto, Recreio e Lazer										162.300,00	162.300,00		58.500,00	8.500,00	8.500,00	237.800,00
2.5.2.	02/07010406	01	2004			Plano de Atividades										60.000,00	60.000,00					60.000,00	
2.5.2.		0105	2004	I	45	Outras Infraestruturas Desportivas	Outra	100		DT	01-01-2004	31-12-2016	4			60.000,00	60.000,00					60.000,00	
2.5.2.		0105	2004	I	45																		
2.5.2.		0105	2004	I	45																		

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016-2019

Dotações Iniciais

Objectivo	Código Classif. Económica	Cód./Ano/ Número do Proj. Acção		Descrição	Forma de Realização	Fonte Financiamento			Responsável	Datas		EX	Realizado		Despesas de Investimento (Previsão)						Total Previsto	
						AC	AA	FC					Pagam. Até 1- Out-2015	Pagam. Prev de Out-Dez	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				
										Início	Fim				Total	Definido	Não Definido	2017	2018	2019		Outros
2.5.2.		02	2004	Ações Mais Relevantes											8.700,00	8.700,00		8.500,00	8.500,00	8.500,00		34.200,00
2.5.2.		0201	2004	A 58 Jogos Desportivos	Outra	100			DCD	01-01-2004	31-12-2019				5.000,00			5.000,00	5.000,00	5.000,00		20.000,00
2.5.2.	02/020115	0201	2004	A 58												2.500,00						
2.5.2.	02/040701	0201	2004	A 58												2.500,00						
2.5.2.		0203	2004	A 60 Promoção de Jogos,Torneios e Outras Actividades Desportivas	Outra	100			DCD	01-01-2004	31-12-2017				3.700,00			3.500,00	3.500,00	3.500,00		14.200,00
2.5.2.	02/020115	0203	2004	A 60												500,00						
2.5.2.	02/020213	0203	2004	A 60												1.500,00						
2.5.2.	02/040701	0203	2004	A 60												1.700,00						
2.5.2.		02	2009	Ações Mais Relevantes												50.000,00	50.000,00		50.000,00			100.000,00
2.5.2.	02/040701	0202	2009	A 2 Apoios às colectividades e Iniciativas Desportivas e Recreativas	Outra	100			DCD	01-01-2009	31-12-2017				50.000,00	50.000,00		50.000,00				100.000,00
2.5.2.		02	2014	Plano de Atividades												43.600,00	43.600,00					43.600,00
2.5.2.		0201	2014	I 5 Outras Infraestruturas de Recreio e Lazer	Outra	100			DCD	01-01-2014	31-12-2016	0			43.600,00							43.600,00
2.5.2.	02/07010406	0201	2014	I 5												36.500,00						20.000,00
2.5.2.	02/01011002	0201	2014	I 5												7.100,00						7.100,00
2.5.3.				Outras Atividades Cívicas e Religiosas												5.000,00		5.000,00				5.000,00
2.5.3.		02	2009	Ações Mais Relevantes												5.000,00		5.000,00				5.000,00
2.5.3.	02/080701	0206	2009	A 8 Participação na Construção da Igreja de Gasparões	Outra	100			DT	02-01-2009	31-12-2016				5.000,00		5.000,00					5.000,00
3				Funções Económicas												1.700.881,00	965.881,00	735.000,00	950.000,00	720.000,00	60.000,00	3.430.881,00
3.1.				Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca												20.000,00		20.000,00				40.000,00
3.1.1.				Caminhos Agrícolas												20.000,00		20.000,00				40.000,00
3.1.1.		02	2004	Ações Mais Relevantes												20.000,00		20.000,00				40.000,00
3.1.1.	0202	2004	A 68 Caminhos Rurais,Agrícolas e Vicinais	Outra	100				DT	01-01-2004	31-12-2017				20.000,00		20.000,00		20.000,00			40.000,00
3.2.				Indústria e Energia												1.260.000,00	710.000,00	550.000,00	660.000,00	660.000,00		2.580.000,00
3.2.1.				Parques Industriais												550.000,00		550.000,00				550.000,00
3.2.1.		01	2004	Plano de Atividades												500.000,00		500.000,00				500.000,00
3.2.1.	0103	2004	I 51 Zona Agro Industrial do Penique	Outra	100				DT	01-01-2004	31-12-2015				500.000,00		500.000,00					500.000,00
3.2.1.		01	2007	Plano de Atividades												50.000,00		50.000,00				50.000,00
3.2.1.	0101	2007	I 8 Alargamento do Parque das Empresas	Outra	15	85			DT/CEDEC	02-01-2007	31-12-2015	0			50.000,00		50.000,00					50.000,00
3.2.2.				Energia												710.000,00	710.000,00		660.000,00	660.000,00		2.030.000,00
3.2.2.		01	2004	Plano de Atividades												50.000,00		50.000,00				50.000,00
3.2.2.	02/07010404	0102	2004	I 53 Reforço e Modernização da Iluminação Pública	Outra	100			DT	01-01-2004	31-12-2017	4			50.000,00		50.000,00					50.000,00
3.2.2.		02	2004	Ações Mais Relevantes												660.000,00	660.000,00		660.000,00	660.000,00		1.980.000,00
3.2.2.	0201	2004	A 70 Consumo de Energia Eléctrica	Outra	100				DAM	01-01-2004	31-12-2017				660.000,00			660.000,00				1.980.000,00
3.2.2.	02/020201	0201	2004	A 70													380.000,00		660.000,00	660.000,00		
3.2.2.	02/020225	0201	2004	A 70													280.000,00					
3.3.				Transportes e Comunicações												256.000,00	106.000,00	150.000,00				256.000,00
3.3.1.				Transportes Rodoviários												256.000,00	106.000,00	150.000,00				256.000,00
3.3.1.		01	2004	Plano de Atividades												256.000,00	106.000,00	150.000,00				256.000,00
3.3.1.	02/07030301	0101	2004	I 54 Construção e Conservação de Arruamentos no Concelho	Outra	100			DT	01-01-2004	31-12-2016	4			100.000,00	100.000,00						100.000,00
3.3.1.		0104	2004	I 56 Estradas e Caminhos Municipais - Construção,Reabilitação e Conservação	Outra	100			DT	01-01-2004	31-12-2016				150.000,00		150.000,00					150.000,00
3.3.1.	02/07010409	0105	2004	I 57 Sinalização Viária e Estacionamento	Outra	100			DT	01-01-2004	31-12-2016	4			6.000,00	6.000,00						6.000,00
3.4.				Comércio e Turismo												83.000,00	68.000,00	15.000,00	260.000,00	60.000,00	60.000,00	463.000,00
3.4.1.				Mercados e Feiras												58.000,00	58.000,00		260.000,00	60.000,00	60.000,00	438.000,00
3.4.1.		02	2004	Ações Mais Relevantes															200.000,00			400.000,00
3.4.1.	0203	2004	A 72 Feira Nacional da Água e do Regadio	Outra	100				CEDEC	01-01-2004	31-12-2017							200.000,00				400.000,00
3.4.1.		02	2009	Ações Mais Relevantes												58.000,00	58.000,00		60.000,00	60.000,00	60.000,00	238.000,00
3.4.1.	0205	2009	A 10 Feira de Ferreira e Mercado Mensal	Outra	100				DAM	01-01-2009	31-12-2017				58.000,00			60.000,00	60.000,00	60.000,00		238.000,00
3.4.1.	02/020218	0205	2009	A 10													18.000,00					
3.4.1.	02/020220	0205	2009	A 10													20.000,00					
3.4.1.	02/06020305	0205	2009	A 10													20.000,00					
3.4.2.				Turismo												25.000,00	10.000,00	15.000,00				25.000,00
3.4.2.		02	2014	Plano de Atividades												25.000,00	10.000,00	15.000,00				25.000,00
3.4.2.	02/07010409	0201	2014	I 4 Sinalização do Património Monumental do Concelho	Outra	100			DCD	01-01-2014	31-12-2015				25.000,00	10.000,00	15.000,00					25.000,00
3.5.				Outras Funções Económicas												81.881,00	81.881,00		10.000,00			91.881,00
3.5.1.				Unidades Produtivas												10.000,00	10.000,00					10.000,00
3.5.1.		02	2007	Ações Mais Relevantes												10.000,00	10.000,00					10.000,00
3.5.1.	02/05010101	0201	2007	A 11 Contrato Programa com a MOBITRAL	Outra	100			DAM	01-01-2007	31-12-2017				10.000,00	10.000,00						10.000,00
3.5.2.				Incremento do Desenvolvimento Económico e Social												71.881,00	71.881,00		10.000,00			81.881,00
3.5.2.		02	2004	Ações Mais Relevantes												10.000,00	10.000,00		10.000,00			20.000,00
3.5.2.	02/020220	0205	2004	A 80 Participação em Certames	Outra	100			CEDEC	01-01-2004	31-12-2017				10.000,00	10.000,00		10.000,00				20.000,00
3.5.2.		02	2007	Ações Mais Relevantes												1.500,00	1.500,00					1.500,00

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016-2019

Dotações Iniciais

Objectivo	Código Classif. Económica	Cód./Ano/ Número do Proj. Acção				Descrição	Forma de Realização	Fonte Financiamento			Responsável	Datas		EX	Realizado		Despesas de Investimento (Previsão)						Total Previsto	
								AC	AA	FC					Pagam. Até 1-Out-2015	Pagam. Prev de Out-Dez	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				
																	Total	Definido	Não Definido	2017	2018	2019		Outros
3.5.2.	02/020220	0202	2007	A	13	Promoção da Marca "FERREIRA DO ALENTEJO"	Outra	100		CEDEC	01-01-2007	31-12-2015				1.500,00	1.500,00						1.500,00	
3.5.2.		02	2010	A		Ações Mais Relevantes										41.881,00	41.881,00						41.881,00	
3.5.2.		0202	2010	A	2	Participação no Capital Social da AMGAP eOutras Empresas	Outra	100		DAM	02-01-2010	31-12-2015				41.881,00							41.881,00	
3.5.2.	02/08010102	0202	2010	A	2													500,00						
3.5.2.	02/08050104	0202	2010	A	2													40.881,00						
3.5.2.	02/090802	0202	2010	A	2													500,00						
3.5.2.		02	2013	A		Ações Mais Relevantes										18.500,00	18.500,00						18.500,00	
3.5.2.	02/040701	0201	2013	A	1	Ferreira Empreende	Outra	100		CEDEC	01-01-2013	31-12-2015				15.000,00	15.000,00						15.000,00	
3.5.2.	02/020220	0202	2013	A	2	Promoção da Marca Ferreira do Alentejo-Capital do Azeite										3.500,00	3.500,00						3.500,00	
4						Outras Funções										953.090,00	953.090,00		963.084,00	873.084,00	583.084,00	142.165,75	3.514.507,75	
4.1.						Operações da Dívida Autárquica										510.006,00	510.006,00		500.000,00	500.000,00	500.000,00		2.010.006,00	
4.1.1.						Relações com Instituições Financeiras										510.006,00	510.006,00		500.000,00	500.000,00	500.000,00		2.010.006,00	
4.1.1.		01	2004			Plano de Atividades										510.006,00	510.006,00		500.000,00	500.000,00	500.000,00		2.010.006,00	
4.1.1.		0101	2004	I	60	Amortização de Empréstimos	Outra	100		DAM	01-01-2004	31-12-2016				510.006,00		500.000,00	500.000,00	500.000,00			2.010.006,00	
4.1.1.	02/10060301	0101	2004	I	60													428.000,00						
4.1.1.	02/10060303	0101	2004	I	60													28.320,00						
4.1.1.	02/100605	0101	2004	I	60													53.686,00						
4.2.						Transferências entre Administrações										372.000,00	372.000,00		392.000,00	302.000,00	12.000,00		1.078.000,00	
4.2.1.						Transferências para Administração Autárquica										302.000,00	302.000,00		392.000,00	302.000,00	12.000,00		1.008.000,00	
4.2.1.		01	2004			Plano de Atividades										302.000,00	302.000,00		302.000,00	302.000,00	12.000,00		918.000,00	
4.2.1.	02/08050102	0101	2004	I	61	Transferências de Capital para as Freguesias nos Termos dos Protocolos Estabelecidos	Outra	100		DAM	01-01-2004	31-12-2016				240.000,00	240.000,00		240.000,00	240.000,00			720.000,00	
4.2.1.	02/08050102	0102	2004	I	62	Outras Formas de Apoio as Freguesias nos Termos da Lei 5A /2002 de 11/01	Outra	100		DAM	01-01-2004	31-12-2016				50.000,00	50.000,00		50.000,00	50.000,00			150.000,00	
4.2.1.	02/08050104	0107	2004	I	66	Transferência para Amortização de Empréstimo - CIMAL	Outra	100		DAM	01-01-2004	31-12-2016				12.000,00	12.000,00		12.000,00	12.000,00	12.000,00		48.000,00	
4.2.1.		02	2004			Ações Mais Relevantes										70.000,00	70.000,00		90.000,00				160.000,00	
4.2.1.	02/04050102	0201	2004	A	82	Transferências Correntes para as Freguesias nos Termos dos Protocolos Estabelecidos	Outra	100		DAM	01-01-2004	31-12-2017				70.000,00	70.000,00		90.000,00				160.000,00	
4.3						Diversas não Especificadas										71.084,00	71.084,00		71.084,00	71.084,00	71.084,00	142.165,75	426.501,75	
4.3.1						Equip.não Autarquico de Rele.Interesse para o Concelho										71.084,00	71.084,00		71.084,00	71.084,00	71.084,00	142.165,75	426.501,75	
4.3.1		01	2015			Plano de Actividades										71.084,00	71.084,00		71.084,00	71.084,00	71.084,00	142.165,75	426.501,75	
4.3.1	02/09080601	0101	2015	I	5	Realização do Capital Social do Fundo Social Municipal	Outra	100		DAM	01-01-2015	31-12-2021				71.084,00	71.084,00		71.084,00	71.084,00	71.084,00	142.165,75		
Total																	8.970.971,00	4.812.971,00	4.158.000,00	3.330.084,00	2.353.584,00	1.103.584,00	156.165,75	15.914.388,75

Fases de Execução

- 0 - Não Iniciada
- 1 - Com Projecto Técnico
- 2 - Adjudicada
- 4 - Execução Física Superior a 50%
- 9 - Concluída



PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2016 - 2019



Resumo do Plano Plurianual de Investimentos 2016 – 2019

Dotações Iniciais

Objectivo	Descrição	Realizado		Despesas (Previsão)							Total Previsto
		Pagam. Até 1-Out de 2015	Pagam. Prev. de Out. a Dez.	Ano em curso (Financiamento)			Anos Seguintes				
				Total	Definido	Não Definido	2017	2018	2019	Outros	
1.	Funções Gerais			1.258.200,00	407.200,00	851.000,00	450.000,00	300.000,00	100.000,00	14.000,00	2.122.200,00
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública			1.257.200,00	407.200,00	850.000,00	449.000,00	299.000,00	99.000,00	14.000,00	2.118.200,00
1.1.1.	Administração Geral			1.257.200,00	407.200,00	850.000,00	449.000,00	299.000,00	99.000,00	14.000,00	2.104.200,00
1.2.	Segurança e OrdensPúblicas			1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
1.2.1.	Protecção Civil e Luta Contra Incendios			1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
2.	Funções Sociais			3.367.900,00	810.900,00	2.557.000,00	250.000,00	180.000,00	80.000,00		3.877.900,00
2.1.	Educação			345.000,00	90.000,00	255.000,00	100.000,00	30.000,00	30.000,00		505.000,00
2.1.1.	Ensino Não Superior			345.000,00	90.000,00	255.000,00	100.000,00	30.000,00	30.000,00		505.000,00
2.3.	Segurança e Acções Sociais			100.000,00	15.000,00	85.000,00					100.000,00
2.3.2.	Acção Social			100.000,00	15.000,00	85.000,00					100.000,00
2.4.	Habitação e Serviços Colectivos			2.759.300,00	542.300,00	2.217.000,00	150.000,00	150.000,00	50.000,00		3.109.300,00
2.4.1.	Habitação			50.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		200.000,00
2.4.2.	Ordenamento do Território			1.235.200,00	193.200,00	1.042.000,00	100.000,00	100.000,00			1.435.200,00
2.4.3.	Saneamento			1.223.100,00	174.100,00	1.049.000,00					1.223.100,00
2.4.4.	Abastecimento de Água			200.000,00	124.000,00	76.000,00					200.000,00
2.4.5.	Resíduos Sólidos			45.000,00	45.000,00						45.000,00
2.4.6.	Protecção do Meio Amb. E Conservação da Natureza			6.000,00	6.000,00						6.000,00
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos			163.600,00	163.600,00						163.600,00
2.5.1.	Cultura			60.000,00	60.000,00						60.000,00
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer			103.600,00	103.600,00						103.600,00
3.	Funções Económicas			881.000,00	166.000,00	715.000,00					881.000,00
3.2.	Industria e Energia			600.000,00	50.000,00	550.000,00					600.000,00
3.2.1.	Parques Industriais			500.000,00		500.000,00					500.000,00
3.2.2.	Energia			100.000,00	50.000,00	50.000,00					100.000,00
3.3.	Transportes e Comunicações			256.000,00	106.000,00	150.000,00					256.000,00
3.3.1.	Transportes Rodoviários			256.000,00	106.000,00	150.000,00					256.000,00
3.4.	Comércio e Turismo			25.000,00	10.000,00	15.000,00					25.000,00
3.4.2.	Turismo			25.000,00	10.000,00	15.000,00					25.000,00
4.	Outras Funções			883.090,00	883.090,00		873.084,00	873.084,00	583.084,00	142.165,75	3.354.507,75
4.1.	Operações da Dívida Autárquica			510.006,00	510.006,00		500.000,00	500.000,00	500.000,00		2.010.006,00
4.1.1.	Relações com Instituições Financeiras			510.006,00	510.006,00		500.000,00	500.000,00	500.000,00		2.010.006,00
4.2.	Transferências entre Administrações			302.000,00	302.000,00		308.000,00	290.000,00	290.000,00		1.190.000,00
4.2.1.	Transferências para a Administração Autárquica			302.000,00	302.000,00		308.000,00	290.000,00	290.000,00		1.190.000,00
4.3	Diversas não Específicas			71.084,00	71.084,00		71.084,00	71.084,00	71.084,00	142.165,75	426.501,75
4.3.1	Equip.não Autarquico de Rele.Interesse para o Concelho			71.084,00	71.084,00		71.084,00	71.084,00	71.084,00	142.165,75	426.501,75
Total Geral				6.390.190,00	2.267.190,00	4.123.000,00	1.573.084,00	1.353.084,00	763.084,00	156.165,75	10.235.607,75

Plano Plurianual de Investimentos 2016 - 2019

Dotações Iniciais

Objectivo	Cód. da Classificação Económica	Cód/Ano/ Número do Proj. Acção		Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financ.			Responsável	Datas		Ex	Realizado		Despesas de Investimento (Previsão)							Total Previsto
						AC	AA	FC		Início	Fim		Pagam. Até 1-Out-2015	Pagam. Prev de Out-Dez	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes			Outros	
															Total	Definido	Não Definido	2017	2018	2019		
1.				Funções Gerais											1.258.200,00	407.200,00	851.000,00	450.000,00	300.000,00	100.000,00	14.000,00	2.122.200,00
1.1.				Serviços Gerais de Administração Pública											1.257.200,00	407.200,00	850.000,00	449.000,00	299.000,00	99.000,00	14.000,00	2.118.200,00
1.1.1.				Administração Geral											1.257.200,00	407.200,00	850.000,00	449.000,00	299.000,00	99.000,00	14.000,00	2.118.200,00
1.1.1.1.				Plano de Atividades											111.200,00	111.200,00		99.000,00	99.000,00	99.000,00	14.000,00	422.200,00
1.1.1.1.	02/0701301	0102	2004	2	Imóveis Municipais	Outra	100		DAM	01-01-2004	31-12-2018				14.000,00	14.000,00		14.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00	70.000,00
1.1.1.1.		0104	2004	4	Maquinaria e Equipamento	Outra	100		DT/DAM	01-01-2004	31-12-2019				82.200,00			85.000,00	85.000,00	85.000,00		337.200,00
1.1.1.1.	02/070107	0104	2004	4												15.000,00						
1.1.1.1.	02/070108	0104	2004	4												20.000,00						
1.1.1.1.	02/070109	0104	2004	4												5.000,00						
1.1.1.1.	02/07011002	0104	2004	4												40.000,00						
1.1.1.1.	02/070111	0104	2004	4												2.000,00						
1.1.1.1.	02/07112	0104	2004	4												200,00						
1.1.1.1.	02/070101	0106	2004	6	Aquisição de Terrenos	Outra	100		DAM	01-01-2004	31-12-2016				15.000,00	15.000,00						15.000,00
1.1.1.1.		01	2007		Plano de Atividades										95.000,00	95.000,00						95.000,00
1.1.1.1.		0101	2007	3	Material de Transporte	Outra	100		DT	01-01-2007	31-12-2016				95.000,00							95.000,00
1.1.1.1.	02/07010602	0101	2007	3												40.000,00						
1.1.1.1.	02/070205	0101	2007	3												55.000,00						
1.1.1.1.		02	2014		Plano de Atividades										50.000,00	50.000,00						50.000,00
1.1.1.1.	02/070113	0201	2014	1	Requalificação do Edifício dos Paços do Concelho	Empreitada	100		DT	01-01-2014	31-12-2016				50.000,00	50.000,00						50.000,00
1.1.1.1.		02	2015		Plano de Atividades										700.000,00	105.000,00	595.000,00	250.000,00	100.000,00			1.050.000,00
1.1.1	02/07010303	0201	2015	1	Refuncionalização do Edifício do Mercado Municipal	Empreitada	100		DT	01-01-2015	31-12-2017				500.000,00	75.000,00	425.000,00	100.000,00				600.000,00
1.1.1	02/07011002	0203	2015	3	Eficiência Energética em Edifícios Municipais	Outra	100		DT	01-01-2015	31-12-2016				200.000,00	30.000,00	170.000,00	150.000,00	100.000,00			450.000,00
1.1.1.1.		01	2016		Plano de Atividades										301.000,00	46.000,00	255.000,00	100.000,00	100.000,00			501.000,00
1.1.1.1.		0101	2016	1	E.Ferreir@ 2 – Programa de Modernização Administrativa	Outra	100		DAM	01-01-2016	31-12-2018				301.000,00	46.000,00	255.000,00	100.000,00	100.000,00			501.000,00
1.1.1.1.	02/070107	0101	2016	1												1.000,00						
1.1.1.1.	02/070108	0101	2016	1												45.000,00						
1.2.				Segurança e Ordem Publicas											1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
1.2.1.				Protecção Civil e Luta Contra Incêndios											1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
1.2.1.1.		01	2004		Plano de Atividades										1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
1.2.1.1.		0101	2004	10	Serviço Municipal de Protecção Civil – Equipamento	Outra	100		Presidente	01-01-2004	31-12-2019				1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
2.				Funções Sociais											3.367.900,00	810.900,00	2.557.000,00	250.000,00	180.000,00	80.000,00		3.877.900,00
2.1.				Educação											345.000,00	90.000,00	255.000,00	100.000,00	30.000,00	30.000,00		505.000,00
2.1.1.				Ensino não Superior											345.000,00	90.000,00	255.000,00	100.000,00	30.000,00	30.000,00		505.000,00
2.1.1.1.		01	2010		Plano de Actividades										345.000,00	90.000,00	255.000,00	100.000,00	30.000,00	30.000,00		505.000,00
2.1.1.1.		0101	2010	1	Programa de Recuperação de Edifícios e Espaços Escolares	Empreitada	100		DT	01-01-2010	31-12-2019				255.000,00		255.000,00	100.000,00	30.000,00	30.000,00		415.000,00
2.1.1.1.	02/070109	0101	2010	1												5.000,00						
2.1.1	03/07010305	0101	2010	1												75.000,00						
2.1.1	03/07011002	0101	2010	1												10.000,00						
2.3.				Segurança e Ação Sociais											100.000,00	15.000,00	85.000,00					100.000,00
2.3.2				Ação Social											100.000,00	15.000,00	85.000,00					100.000,00
2.3.2.		02	2014		Plano de Atividades										100.000,00	15.000,00	85.000,00					100.000,00
2.3.2.	02/07010413	0201	2014	3	Hortas Socias	Outra	100		DT	01-01-2014	31-12-2016				100.000,00	15.000,00	85.000,00					100.000,00
2.4.				Habitação e Serviços Coletivos											2.759.300,00	542.300,00	2.217.000,00	150.000,00	150.000,00	50.000,00		3.825.800,00
2.4.1.				Habitação											50.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		200.000,00
2.4.1.		01	2004		Plano de Atividades										50.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		200.000,00
2.4.1.		0102	2004	17	Investimentos em Habitações Municipais	Outra	100		DT	01-01-2004	31-12-2017				50.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		200.000,00
2.4.2.		01	2011		Ordenamento do Território										1.235.200,00	193.200,00	1.042.000,00	100.000,00	100.000,00			1.435.200,00
2.4.2.		0102	2008	5	Plano de Atividades										5.000,00		5.000,00					5.000,00
2.4.2.		0102	2008	5	Loteamento Habitacional de Santa Margarida do Sado	Outra	100		DT	01-01-2008	31-12-2016	4			5.000,00		5.000,00					5.000,00
2.4.2.		01	2011		Plano de Atividades										850.000,00		850.000,00	100.000,00	100.000,00			1.050.000,00
2.4.2.		0104	2011	6	Loteamento Habitacional Bairro Singa - Fase 2	Empreitada	100		DT	01-01-2011	31-12-2018				100.000,00		100.000,00	100.000,00	100.000,00			300.000,00
2.4.2.		0105	2011	7	Requalificação Urbana da Frente Poente em Ferreira do Alentejo	Empreitada	15	85	DT/CEDEC	01-01-2011	31-12-2016	1			750.000,00		750.000,00					750.000,00
2.4.2.		01	2013		Plano de Atividades										160.200,00	160.200,00						160.200,00
2.4.2.		0101	2013	2	PRODIVE-Programa de Requalificação Urbana de Odivelas	Empreitada	100		DT/CEDEC	01-01-2013	31-12-2016				146.400,00							146.400,00
2.4.2.	02/07010406	0101	2013	2												74.000,00						
2.4.2.	02/07010413	0101	2013	2												30.000,00						
2.4.2.	02/07030301	0101	2013	2												42.400,00						
2.4.2.		0102	2013	3	PROSAMAR-Programa Requalificação de Santa Margarida do Sado	Outra	15	85	DT/CEDEC	01-01-2013	31-12-2016	4			13.800,00							13.800,00
2.4.2.	02																					

Plano Plurianual de Investimentos 2016 - 2019

Dotações Iniciais

Objectivo	Cód. da Classificação Económica	Cód/Ano/ Número do Proj. Acção	Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financ.			Responsável	Datas		Ex	Realizado		Despesas de Investimento (Previsão)							Total Previsto
					AC	AA	FC		Início	Fim		Pagam. Até 1-Out-2015	Pagam. Prev de Out-Dez	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes			Outros	
														Total	Definido	Não Definido	2017	2018	2019		
2.4.2	02/07030301	0102 2013 3													1.500,00						
2.4.2.		01 2016	Plano de Atividades											220.000,00	33.000,00	187.000,00					220.000,00
2.4.2.		0101 2016 3	RUFA III – Programa de Reabilitação Urbana de Ferreira do Alentejo	Empreitada	15	85	DT/CEDEC		01-01-2016	31-12-2016				220.000,00		187.000,00					220.000,00
2.4.2	02/07030301	0103 2013 4													15.000,00						
2.4.2	02/07030307	0103 2013 4													18.000,00						
2.4.3.			Saneamento											1.223.100,00	174.100,00	1.049.000,00					1.223.100,00
2.4.3.		01 2004	Plano de Atividades											33.000,00	33.000,00						33.000,00
2.4.3.		0102 2004 24	Etar's (Remodelação das Etar's do Concelho)	Empreitada	100		DT		01-01-2004	31-12-2017	4			33.000,00							33.000,00
2.4.3.	02/07010403	0102 2004 24													23.000,00						
2.4.3	02/07011002	0102 2004 24													10.000,00						
2.4.3.		01 2006	Plano de Atividades											250.000,00		250.000,00					250.000,00
2.4.3.		0101 2006 10	Redimensionamento da Rede de Águas Pluviais de Figueira de Cavaleiros	Empreitada	100		DT		01-01-2006	31-12-2016				250.000,00		250.000,00					250.000,00
2.4.3		02 2015	Plano de Atividades											940.100,00	141.100,00	799.000,00					940.100,00
2.4.3		0201 2015 2	Nova Etar de Ferreira do Alentejo	Empreitada	100		DT		01-01-2015	31-12-2016				940.100,00		799.000,00					940.100,00
2.4.3	02/07010403	0201 2015 2													141.000,00						
2.4.3	02/070113	0201 2015 2													100,00						
2.4.4.			Abastecimento de Água											200.000,00	124.000,00	76.000,00					200.000,00
2.4.4.		01 2004	Plano de Actividades											105.000,00	105.000,00						105.000,00
2.4.4.		0101 2004 26	Sistema de Distribuição de Águas	Outra	100		DT		01-01-2004	31-12-2016				105.000,00							105.000,00
2.4.4.	02/07011002	0101 2004 26													25.000,00						
2.4.4.	02/07030307	0101 2004 26													80.000,00						
2.4.4.		01 2016	Plano de Atividades											95.000,00	19.000,00	76.000,00					95.000,00
2.4.4.		0102 2016 2	Cadastro de Infraestruturas de Água e Saneamento	Outra	100		DT		01-01-2016	31-12-2016				95.000,00		76.000,00					95.000,00
2.4.4.	02/070108	0102 2016 2													6.000,00						
2.4.4.	02/070113	0102 2016 2													13.000,00						
2.4.5.			Resíduos Sólidos											45.000,00	45.000,00						45.000,00
2.4.5.		01 2004	Plano de Atividades											45.000,00	45.000,00						45.000,00
2.4.5.		0102 2004 30	Sistema Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos	Outra	100		DT		01-01-2004	31-12-2016				45.000,00							45.000,00
2.4.5.	02/07010601	0102 2004 30													25.000,00						
2.4.5.	02/07011001	0102 2004 30													20.000,00						
2.4.6.			Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza											6.000,00	6.000,00						6.000,00
2.4.6.		01 2004	Plano de Atividades											6.000,00	6.000,00						6.000,00
2.4.6	02/07030312	0101 2004 31	Cemitérios	Outra	100		DT		01-01-2004	31-12-2016				6.000,00	6.000,00						6.000,00
2.5.			Serviços Culturais Recreativos e Religiosos											163.600,00	163.600,00						163.600,00
2.5.1.			Cultura											60.000,00	60.000,00						174.000,00
2.5.1.		01 2004	Plano de Atividades											15.000,00	15.000,00						15.000,00
2.5.1		0104 2004 37	Rede de Centros Culturais e Recreativos - Alfândão, Fortes, Gasparões e Odiveiras	Empreitada	100	85	DT/CEDEC		01-01-2004	31-12-2015	4			15.000,00	15.000,00						15.000,00
2.5.1.	02/07010302	01 2016	Plano de Atividades											45.000,00	45.000,00						45.000,00
2.5.1.	02/070112	01 2016 4	Comemorações dos Quinhentos anos do Foral do Concelho	Outra	100		DCD		02-01-2016	31-12-2016				45.000,00	45.000,00						45.000,00
2.5.2.			Desporto, Recreio e Lazer											103.600,00	103.600,00						103.600,00
2.5.2		02 2004	Plano de Atividades											60.000,00	60.000,00						60.000,00
2.5.2	02/07010406	0201 2004 45	Outras Infraestruturas Desportivas	Outra	100		DT		01-01-2004	31-12-2016	4			60.000,00	60.000,00						60.000,00
2.5.2		02 2014	Plano de Atividades											43.600,00	43.600,00						43.600,00
2.5.2		0201 2014 5	Outras Infraestruturas de Recreio e Lazer	Empreitada	100		DT		01-01-2014	31-12-2016				43.600,00							43.600,00
2.5.2	02/07010406	0201 2014 5													36.500,00						
2.5.2	02/07011002	0201 2014 5													7.100,00						
3.			Funções Económicas											881.000,00	166.000,00	715.000,00					881.000,00
3.2.			Indústria e Energia											600.000,00	50.000,00	550.000,00					600.000,00
3.2.1.			Parques Industriais											550.000,00		550.000,00					550.000,00
3.2.1.		01 2004	Plano de Atividades											500.000,00	50.000,00	500.000,00					500.000,00
3.2.1.		0103 2004 51	Zona Agro Industrial do Penique	Outra	100		DT		01-01-2004	31-12-2016				500.000,00	50.000,00	500.000,00					500.000,00
3.2.1		01 2007	Plano de Atividades											50.000,00		50.000,00					50.000,00
3.2.1.		0101 2007 8	Alargamento do Parque de Empresas	Outra	15	85	DT/CEDEC		01-01-2007	31-12-2016	4			50.000,00		50.000,00					50.000,00
3.2.2.			Energia											50.000,00	50.000,00						50.000,00
3.2.2.		01 2004	Plano de Atividades											50.000,00	50.000,00						50.000,00
3.2.2.	02/07010404	0102 2004 53	Reforço e Modernização da Iluminação Pública	Outra	100		DT		01-01-2004	31-12-2016	4			50.000,00	50.000,00						50.000,00
3.3.			Transportes e Comunicações											256.000,00	106.000,00	150.000,00					256.000,00
3.3.1.			Transportes Rodoviários											256.000,00	106.000,00	150.000,00					256.000,00
3.3.1.		01 2004	Plano de Atividades											256.000,00	106.000,00	150.000,00					256.000,00

Plano Plurianual de Investimentos 2016 - 2019

Dotações Iniciais

Objectivo	Cod. da Classificação Económica	Cód/Ano/ Número do Proj. Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financ.			Responsável	Datas			Realizado		Despesas de Investimento (Previsão)							Total Previsto	
							AC	AA	FC		Início	Fim	Ex	Pagam. Até 1-Out-2015	Pagam. Prev de Out-Dez	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes			Outros		
																Total	Definido	Não Definido	2017	2018	2019			
3.3.1.	00/07030301	0101	2004	54	Construção e Conservação de Arruamentos no Concelho	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2016	4			100.000,00	100.000,00							100.000,00
3.3.1.		0104	2004	56	Estradas e Caminhos Municipais - Construção, Reabilitação e Conservação	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2016				150.000,00		150.000,00						150.000,00
3.3.1.	02/07010409	0105	2004	57	Sinalização Viária e Estacionamento	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2016	4			6.000,00	6.000,00							6.000,00
3.4					Comércio e Turismo											25.000,00	10.000,00	15.000,00						25.000,00
3.4.2					Turismo											25.000,00	10.000,00	15.000,00						25.000,00
3.4.2		02	2014		Plano de Atividades											25.000,00	10.000,00	15.000,00						25.000,00
3.4.2	02/07010409	0201	2014	4	Sinalização do Património Monumental do Concelho	Outra		100		DCD	01-01-2014	31-12-2016				25.000,00	10.000,00	15.000,00						25.000,00
4.					Outras Funções											883.090,00	883.090,00		873.084,00	873.084,00	583.084,00	142.165,75		3.354.507,75
4.1.					Operações da Dívida Autárquica											510.006,00	510.006,00		500.000,00	500.000,00	500.000,00			2.010.006,00
4.1.1.					Relações com Instituições Financeiras											510.006,00	510.006,00		500.000,00	500.000,00	500.000,00			2.010.006,00
4.1.1.		01	2004		Plano de Atividades											510.006,00	510.006,00		500.000,00	500.000,00	500.000,00			2.010.006,00
4.1.1.		0101	2004	60	Amortizações de Empréstimos	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2016				510.006,00		500.000,00	500.000,00	500.000,00				2.010.006,00
4.1.1.	02/10060301	0101	2004	60													428.000,00							
4.1.1	02/10060303	0101	2004	60													28.320,00							
4.1.1	02/100605	0101	2004	60													53.686,00							
4.2.					Transferências entre Administrações											302.000,00	302.000,00		302.000,00	302.000,00	12.000,00			918.000,00
4.2.1.					Transferências para Administração Autárquica											302.000,00	302.000,00		302.000,00	302.000,00	12.000,00			918.000,00
4.2.1.		01	2004		Plano de Atividades											302.000,00	302.000,00		302.000,00	302.000,00	12.000,00			918.000,00
4.2.1.	02/08050102	0101	2004	61	Transferências de Capital para as freguesias nos termos dos Protocolos Estabelecidos	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2016				240.000,00	240.000,00		240.000,00	240.000,00				720.000,00
4.2.1.	02/08050102	0102	2004	62	Outras Formas de Apoio às Freguesias nos Termos da Lei 5A/2003 de 11/01	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2016				50.000,00	50.000,00		50.000,00	50.000,00				150.000,00
4.2.1.	02/08050104	0107	2004	66	Transferência para Amortização de Empréstimo - CIMAL	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2016				12.000,00	12.000,00		12.000,00	12.000,00	12.000,00			48.000,00
4.3					Diversas não Especificadas											71.084,00	71.084,00		71.084,00	71.084,00	71.084,00	142.165,75		426.501,75
4.3.1					Equip.não Autarquico de Rele.Interesse para o Concelho											71.084,00	71.084,00		71.084,00	71.084,00	71.084,00	142.165,75		426.501,75
4.3.1		01	2015		Plano de Atividades											71.084,00	71.084,00		71.084,00	71.084,00	71.084,00	142.165,75		426.501,75
4.3.1	02/09080601	01	2015	5	Realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal	Outra		100		DAM	01-01-2015	31-12-2021				71.084,00	71.084,00		71.084,00	71.084,00	71.084,00	142.165,75		426.501,75
Total Geral																6.390.190,00	2.267.190,00	4.123.000,00	1.573.084,00	1.353.084,00	763.084,00	170.165,75	10.235.607,75	

Fases de Execução

- 0 - Não Iniciada
- 1 - Com Projecto Técnico
- 2 - Adjudicada
- 4 - Execução Física Superior a 50%
- 9 - Concluída



PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS 2016 - 2019



Resumo do Plano de Atividades Municipal 2016 – 2019

Dotações Iniciais

Objectivo	Descrição	Realizado		Despesas (Previsão)							Total Previsto
		Pagam. Até 1-Out de 2015	Pagam. Prev. De Out. a Dez.	Ano em curso (Financiamento)			Anos Seguintes				
				Total	Definido	Não Definido	2017	2018	2019	Outros	
1.	Funções Gerais			188.600,00	182.600,00	6.000,00	178.000,00	178.000,00	178.000,00		722.600,00
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública			102.600,00	102.600,00		103.000,00	103.000,00	103.000,00		411.600,00
1.1.1.	Administração Geral			102.600,00	102.600,00		103.000,00	103.000,00	103.000,00		411.600,00
1.2.	Segurança e OrdensPúblicas			86.000,00	80.000,00	6.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00		311.000,00
1.2.1.	Proteção Civil e Luta Contra Incendios			81.000,00	80.000,00	1.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00		291.000,00
1.2.2.	Segurança Pública			5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		20.000,00
2.	Funções Sociais			1.502.300,00	1.493.300,00	9.000,00	539.000,00	102.500,00	102.500,00		2.246.300,00
2.1.	Educação			362.600,00	361.100,00	1.500,00	356.500,00	10.000,00	10.000,00		739.100,00
2.1.1.	Ensino Não Superior			152.600,00	151.100,00	1.500,00	96.500,00				249.100,00
2.1.2.	Serviços Auxiliares de Ensino			210.000,00	210.000,00		260.000,00	10.000,00	10.000,00		490.000,00
2.2.	Saúde			155.000,00	155.000,00						155.000,00
2.2.1.	Serviços Individuais de Saúde			155.000,00	155.000,00						155.000,00
2.3.	Segurança e Ações Sociais			43.500,00	43.500,00						43.500,00
2.3.2.	Ação Social			43.500,00	43.500,00						43.500,00
2.4.	Habituação e Serviços Coletivos			692.000,00	692.000,00						692.000,00
2.4.2.	Ordenamento do Território			42.000,00	42.000,00						42.000,00
2.4.6.	Proteção do Meio Amb. e Conservação da Natureza			650.000,00	650.000,00						650.000,00
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos			249.200,00	241.700,00	7.500,00	182.500,00	92.500,00	92.500,00		616.700,00
2.5.1.	Cultura			185.500,00	183.000,00	2.500,00	124.000,00	84.000,00	84.000,00		477.500,00
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer			58.700,00	58.700,00		58.500,00	8.500,00	8.500,00		134.200,00
2.5.3.	Outras Actividades Cívicas e Religiosas			5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		20.000,00
3.	Funções Económicas			819.881,00	799.881,00	20.000,00	950.000,00	720.000,00	60.000,00		2.549.881,00
3.1.	Agricultura, Pecuária, Sivicultura, Caça e Pesca			20.000,00		20.000,00	20.000,00				40.000,00
3.1.1.	Caminhos Agrícolas			20.000,00		20.000,00	20.000,00				40.000,00
3.2.	Indústria e Energia			660.000,00	660.000,00		660.000,00	660.000,00			1.980.000,00
3.2.2.	Energia			630.000,00	630.000,00		630.000,00	630.000,00			1.890.000,00
3.4.	Comércio e Turismo			58.000,00	58.000,00		260.000,00	60.000,00	60.000,00		438.000,00
3.4.1.	Mercados e Feiras			58.000,00	58.000,00		260.000,00	60.000,00	60.000,00		438.000,00
3.5.	Outras Funções Económicas			81.881,00	81.881,00		10.000,00				91.881,00
3.5.1.	Unidades Produtivas			10.000,00	10.000,00						10.000,00
3.5.2.	Incremento do Desenvolvimento Económico e Social			71.881,00	71.881,00		10.000,00				81.881,00
4.	Outras Funções			70.000,00	70.000,00		90.000,00				160.000,00
4.2.	Transferências entre Administrações			70.000,00	70.000,00		90.000,00				160.000,00
4.2.1.	Transferências para a Administração Autárquica			70.000,00	70.000,00		90.000,00				160.000,00
Total Geral				2.580.781,00	2.545.781,00	35.000,00	1.757.000,00	1.000.500,00	340.500,00		5.678.781,00

Plano de Atividades Municipal 2016 – 2019

Dotações Iniciais

Objectivo	Código Classif. Económica	Cód./Ano/ Número do Proj. Acção		Descrição	Forma de Realização	Fonte Financiament o			Responsável	Datas		EX	Realizado		Despesas (Previsão)						Outros	Total Previsto
						Pagam. Até 1- Out-2015	Pagam. Prev de Out-Dez	Ano em Curso (Financiamento)					Anos Seguintes									
								AC		AA	FC		Início	Fim	Total	Definido	Não Definido	2017	2018	2019		
1.				FUNÇÕES GERAIS											188.600,00	182.600,00	6.000,00	178.000,00	178.000,00	178.000,00		722.600,00
1.1.				Serviços Gerais de Administração Pública											102.600,00	102.600,00		103.000,00	103.000,00	103.000,00		411.600,00
1.1.1.		02	2004	Administração Geral											102.600,00	102.600,00		103.000,00	103.000,00	103.000,00		411.600,00
				Ações Mais Relevantes											102.600,00	102.600,00		103.000,00	103.000,00	103.000,00		411.600,00
1.1.1		0202	2004	Saúde,Higiene e Segurança no Trabalho do Pessoal ao Serviço da Autarquia	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2018				28.000,00			28.000,00	28.000,00	28.000,00		112.000,00
1.1.1.	02/020107	0202	2004													10.000,00						
1.1.1.	02/020222	0202	2004													18.000,00						
1.1.1.		0203	2004	Seguros do Pessoal e do Património	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2017				74.600,00			75.000,00	75.000,00	75.000,00		299.600,00
1.1.1.	01/01030901	0203	2004													600,00						
1.1.1.	02/01030901	0203	2004													34.000,00						
1.1.1.	02/020212	0203	2004													40.000,00						
1.2.				Segurança e Ordem Públicas											86.000,00	80.000,00	6.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00		311.000,00
1.2.1.				Protecção Civil e Luta Contra Incêndios											81.000,00	80.000,00	1.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00		306.000,00
1.2.1		02	2004	Ações Mais Relevantes											76.000,00	75.000,00	1.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00		301.000,00
1.2.1.		0201	2004	Serviço Municipal de Protecção Civil	Outra		100		Presidente	01-01-2004	31-12-2016				1.000,00		1.000,00					1.000,00
1.2.1.	02/040701	0202	2004	Apoio aos Bombeiros para Func. e Aq. de Equipamento	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2019				70.000,00	70.000,00		70.000,00	70.000,00	70.000,00		280.000,00
1.2.1.	02/020212	0204	2004	Seguro de Acidentes Pessoais a Favor do Corpo Activo Bombeiros	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2019				5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		20.000,00
1.2.1.		02	2012	Ações Mais Relevantes											5.000,00	5.000,00						5.000,00
1.2,1	02/020214	0201	2012	Plano Municipais de Emergencia para o Baixo Alentejo	Outra		15	85	CEDEC	01-01-2012	31-12-2016				5.000,00	5.000,00						5.000,00
1.2.2.				Polícia Municipal											5.000,00		5.000,00					5.000,00
1.2.2.		02	2004	Ações Mais Relevantes											5.000,00		5.000,00					5.000,00
1.2.2.		0202	2004	Apoio ao Funcionamento das Forças de Segurança	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2016				5.000,00		5.000,00					5.000,00
2				Funções Sociais											1.502.300,00	1.493.300,00	9.000,00	539.000,00	102.500,00	102.500,00		2.246.300,00
2.1.				Educação											362.600,00	361.100,00	1.500,00	356.500,00	10.000,00	10.000,00		739.100,00
2.1.1.				Ensino não Superior											152.600,00	151.100,00	1.500,00	96.500,00				249.100,00
2.1.1.		02	2008	Ações Mais Relevantes											152.600,00	151.100,00	1.500,00	96.500,00				249.100,00
2.1.1.		0201	2008	Apoio ao Funcionamento do Ensino Pré Escolar	Outra		100		DASEF	01-01-2008	31-12-2017				46.975,00							46.975,00
2.1.1.	03/040301	0201	2008													3.475,00						
2.1.1.	03/04050102	0201	2008													18.500,00						
2.1.1.	03/040701	0201	2008													25.000,00						
2.1.1.		0202	2008	Apoio ao Funcionamento do 1ºCiclo do Ensino Básico	Outra		100		DASEF	01-01-2008	31-12-2017				104.125,00			95.000,00				199.125,00
2.1.1.	03/040301	0202	2008													11.525,00						
2.1.1.	03/04050102	0202	2008													20.600,00						
2.1.1.	03/040701	0202	2008													72.000,00						
2.1.1.	02/020213	0204	2008	Jornadas Pedagógicas do Concelho de Ferreira do Alentejo	Outra		100		DASEF	01-01-2008	31-12-2017				1.500,00		1.500,00	1.500,00				3.000,00
2.1.2.				Serviços Auxiliares de Ensino											210.000,00	210.000,00		260.000,00	10.000,00	10.000,00		490.000,00
2.1.2.		02	2004	Accções Mais Relevantes											200.000,00	200.000,00		250.000,00				450.000,00

Plano de Atividades Municipal 2016 – 2019

Dotações Iniciais

Objectivo	Código Classif. Económica	Cód./Ano/ Número do Proj. Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte Financiament o			Responsável	Datas		EX	Realizado		Despesas (Previsão)						Outros	Total Previsto
							AC	AA	FC					Pagam. Até 1- Out-2015	Pagam. Prev de Out-Dez	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes				
											Início	Fim				Total	Definido	Não Definido	2017	2018	2019		
2.1.2.	03/020210	0201	2004	22	Transportes Escolares	Outra		100		DASEF	01-01-2004	31-12-2017				200.000,00	200.000,00		250.000,00				450.000,00
2.1.2.		02	2009		Ações Mais Relevantes											10.000,00	10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00		40.000,00
2.1.2.	03/020120	0204	2009	5	Apoios Sócio Educativos	Outra		100		DASEF	01-01-2009	31-12-2019				10.000,00	10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00		40.000,00
2.2.					Saúde											155.000,00	155.000,00						155.000,00
2.2.1.					Serviços Individuais de Saúde											155.000,00	155.000,00						155.000,00
2.2.1.		02	2004		Acções Mais Relevantes											155.000,00	155.000,00						155.000,00
2.2.1.		0201	2004	26	Despesas de Saude não Participativas	Outra		100		DAM	01-01-2004	31-12-2016				155.000,00							155.000,00
2.2.1.	02/010301	0201	2004	26													105.000,00						
2.2.1.	02/010302	0201	2004	26													45.000,00						
2.2.1.	03/010302	0201	2004	26													5.000,00						
2.3.					Segurança e Ação Sociais											43.500,00	43.500,00						43.500,00
2.3.2.					Ação Social											43.500,00	43.500,00						43.500,00
2.3.2.		02	2009		Ações Mais Relevantes											43.500,00	43.500,00						43.500,00
2.3.2.		0204	2009	6	Ferreira Solidária	Outra		100		DASEF	01-01-2009	31-12-2016				43.500,00							43.500,00
2.3.2.	02/020115	0204	2009	6													1.500,00						
2.3.2.	02/020213	0204	2009	6													1.500,00						
2.3.2.	02/020220	0204	2009	6													500,00						
2.3.2.	02/040701	0204	2009	6													10.000,00						
2.3.2.	02/040802	0204	2009	6													30.000,00						
2.4.					Habitação e Serviços Coletivos											692.000,00	692.000,00						692.000,00
2.4.2.					Ordenamento do Território											42.000,00	42.000,00						42.000,00
2.4.2.		02	2004		Ações Mais Relevantes											42.000,00	42.000,00						42.000,00
2.4.2.	02/020214	0201	2004	37	Revisão/Alteração do Plano Director Municipal (PDM)	Outra		100		DT	01-01-2004	31-12-2015	2			30.000,00	30.000,00						30.000,00
2.4.2.	02/020214	0202	2004	38	Planos Urbanísticos Previstos no PDM (Planos de Pormenor,Loteamentos,etc.)	Outra		100		DT	01-01-2004	31/12/2015	2			12.000,00	12.000,00						12.000,00
2.4.6.					Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza											650.000,00	650.000,00						650.000,00
2.4.6.		02	2009		Ações Mais Relevantes											650.000,00	650.000,00						650.000,00
2.4.6.		0205	2009	7	Ferreira Sustentável	Outra		100		DT	01-01-2009	31-12-2017				650.000,00							650.000,00
2.4.6.	02/020202	0205	2009	7													280.000,00						
2.4.6.	02/020220	0205	2009	7													370.000,00						
2.5.					Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos											219.200,00	211.700,00	7.500,00	182.500,00	92.500,00	92.500,00		586.700,00
2.5.1.					Cultura											155.500,00	153.000,00	2.500,00	124.000,00	84.000,00	84.000,00		447.500,00
2.5.1.		02	2004		Ações Mais Relevantes											97.500,00	96.000,00	1.500,00	100.000,00	65.000,00	65.000,00		327.500,00
2.5.1.		0202	2004	51	Comemorações e Eventos Históricos	Outra		100		DCD	01-01-2004	31-12-2019				16.000,00			15.000,00	15.000,00	15.000,00		61.000,00
2.5.1.	02/020213	0202	2004	51													2.000,00						
2.5.1.	02/020220	0202	2004	51													14.000,00						
2.5.1.		0206	2004	53	Promoção de Espectáculos e Outras Actividades Culturais	Outra		100		DCD	01-01-2004	31-12-2019				20.000,00			20.000,00	20.000,00	20.000,00		80.000,00
2.5.1.	02/020213	0206	2004	53													3.500,00						

Plano de Atividades Municipal 2016 – 2019

Dotações Iniciais

Objectivo	Código Classif. Económica	Cód./Ano/ Número do Proj. Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte Financiament o			Responsável	Datas		EX	Realizado		Despesas (Previsão)						Outros	Total Previsto	
							AC	AA	FC					Pagam. Até 1- Out-2015	Pagam. Prev de Out-Dez	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes					
											Total	Definido				Não Definido	2017	2018	2019					
2.5.1.	02/020220	0206	2004	53												16.500,00								
2.5.1.	02/040701	0207	2004	54	Apoio as Colectividades e Outras Iniciativas Culturais	Outra		100		DCD	01-01-2004	31-12-2017				35.000,00	35.000,00		35.000,00					70.000,00
2.5.1.		0208	2004	55	Geminações	Outra		100		CEDEC	01-01-2004	31-12-2016				1.500,00		1.500,00						1.500,00
2.5.1.	02/020220	0211	2004	57	Publicações e Iniciativas Editoriais	Outra		100		DCD	01-01-2004	31-12-2019				25.000,00	25.000,00		30.000,00	30.000,00	30.000,00			115.000,00
2.5.1.		02	2005		Ações Mais Relevantes											15.000,00	15.000,00		19.000,00	19.000,00	19.000,00			72.000,00
2.5.1.	02/020220	0201	2005	4	Museu	Outra		100		DCD	01-01-2005	31-12-2017				4.000,00	4.000,00		4.000,00	4.000,00	4.000,00			16.000,00
2.5.1.		0202	2005	7	Biblioteca	Outra		100		DCD	01-01-2005	31-12-2017				11.000,00			15.000,00	15.000,00	15.000,00			56.000,00
2.5.1.	02/020120	0202	2005	7												10.000,00								
2.5.1.	02/020220	0202	2005	7												1.000,00								
2.5.1.		01	2007		Ações Mais Relevantes											2.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00					6.000,00
2.5.1.	02/020220	0201	2007	5	Fim de Semana Alternativo	Outra		100		DCD	01-01-2007	31-12-2017				1.000,00	1.000,00		1.000,00					2.000,00
2.5.1.		0204	2007	8	Pesquisa da Estação Arqueológica do Monte da Chaminé	Outra		100		DCD	01-01-2007	31-12-2017	4			1.000,00		1.000,00	3.000,00					4.000,00
2.5.1.		02	2008		Ações Mais Relevantes											1.500,00	1.500,00		1.000,00					2.500,00
2.5.1.	02/020213	0202	2008	7	Jornadas do Património	Outra		100		DCD	01-01-2008	31-12-2017				1.500,00	1.500,00		1.000,00					2.500,00
2.5.1.		01	2014		Ações Mais Relevantes											7.000,00	7.000,00							7.000,00
2.5.1.	02/020220	0102	2014	2	FerreiraArtes	Outra		100		DCD	01-01-2014	31-12-2016	0			7.000,00	7.000,00							7.000,00
2.5.1.		02	2016		Ações Mais Relevantes											62.500,00	62.500,00							62.500,00
2.5.1.		0201	2016	3	Comemorações dos Quinhentos anos do Foral do Concelho											62.500,00								62.500,00
2.5.1.	02/020213	0201	2016	3												5.000,00								
2.5.1.	02/020220	0201	2016	3												57.500,00								
2.5.2.					Desporto, Recreio e Lazer											58.700,00	58.700,00		58.500,00	8.500,00	8.500,00			134.200,00
2.5.2.		02	2004		Ações Mais Relevantes											8.700,00	8.700,00		8.500,00	8.500,00	8.500,00			34.200,00
2.5.2.		0201	2004	58	Jogos Desportivos	Outra		100		DCD	01-01-2004	31-12-2019				5.000,00			5.000,00	5.000,00	5.000,00			20.000,00
2.5.2.	02/020115	0201	2004	58												2.500,00								
2.5.2.	02/040701	0201	2004	58												2.500,00								
2.5.2.		0203	2004	60	Promoção de Jogos,Torneios e Outras Actividades Desportivas	Outra		100		DCD	01-01-2004	31-12-2019				3.700,00			3.500,00	3.500,00	3.500,00			14.200,00
2.5.2.	02/020115	0203	2004	60												500,00								
2.5.2.	02/020213	0203	2004	60												1.500,00								
2.5.2.	02/040701	0203	2004	60												1.700,00								
2.5.2.		02	2009		Ações Mais Relevantes											50.000,00	50.000,00		50.000,00					100.000,00
2.5.2.	02/040701	0202	2009	2	Apoios às colectividades e Iniciativas Desportivas e Recreativas	Outra		100		DCD	01-01-2009	31-12-2017				50.000,00	50.000,00		50.000,00					100.000,00
2.5.3.					Outras Actividades Cívicas e Religiosas											5.000,00		5.000,00						5.000,00
2.5.3.		02	2009		Ações Mais Relevantes											5.000,00		5.000,00						5.000,00
2.5.3.		0206	2009	8	Participação na Construção da Igreja de Gasparões	Outra		100		DT	01-01-2009	31-12-2016				5.000,00		5.000,00						5.000,00
3					Funções Económicas											819.881,00	799.881,00	20.000,00	950.000,00	720.000,00	60.000,00			2.549.881,00
3.1.					Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca											20.000,00		20.000,00	20.000,00					60.000,00
3.1.1.					Caminhos Agrícolas											20.000,00		20.000,00	20.000,00					60.000,00

Plano de Atividades Municipal 2016 – 2019

Dotações Iniciais

Objectivo	Código Classif. Económica	Cód./Ano/ Número do Proj. Acção		Descrição	Forma de Realização	Fonte Financiament o			Responsável	Datas		EX	Realizado		Despesas (Previsão)						Outros	Total Previsto
						Pagam. Até 1- Out-2015	Pagam. Prev de Out-Dez	Ano em Curso (Financiamento)					Anos Seguintes									
								AC		AA	FC		Início	Fim	Total	Definido	Não Definido	2017	2018	2019		
3.1.1.		02	2004	Ações Mais Relevantes											20.000,00		20.000,00	20.000,00				60.000,00
3.1.1.		0202	2004	68 Caminhos Rurais,Agrícolas e Vicinais	Outra			100		DT	01-01-2004	31-12-2017			20.000,00		20.000,00	20.000,00				60.000,00
3.2.				Indústria e Energia											660.000,00	660.000,00		660.000,00	660.000,00			1.980.000,00
3.2.2.				Energia											660.000,00	660.000,00		660.000,00	660.000,00			1.980.000,00
3.2.2.		02	2004	Ações Mais Relevantes											660.000,00	660.000,00		660.000,00	660.000,00			1.980.000,00
3.2.2.		0201	2004	70 Consumo de Energia Eléctrica	Outra			100		DAM	01-01-2004	31-12-2017			660.000,00			660.000,00	660.000,00			1.980.000,00
3.2.2.	02/020201	0201	2004	70												380.000,00						
3.2.2.	02/020225	0201	2004	70												280.000,00						
3.4.				Comércio e Turismo											58.000,00	58.000,00		90.000,00	290.000,00			438.000,00
3.4.1.				Mercados e Feiras											58.000,00	58.000,00		90.000,00	290.000,00			438.000,00
3.4.1.		02	2004	Ações Mais Relevantes														200.000,00				200.000,00
3.4.1.		0203	2004	72 Feira Nacional da Agua e do Regadio	Outra			100		CEDEC	01-01-2004	31-12-2017						200.000,00				200.000,00
3.4.1		02	2009	Ações Mais Relevantes											58.000,00	58.000,00		60.000,00	60.000,00	60.000,00		238.000,00
3.4.1		0205	2009	10 Feira de Ferreira e Mercado Mensal	OUTRA			100		DAM	01-01-2009	31-12-2014			58.000,00			60.000,00	60.000,00	60.000,00		238.000,00
3.4.1	02/020218	0205	2009	10												18.000,00						
3.4.1	02/020220	0205	2009	10												20.000,00						
3.4.1	02/06020305	0205	2009	10												20.000,00						
3.5.				Outras Funções Económicas											81.881,00	81.881,00		10.000,00				91.881,00
3.5.1.				Unidades Produtivas											10.000,00	10.000,00						10.000,00
3.5.1.		02	2007	Ações Mais Relevantes											10.000,00	10.000,00						10.000,00
3.5.1.	02/04010101	0201	2007	11 Contrato Programa com a MOBİTRAL	Outra			100		DAM	01-01-2007	31-12-2015			10.000,00	10.000,00						10.000,00
3.5.2.				Incremento do Desenvolvimento Económico e Social											71.881,00	71.881,00		10.000,00				81.881,00
3.5.2.		02	2004	Ações Mais Relevantes											10.000,00	10.000,00		10.000,00				20.000,00
3.5.2.	02/020220	0205	2004	80 Participação em Certames	Outra			100		CEDEC	01-01-2004	31-12-2017			10.000,00	10.000,00		10.000,00				20.000,00
3.5.2.		02	2007	Ações Mais Relevantes											1.500,00	1.500,00						1.500,00
3.5.2.	02/020220	0202	2007	13 Promoção da Marca " FERREIRA DO ALENTEJO "	Outra			100		CEDEC	01-01-2007	31-12-2015			1.500,00	1.500,00						1.500,00
3.5.2.		02	2010	Ações Mais Relevantes											41.881,00	41.881,00						41.881,00
3.5.2.		0202	2010	2 Participação no Capital Social da AMGAP eOutras Empresas	Outra			100		DAM	01-01-2010	31-12-2015			41.881,00							41.881,00
3.5.2.	02/08010102	0202	2010	2												500,00						
3.5.2.	02/08050104	0202	2010	2												40.881,00						
3.5.2.	02/090802	0202	2010	2												500,00						
3.5.2.		02	2013	Ações Mais Relevantes											18.500,00	18.500,00						18.500,00
3.5.2.	02/040701	0201	2012	1 Ferreira Empreende	Outra			100		CEDEC	01-01-2013	31-12-2015			15.000,00	15.000,00						15.000,00
3.5.2.	02/020220	0202	2013	2 Promoção da Marca Ferreira do Alentejo-Capital de Azeite	Outra			100		CEDEC	01-01-2013	31-12-2015			3.500,00	3.500,00						3.500,00
4				Outras Funções											70.000,00	70.000,00		90.000,00				160.000,00
4.2.				Transferências entre Administrações											70.000,00	70.000,00		90.000,00				160.000,00
4.2.1.				Transferências para Administração Autárquica											70.000,00	70.000,00		90.000,00				160.000,00

Plano de Atividades Municipal 2016 – 2019

Dotações Iniciais

Objectivo	Código Classif. Económica	Cód./Ano/ Número do Proj. Acção		Descrição	Forma de Realização	Fonte Financiament o			Responsável	Datas		EX	Realizado		Despesas (Previsão)						Outros	Total Previsto	
						AC	AA	FC					Pagam. Até 1-Out-2015	Pagam. Prev de Out-Dez	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes					
										Início	Fim				Total	Definido	Não Definido	2017	2018	2019			
4.2.1.		02	2004	Ações Mais Relevantes										70.000,00	70.000,00		90.000,00				160.000,00		
4.2.1.	02/04050102	0201	2004	82Transferências Correntes para as Freguesias nos Termos dos Protocolos Estabelecidos	Outra			100	DAM	01-01-2004	31-12-2017			70.000,00	70.000,00		90.000,00				160.000,00		
Total																2.580.781,00	2.545.781,00	35.000,00	1.757.000,00	1.000.500,00	340.500,00		5.678.781,00

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - Não Iniciada
- 1 - Com projeto Técnico
- 2 - Adjudicada
- 4 - Execução física superior a 50 %
- 9 - Concluída



MAPAS ORÇAMENTO 2016



RESUMO DO ORÇAMENTO

(DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016)

Receitas		Montante	Despesas		Montante
Total	Correntes	8.942.907,00	Total	Correntes	8.432.901,00
	De Capital	1.799.065,00		De Capital	2.309.071,00
		10.741.972,00			10.741.972,00
Total Geral		10.741.972,00	Total Geral		10.741.972,00

RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS 2016

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016

Receitas	Montante	%
Receitas Correntes		
01 Impostos Diretos	1.149.010,00	10,7
02 Impostos Indiretos	19.682,00	0,2
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	204.823,00	1,9
05 Rendimentos de Propriedade	435.171,00	4,1
06 Transferências Correntes	6.517.964,00	60,7
07 Venda Bens e Serviços Correntes	580.722,00	5,4
08 Outras Receitas Correntes	35.535,00	0,3
Total das Receitas Correntes	8.942.907,00	83,3
Receitas de Capital		
09 Venda de Bens de Investimento	92.942,00	0,9
10 Transferências de Capital	1.706.122,00	15,9
11 Activos Financeiros		0,0
12 Passivos Financeiros		
13 Outras Receitas de Capital	1,00	0,0
Total das Receitas de Capital	1.799.065,00	16,7
Outras Receitas		
16 Saldo da Gerência Anterior		
Total das Outras Receitas		
Total Geral	10.741.972,00	100,0

Despesas	Montante	%
Despesas Correntes		
01 Despesas com Pessoal	4.376.540,00	40,7
02 Aquisição de Bens e Serviços	3.084.180,00	28,7
03 Juros e Outros Encargos	56.781,00	0,5
04 Transferências Correntes	785.400,00	7,3
05 Subsídios		0,0
06 Outras Despesas Correntes	130.000,00	1,2
Total das Despesas Correntes	8.432.901,00	78,5
Despesas de Capital		
07 Aquisição de Bens de Capital	1.384.100,00	12,9
08 Transferências de Capital	343.381,00	3,2
09 Ativos Financeiros	71.584,00	0,7
10 Passivos Financeiros	510.006,00	4,7
11 Outras Despesas de Capital		
Total das Despesas de Capital	2.309.071,00	21,5
Total Geral	10.741.972,00	100,0



ORÇAMENTO DA RECEITA 2016



ORÇAMENTO DA RECEITA 2016

Dotações Iniciais

Códigos	Designação	Montante
	RECEITAS CORRENTES	8.942.907,00
01	Impostos Directos	1.149.010,00
01.02	Outros	1.149.010,00
01.02.02	Imposto Municipal sobre Imóveis	633.766,00
01.02.03	Imposto Único de Circulação	157.294,00
01.02.04	Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis	222.740,00
01.02.05	Derrama	135.210,00
02	Impostos Indiretos	19.682,00
02.02	Outros	19.682,00
02.02.06	Impostos Indiretos Esp.das Autarquias Locais	19.682,00
02.02.06.01	Mercados e Feiras	3.245,00
02.02.06.02	Loteamentos e Obras	10.366,00
02.02.06.03	Ocupação da Via Pública	3.136,00
02.02.06.05	Publicidade	525,00
02.02.06.99	Outros	2.410,00
02.02.06.99.01	Taxa Municipal de Direitos de Passagem	256,00
02.02.06.99.02	Taxa de Deposito da Ficha Técnica da Habitação	9,00
02.02.06.99.99	Outros	2.145,00
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	204.823,00
04.01	Taxas	190.054,00
04.01.23	Taxas Especificas das Autarquias Locais	190.054,00
04.01.23.01	Mercados e Feiras	26,00
04.01.23.02	Loteamentos e Obras	31.886,00
04.01.23.03	Ocupação da Via Pública	450,00
04.01.23.04	Canideos	46,00
04.01.23.05	Caça, Uso e Porte de Arma	181,00
04.01.23.06	Saneamento	95.863,00
04.01.23.99	Outras	61.602,00
04.01.23.99.01	Taxa de Deposito da Ficha Técnica da Habitação	146,00

ORÇAMENTO DA RECEITA 2016

Dotações Iniciais

Códigos	Designação	Montante
04.01.23.99.02	Taxa Pela Emissão do Cert.Registo Fixada Pela Portaria nº1334-D/2010 de 31/12	761,00
04.01.23.99.99	Outras	60.695,00
04.02	Multas e Outras Penalidades	14.769,00
04.02.01	Juros de Mora	415,00
04.02.04	Coimas e Penalidades por Contra Ordenações	3.033,00
04.02.99	Multas e Penalidades Diversas	11.321,00
05	Rendimentos de Propriedade	435.171,00
05.02	Juros - Sociedades Financeiras	206,00
05.02.01	Bancos e Outras Instituições Financeiras	206,00
05.03	Juros - Administrações Públicas	49,00
05.03.01	Administração Central - Estado	49,00
05.10	Rendas	434.916,00
05.10.99	Outros	434.916,00
06	Transferências Correntes	6.517.964,00
06.03	Administração Central	6.517.964,00
06.03.01	Estado	6.217.662,00
06.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	5.384.415,00
06.03.01.02	Fundo Social Municipal	136.486,00
06.03.01.03	Participação Variável no IRS	214.853,00
06.03.01.05	Direcção Geral De Administração Local	31.371,00
06.03.01.06	Direcção Regional da Educação do Alentejo	99.122,00
06.03.01.07	Direcção Geral da Administração Interna - Administração Eleitoral	5.966,00
06.03.01.09	Ministério da Educação	344.849,00
06.03.0199	Outros	600,00
06.03.06	Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	20.472,00
06.03.06.01	Fundo Social Europeu	20.472,00
06.03.07	Serviços e Fundos Autónomos	1,00
06.03.09	Serviços e Fundos Autónomos - Sub Protecção Emp. e Form. Profissional	279.829,00
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	580.722,00
07.01	Venda de Bens	245.172,00

ORÇAMENTO DA RECEITA 2016

Dotações Iniciais

Códigos	Designação	Montante
07.01.02	Livros e Documentação Técnica	2.195,00
07.01.03	Publicações e Impressos	138,00
07.01.10	Desperdícios, Resíduos e Refugos	500,00
07.01.10.01	Sucata	500,00
07.01.11	Produtos Acabados e Intermédios	242.339,00
07.01.11.01	Inertes	759,00
07.01.11.02	Outros	241.580,00
07.01.11.02.01	Água	241.300,00
07.01.11.02.02	Outros	280,00
07.02	Serviços	320.612,00
07.02.01	Aluguer de Espaços e Equipamentos	328,00
07.02.08	Serviços Sociais, Recreativos, Culturais e de Desporto	53.355,00
07.02.08.02	Serviços Recreativos	38.061,00
07.02.08.02.99	Outros	38.061,00
07.02.08.04	Serviços Desportivos	15.294,00
07.02.09	Serviços Específicos das Autarquias	264.401,00
07.02.09.02	Resíduos Sólidos	182.440,00
07.02.09.03	Transportes Colectivos de Pessoas e Mercadorias	21.020,00
07.02.09.03.02	Transportes Escolares	21.020,00
07.02.09.04	Trabalhos por Conta de Particulares	7.344,00
07.02.09.05	Cemitérios	46.848,00
07.02.09.06	Mercados e Feiras	889,00
07.02.09.07	Parques de Estacionamento	805,00
07.02.09.09	Canídeos e Gatídeos	277,00
07.02.09.99	Outros	4.778,00
07.02.99	Outros	2.528,00
07.02.99.01	Encargos de Despesas Administrativas por Aplicação da Portaria nº1637/06 de 27/09	2,00
07.02.99.99	Outros	2.526,00
07.03	Rendas	14.938,00
07.03.01	Habitações	1.430,00

ORÇAMENTO DA RECEITA 2016

Dotações Iniciais

Códigos	Designação	Montante
07.03.02	Edifícios	13.508,00
08	Outras Receitas Correntes	35.535,00
08.01	Outras	35.535,00
08.01.99	Outras	35.535,00
08.01.99.01	Indemnizações por deteriorização, roubo e extravió de bens	1,00
08.01.99.99	Diversas	35.534,00
RECEITAS DE CAPITAL		1.799.065,00
09	Venda de Bens de Investimento	92.942,00
09.01	Terrenos	92.940,00
09.01.10	Famílias	92.940,00
09.02	Habitações	1,00
09.02.10	Famílias	1,00
09.04	Outros Bens de Investimento	1,00
09.04.01	Administração Pública - Administração Central - Estado	1,00
10	Transferências de Capital	1.706.122,00
10.03	Administração Central	1.706.122,00
10.03.01	Estado	940.269,00
10.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	598.268,00
10.03.01.04	Cooperação Técnica e Financeira	322.000,00
10.03.01.05	Ministério da Educação	20.000,00
10.03.01.99	Outras	1,00
10.03.07	Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	765.853,00
10.03.07.01	INAlentejo	745.853,00
10.03.07.02	Outros	20.000,00
13	Outras Receitas de Capital	1,00
13.01	Outras	1,00
13.01.99	Outras	1,00
Total das Receitas		10.741.972,00



ORÇAMENTO DA DESPESA 2016



ORÇAMENTO DA DESPESA 2016

(Por classificação Organica /Económica)

Dotações Iniciais

Classificações			Montante	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL DESPESAS CORRENTES	17.600,00	
	01	Despesas com o Pessoal		17.600,00
	01.02	Abonos Variáveis ou Eventuais		11.500,00
	01.02.04	Ajudas de Custo		1.500,00
	01.02.13	Outros Suplementos e Prémios		10.000,00
	01.02.13.02	Outros		10.000,00
	01.03	Segurança Social		600,00
	01.03.09	Seguros		600,00
	01.03.09.01	Seguros Acid.Trabalho e Doenças Profissionais		600,00
	02	Aquisição de Bens e Serviços		5.500,00
	02.01	Aquisição de Bens		1.000,00
	02.01.08	Material de Escritório		500,00
	02.01.21	Outros Bens		500,00
	02.02	Aquisição de Serviços		4.500,00
	02.02.09	Comunicações		500,00
	02.02.13	Deslocações e Estadas		4.000,00
02		CÂMARA MUNICIPAL DESPESAS CORRENTES	9.833.100,00	
	01	Despesas com o Pessoal		7.614.029,00
	01.01	Remunerações Certas e Permanentes		3.924.668,00
	01.01.01	Titulares Org.Sob.e Membros de Org.Autarquicos		99.051,00
	01.01.04	Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o Exercício de Funções Públicas por Tempo Indeterminado		1.871.747,00
	01.01.04.01	Pessoal em Funções		1.871.747,00
	01.01.06	Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o Exercício de Funções Públicas a Tempo Determinado		43.569,00
	01.01.06.01	Pessoal em Funções		24.240,00
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		19.329,00
	01.01.07	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença		120.000,00

ORÇAMENTO DA DESPESA 2016

(Por classificação Organica /Económica)

Dotações Iniciais

Classificações			Montante	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
	01.01.08	Pessoal Aguardando Aposentação		5.000,00
	01.01.09	Pessoal em Qualquer Outra Situação		91.000,00
	01.01.11	Representação		29.444,00
	01.01.13	Subsidio de Refeição		246.000,00
	01.01.13.01	Sub. de Refeição - RCTFPTI		177.900,00
	01.01.13.02	Subsidio de Refeição - Pessoal em Qualquer outra Situação		61.230,00
	01.01.13.03	Sub. de Refeição - RCTFPTD		6.870,00
	01.01.14	Subsídios de Ferias e Natal		404.656,00
	01.01.14.01	Sub. de Férias e de Natal - RCTFPTI		316.700,00
	01.01.14.02	Subsidio de Férias e de Natal - Pessoal em Qualquer outra Situação		15.294,00
	01.01.14.03	Sub. de Férias e de Natal - RCTFPTD		72.662,00
	01.01.15	Remunerações por Doença e Matern./Paternidade		10.000,00
	01.02	Abonos Variáveis ou Eventuais		169.100,00
	01.02.02	Horas Extraordinárias		131.000,00
	01.02.04	Ajudas de Custo		22.000,00
	01.02.05	Abono para Falhas		3.000,00
	01.02.06	Formação		1.100,00
	01.02.13	Outros Suplementos e Prémios		12.000,00
	01.02.13.02	Outros		12.000,00
	01.03	Segurança Social		835.101,00
	01.03.01	Encargos com a Saúde		105.000,00
	01.03.02	Outros Encargos com a Saúde		45.000,00
	01.03.03	Subsidio Familiar a Crianças e Jovens		9.000,00
	01.03.04	Outras Prestações Familiares		1.500,00
	01.03.05	Contribuições para a Segurança Social		638.000,00
	01.03.05.02	Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP)		638.000,00
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações		485.000,00
	01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral		153.000,00
	01.03.06	Acidentes em Serviços e Doenças Profissionais		1.000,00

ORÇAMENTO DA DESPESA 2016

(Por classificação Organica /Económica)

Dotações Iniciais

Classificações			Montante	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
	01.03.09	Seguros		34.000,00
	01.03.09.01	Seguros Acid.Trabalho e Doenças Profissionais		34.000,00
	01.03.10	Outras Despesas de Segurança Social		1.601,00
	01.03.10.01	Eventualidade de Maternidade, Paternidade e Adopção		1,00
	01.03.10.99	Outras Despesas de Segurança Social		1.600,00
	02	Aquisição de Bens e Serviços		2.868.280,00
	02.01	Aquisição de Bens		702.180,00
	02.01.01	Matérias-primas e Subsidiarias		185.680,00
	02.01.02	Combustíveis e Lubrificantes		266.500,00
	02.01.02.01	Gasolina		6.500,00
	02.01.02.02	Gasóleo		220.000,00
	02.01.02.99	Outros		40.000,00
	02.01.04	Limpeza e Higiene		6.500,00
	02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas		1.000,00
	02.01.06	Alimentação - Géneros para Confeccionar		2.000,00
	02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais		10.000,00
	02.01.08	Material de Escritório		30.000,00
	02.01.09	Produtos Químicos e Farmacêuticos		40.000,00
	02.01.11	Material de Consumo Clínico		1.500,00
	02.01.12	Material de Transporte - Peças		40.000,00
	02.01.13	Material de Consumo Hoteleiro		2.000,00
	02.01.14	Outro Material - Peças		20.000,00
	02.01.15	Premios,Condecorações e Ofertas		9.500,00
	02.01.16	Mercadorias para Venda		3.000,00
	02.01.16.01	Água		1.000,00
	02.01.16.03	Outras		2.000,00
	02.01.17	Ferramentas e Utensílios		11.000,00
	02.01.18	Livros e Documentação Técnica		500,00
	02.01.19	Artigos Honoríficos e de Decoração		1.000,00
	02.01.20	Material de Educação Cultura e Recreio		12.000,00

ORÇAMENTO DA DESPESA 2016

(Por classificação Organica /Económica)

Dotações Iniciais

Classificações			Montante	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
	02.01.21	Outros Bens		60.000,00
	02.02	Aquisição de Serviços		2.166.100,00
	02.02.01	Encargos das Instalações		380.000,00
	02.02.02	Limpeza e Higiene		282.000,00
	02.02.03	Conservação de Bens		60.000,00
	02.02.08	Locação de Outros Bens		100,00
	02.02.09	Comunicações		115.000,00
	02.02.10	Transportes		9.000,00
	02.02.11	Representação dos Serviços		1.000,00
	02.02.12	Seguros		45.000,00
	02.02.13	Deslocações e Estadas		45.000,00
	02.02.14	Estudos,Pareceres,Projectos e Consultadoria		82.000,00
	02.02.15	Formação		3.000,00
	02.02.16	Seminarios,Exposições e Similares		1.000,00
	02.02.17	Publicidade		20.000,00
	02.02.18	Vigilância e Segurança		78.000,00
	02.02.19	Assistência Técnica		35.000,00
	02.02.20	Outros Trabalhos Especializados		616.500,00
	02.02.21	Utilização de Infraestruturas de Transportes		500,00
	02.02.22	Serviços de Saúde		18.000,00
	02.02.24	Encargos de Cobrança de Receitas		45.000,00
	02.02.25	Outros Serviços		330.000,00
	03	Juros e Outros Encargos		56.781,00
	03.01	Juros da Dívida Pública		31.701,00
	03.01.03	Soc. Fin. - Bancos e Outras Ins.Financeiras		31.701,00
	03.01.03.02	Empréstimos de Médio e Longo Prazos		24.500,00
	03.01.03.02.01	Caixa Geral de Depósitos		23.500,00
	03.01.03.02.03	Banco Espírito Santo		1.000,00
	03.01.05	Administração Publica Central - Estado		7.201,00
	03.01.05.02	Empréstimos de Médio e Longo Prazo		7.201,00

ORÇAMENTO DA DESPESA 2016

(Por classificação Organica /Económica)

Dotações Iniciais

Classificações			Montante	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
	03.02	Outros Encargos Correntes da Dívida Pública		80,00
	03.02.01	Despesas Diversas		80,00
	03.03	Juros de Locação Financeira		5.000,00
	03.03.05	Material de Transporte		5.000,00
	03.05	Outros Juros		20.000,00
	03.05.02	Outros		20.000,00
	04	Transferências Correntes		634.300,00
	04.01	Sociedade e Quase-Sociedades Não Financeiras		10.000,00
	04.01.01	Publicas		10.000,00
	04.01.01	Empresas Publicas Municipais e Intermunicipais		10.000,00
	04.03	Administração Central		
	04.03.01	Estado		
	04.05	Administração Local		165.100,00
	04.05.01	Continente		165.100,00
	04.05.01.02	Freguesias		115.000,00
	04.05.01.04	Associações de Municípios		50.000,00
	04.05.01.08	Outros		100,00
	04.07	Instituições sem Fins Lucrativos		189.200,00
	04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos		189.200,00
	04.08	Famílias		270.000,00
	04.08.02	Outras		270.000,00
	06	Outras Despesas Correntes		130.000,00
	06.02	Diversas		130.000,00
	06.02.01	Impostos e Taxas		5.000,00
	06.02.03	Outras		125.000,00
	06.02.03.01	Outras Restituições		500,00
	06.02.03.02	IVA Pago		1.000,00
	06.02.03.04	Serviços Bancários		3.500,00
	06.02.03.05	Outras		120.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL		2.219.071,00

ORÇAMENTO DA DESPESA 2016

(Por classificação Organica /Económica)

Dotações Iniciais

Classificações			Montante	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
	07	Aquisição de Bens de Capital		1.294.100,00
	07.01	Investimentos		994.200,00
	07.01.01	Terrenos		15.000,00
	07.01.03	Edifícios		172.000,00
	07.01.03.01	Instalações de Serviços		64.000,00
	07.01.03.02	Instalações Desportivas e Recreativas		15.000,00
	07.01.03.03	Mercados e Instalação de Fiscalização Sanitária		75.000,00
	07.01.03.07	Outros		18.000,00
	07.01.04	Construções Diversas		445.500,00
	07.01.04.03	Estações de Tratamento de Águas Residuais		164.000,00
	07.01.04.04	Iluminação Pública		50.000,00
	07.01.04.06	Instalações Desportivas e Recreativas		170.500,00
	07.01.04.09	Sinalização e Trânsito		16.000,00
	07.01.04.13	Outros		45.000,00
	07.01.06	Material de Transporte		65.000,00
	07.01.06.01	Recolha de Resíduos		25.000,00
	07.01.06.02	Outro		40.000,00
	07.01.07	Equipamento de Informática		16.000,00
	07.01.08	Software Informático		71.000,00
	07.01.09	Equipamento Administrativo		5.000,00
	07.01.10	Equipamento Básico		144.400,00
	07.01.10.01	Equipamento de Recolha de Resíduos		20.000,00
	07.01.10.02	Outro		124.400,00
	07.01.11	Ferramentas e Utensílios		2.000,00
	07.01.12	Artigos e Objectos de Valor		45.200,00
	07.01.13	Investimentos Incorpóreos		13.100,00
	07.02	Locação Financeira		55.000,00
	07.02.05	Material de Transporte - Locação Financeira		55.000,00
	07.03	Bens de Domínio Público		244.900,00
	07.03.03	Outras Construções e Infraestruturas		244.900,00

ORÇAMENTO DA DESPESA 2016

(Por classificação Organica /Económica)

Dotações Iniciais

Classificações			Montante	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
03	07.03.03.01	Viadutos,Arruamentos e Obras Complementares		158.900,00
	07.03.03.07	Captação e Distribuição de Água		80.000,00
	07.03.03.12	Cemitérios		6.000,00
	08	Transferências de Capital		343.381,00
	08.01	Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras		500,00
	08.01.01	Públicas		500,00
	08.01.01.02	Outras		500,00
	08.05	Administração Local		342.881,00
	08.05.01	Continente		342.881,00
	08.05.01.02	Freguesias		290.000,00
	08.05.01.04	Associações de Municípios		52.881,00
	09	Activos Financeiros		71.584,00
	09.08	Unidades de Participação		71.584,00
	09.08.02	Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras- Publicas		500,00
	09.08.06	Administração Publica - Administração Central - Serviços e Fundos Autónomos		71.084,00
	09.08.06.01	Fundo de Apoio Municipal		71.084,00
	10	Passivos Financeiros		510.006,00
	10.06	Empréstimos a Médio e Longo Prazos		510.006,00
	10.06.03	Soc.Fin.- Bancos e Outras Inst.Financeiras		456.320,00
	10.06.03.01	Caixa Geral de Depósitos		428.000,00
	10.06.03.03	Banco Espírito Santo		28.320,00
	10.06.05	Administração Publica Central - Estado		53.686,00
		ESCOLAS	891.272,00	
		DESPESAS CORRENTES		
	01	Despesas com o Pessoal		801.272,00
	01.01	Remunerações Certas e Permanentes		439.772,00
	01.01.04	Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o Exercício de Funções Públicas por Tempo Indeterminado		236.037,00
	01.01.04.01	Pessoal em Funções		236.037,00

ORÇAMENTO DA DESPESA 2016

(Por classificação Organica /Económica)

Dotações Iniciais

Classificações			Montante	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
	01.01.06	Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o Exercício de Funções Públicas a Tempo Determinado		36.360,00
	01.01.06.01	Pessoal em Funções		24.240,00
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		12.120,00
	01.01.08	Pessoal Aguardando Aposentação		1,00
	01.01.13	Subsidio de Refeição		33.289,00
	01.01.13.01	Subsidio de Refeição - RCTFPTI		31.239,00
	01.01.13.03	Subsidio de Refeição - RCTFPTD		2.050,00
	01.01.14	Subsídios de Ferias e Natal		46.867,00
	01.01.14.01	Subsidio de Ferias e de Natal -RCTFPTI		44.847,00
	01.01.14.03	Subsidio de Ferias e de Natal -RCTFPTD		2.020,00
	01.01.15	Remunerações por Doença e Matern./Paternidade		2.000,00
	01.02	Abonos Variáveis ou Eventuais		1.100,00
	01.02.02	Horas Extraordinárias		100,00
	01.02.05	Abono para Falhas		1.000,00
	01.03	Segurança Social		84.118,00
	01.03.02	Outros Encargos com a Saúde		5.000,00
	01.03.03	Subsidio Familiar a Crianças e Jovens		1.000,00
	01.03.05	Contribuições para a Segurança Social		78.118,00
	01.03.05.02	Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP)		78.118,00
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações		50.000,00
	01.03.05.02.02	Segurança Social- Regime Geral		28.118,00
	02	Aquisição de Bens e Serviços		210.400,00
	02.01	Aquisição de Bens		10.100,00
	02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas		100,00
	02.01.20	Material de Educação Cultura e Recreio		10.000,00
	02.02	Aquisição de Serviços		200.300,00
	02.02.10	Transportes		200.000,00
	02.02.13	Deslocações e Estadas		100,00

ORÇAMENTO DA DESPESA 2016

(Por classificação Organica /Económica)

Dotações Iniciais

Classificações			Montante	
Códigos		Designação	Orgânica	Económica
Orgânica	Económica			
	02.02.15	Formação		200,00
	04	Transferências Correntes		151.100,00
	04.03	Administração Central		15.000,00
	04.03.01	Estado		15.000,00
	04.05	Administração Local		39.100,00
	04.05.01	Continente		39.100,00
	04.05.01.02	Freguesias		39.100,00
	04.07	Instituições sem Fins Lucrativos		97.000,00
	04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos		97.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL		90.000,00
	07	Aquisição de Bens de Capital		90.000,00
	07.01	Investimentos		90.000,00
	07.01.03	Edifícios		75.000,00
	07.01.03.05	Escolas		75.000,00
	07.01.09	Equipamento Administrativo		5.000,00
	07.01.10	Equipamento Básico		10.000,00
	07.01.10.02	Outro		10.000,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS				10.741.972,00



ARTICULADO - NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO 2016



Normas de execução do orçamento

(alínea d) do n.º 1 do art.º 46 da lei 73/2013, de 3 de setembro)

Capítulo I

Âmbito e princípios genéricos

Artigo 1.º

Definição e objeto

O presente documento estabelece regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do orçamento do Município no ano de 2016, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental.

Artigo 2.º

Execução orçamental

1. Na execução dos documentos previsionais dever-se-á ter sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo estes princípios a assunção de encargos geradores de despesa deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.
2. Os serviços municipais são responsáveis pela gestão do conjunto dos meios financeiros, afetos às respetivas áreas de atividade, e tomarão as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, face às medidas de contenção de despesa e de gestão orçamental definidas pelo Executivo Municipal, bem como as diligências para o efetivo registo dos compromissos a assumir em obediência à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).
3. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:

- a) registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos no ano de 2015 que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
- b) registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em 2015 sem fatura associada;
- c) registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos de anos futuros e dos contratualizados para 2016;

Artigo 3.º

Modificações ao Orçamento e GOP's

A Câmara Municipal, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas, reorientando através do mecanismo das modificações orçamentais, as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, no cumprimento estrito do disposto no números 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL.

Artigo 4.º

Registo contabilístico

1. Os serviços municipais são responsáveis pela correta identificação da receita, a liquidar e cobrar assim como pelo controlo das despesas realizadas no que concerne ao controlo dos correspondentes documentos justificativos.
2. As faturas ou documentos equivalentes devem ser enviadas pelos fornecedores diretamente para a Câmara Municipal as quais serão encaminhadas para a Secção Financeira (SF). As faturas indevidamente recebidas nos outros serviços municipais terão de ser reencaminhadas para a SF, no prazo máximo de 2 dias úteis.
3. Os documentos relativos a despesas urgentes e inadiáveis, devidamente fundamentadas, do mesmo tipo ou natureza, cujo valor, isoladamente ou conjuntamente, não exceda o montante de € 5.000 por mês, devem ser enviados à SF em 24 horas, de modo a permitir efetuar o compromisso até às 48 horas posteriores à realização da despesa.
4. Os documentos relativos a despesas em que estejam em causa situações de excecional interesse público ou a preservação da vida humana, devem ser enviadas à Secção

Financeira (SF), em 5 dias úteis, de modo a permitir efetuar o compromisso no prazo de 10 dias após a realização da despesa.

Artigo 5.º

Gestão dos bens móveis e imóveis da Autarquia

A Gestão do Património Municipal executar-se-á nos termos do Regulamento de Cadastro e Inventário do Imobilizado Corpóreo da Autarquia.

Artigo 6.º

Gestão de stocks

1. O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.
2. Todos os bens saídos de armazém, afetos a obras por administração direta, deverão ser objeto de registo nas aplicações de “obras” e “máquinas/viaturas” , associados aos respetivos centros de custo/ folhas de obra.
3. Os procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, no âmbito de gestão de stocks, constam da norma de controlo interno

Artigo 7.º

Candidaturas a fundos comunitários e outras participações

O CEDEC -Centro de Desenvolvimento Económico e Captação de Investimento, é o serviço municipal responsável pela apresentação atempada de todas as candidaturas a programas de apoio ao desenvolvimento de atividades relevantes, nomeadamente as que se reportam aos fundos comunitários.

Capítulo II

Receita orçamental

Secção I

Princípios

Artigo 8.º

Princípios gerais para a arrecadação de receitas

1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrada além dos valores inscritos no orçamento, conforme disposto em 2.3.4.2-a) e b) do Decreto -lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro.
2. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.
3. A liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais serão efetuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais em vigor que estabeleçam as regras a observar para o efeito, bem como os respetivos quantitativos e outros diplomas legais em vigor.

Secção II

Entrega das receitas cobradas

Artigo 9.º

Cobranças pelos serviços municipais

1. As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais darão entrada na tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações. Quando se trate dos serviços externos, a entrega far-se-á no dia útil imediato ao da cobrança, mediante guias de recebimento previamente assinadas pelo responsável do serviço que cobrar as receitas.

2. A entrega de receita na tesouraria deverá ser acompanhada de resumo de cobrança ao qual terão de ser anexados, para conferência, os talões ou recibos que lhe deram origem bem como os comprovativos do depósito.

Artigo 10.º

Valores creditados em conta bancária

1. Qualquer montante creditado em contas bancárias do Município de Ferreira do Alentejo, com a exceção das contas próprias de cauções, que não tenha sido possível reconhecer até ao final do ano económico, é liquidado e cobrado como receita municipal, mediante autorização do Presidente da Câmara Municipal.
2. A dívida de clientes correspondente à receita cobrada nos termos do número anterior é regularizada, desde que os munícipes/utentes apresentem os respetivos comprovativos de depósito bancário.

Artigo 12º

Estorno, Anulação e Restituição de Receitas

1. Os estornos de guias de receita devem ser efetuados mediante informação do serviço que solicita o estorno no dia em que se verifique a sua ocorrência, fundamentando e justificando as razões do mesmo.
2. As anulações de dívida por motivo de duplicação ou lapso no cálculo do valor a cobrar, devem ser efetuadas mediante informação do serviço que solicita anulação, autorizada superiormente pelo Presidente, fundamentado e justificando as razões para o mesmo.
3. As restituições de receitas devem ser efetuadas mediante informação devidamente fundamentada pelo serviço, e autorizada superiormente pelo Presidente da Câmara, sendo que :
 - a) Restituições do próprio ano são efetuadas através de processo de receita com emissão de RAR (reposição Abatida à Receita) com reflexos no Controlo Orçamental da receita;

- b) Restituições de anos anteriores são efetuadas através de processo de despesa com emissão de OP (Ordem de Pagamento) com reflexos no Controlo Orçamental da Despesa;

Capítulo III

Despesa orçamental

Secção I

Princípios e regras

Artigo 13.º

Princípios gerais para a realização da despesa

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os princípios e regras definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na Lei 8/2012, de 21 de fevereiro e ainda as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho.
2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;
 - b) Registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
 - c) Emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda;
3. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis.
4. O registo do compromisso deve ocorrer o mais cedo possível, em regra, pelo menos três meses antes da data prevista de pagamento para os compromissos conhecidos nessa data, sendo que as despesas permanentes, como salários, comunicações, água, eletricidade, rendas, contratos de fornecimento anuais ou plurianuais, devem ser

registados mensalmente para um período deslizante de três meses. De igual forma se deve proceder para os contratos de quantidades.

5. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental, ou seja, no caso dos investimentos, se estiverem inscritas no orçamento e no PPI, com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso e no caso das restantes despesas, se o saldo orçamental na rubrica respetiva for igual ou superior ao valor do encargo a assumir.
6. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.

Artigo 14.º

Conferência e registo da despesa

1. A conferência e registo, inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais, deverão obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.
2. A conferência e registo referidos no número anterior serão efetuados, consoante a especificidade e a fase de realização da despesa, pela Secção Financeira e Secção de Recursos Humanos, nos termos referidos a seguir:
 - a) As funções de registo das operações de cabimento, compromisso, tratamento de faturas e liquidação de despesa são asseguradas pela Secção Financeira nos termos do artigo seguinte;
 - b) A Secção de Recursos Humanos assegura a informação necessária ao processamento das despesas com pessoal;

Artigo 15º

Processamento das faturas

1. As faturas justificativas da despesa realizada, deverão ser emitidas em nome da CMFA e enviadas ao cuidado da secção financeira no prazo de 5 dias, após a respetiva prestação, com a indicação do nº do compromisso definitivo/ requisição oficial e o nº do processo.

2. As faturas a liquidar, as guias de remessa ou transporte deverão ser visadas, pelo serviço requisitante do bem / serviço contratado.
3. Fica estabelecido um prazo de 5 dias para a devolução de faturas visadas pelos serviços responsáveis à secção financeira. Se a fatura não for visada no prazo de dias úteis, a mesma será devolvida ao fornecedor.
4. Na situação das faturas não se apresentarem com as condições previstas na lei e no presente normativo, cabe a Secção Financeira devolve-las ao fornecedor e/ou solicitar as respetivas notas de crédito.
5. Não poderá proceder-se a pagamentos de bens e serviços ou concessão de subsídios/transferências a contribuintes do regime geral da Segurança Social de inscrição obrigatória que não apresentem declaração comprovativa da situação contributiva regularizada (pagamentos superiores a 4.987,98 euros) e/ou declaração comprovativa das Finanças de situação contributiva regularizada (pagamentos de qualquer montante), com exceção dos pagamentos efetuados a organismos públicos.

Artigo 16.º

Processamento de remunerações

1. As despesas relativas a remunerações do pessoal serão processadas pela Secção Financeira com informação disponibilizada pela Secção de Recursos Humanos.
2. As respetivas folhas de remuneração devem dar entrada na Secção Financeira até 3 dias antes da data prevista para o pagamento de cada mês.
3. Quando se verificar a admissão ou mudança da situação do trabalhador, depois do processamento das remunerações, será feita a regularização no mês seguinte.

Artigo 17º

Entrega de Cauções

1. Os serviços que rececionem cauções sob qualquer forma, nomeadamente no que respeita a empreitadas de obras públicas, aquisição de bens e serviços, processos de licenciamento e processos de execução fiscal entre outros, deverão remeter o original à Secção Financeira, que deve proceder ao seu registo.

2. Cabe à Secção Financeira registar contabilisticamente a receção, o reforço e a diminuição, assim como a devolução das cauções.
3. As garantias bancárias ficarão à guarda da secção financeira.
4. Para efeitos de libertação de cauções os serviços responsáveis devem enviar à Secção Financeira, nos termos do contrato e da legislação em vigor, onde constem as condições para libertar as cauções existentes.

Artigo 18.º

Fundos de maneoio

1. Em caso de reconhecida necessidade poderá ser autorizada pelo Executivo Municipal, a constituição de fundos de maneoio, por conta da respetiva dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.
2. O montante máximo de fundo de maneoio a atribuir será de € 1.500 salvo situações devidamente fundamentadas pelos Serviços e autorizadas pelo Presidente da Câmara.
3. Os pagamentos efetuados pelo fundo de maneoio são objeto de compromisso pelo seu valor integral aquando da sua constituição e reconstituição, a qual deverá ter carácter mensal e registo da despesa em rubrica de classificação económica adequada.
4. A competência para o pagamento de despesas por conta do fundo de maneoio é do responsável pelo mesmo.
5. O fundo de maneoio será saldado até ao dia 20 do mês de dezembro de 2016, não podendo conter, em caso algum, despesas não documentadas.
6. Os demais procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, constam do Regulamento de fundo de maneoio.

Secção II

Autorização da Despesa

Artigo 19.º

Repartição de Encargos

Atendendo ao disposto nos nºs 1,2 e 6 do artº 22º do Decreto-Lei nº 19/99, de 8 de junho, a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de que um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização do respetivo órgão deliberativo, exceto nas situações em esta autorização já foi concedida através da aprovação das GOP em que conste tal repartição.

Artigo 20.º

Assunção de compromissos plurianuais

1. Para efeitos do previsto na alínea c), do nº1, do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, fica autorizada, pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos na LCPA, no Decreto-Lei nº. 127/2012, de 21 de junho, e demais normas de execução de despesa, e que resultem de projetos ou atividades constantes das Grandes Opções do Plano, em conformidade com a projeção plurianual aí prevista.
2. Ficam igualmente autorizadas as despesas plurianuais decorrentes de contratos que não constem do número anterior e que em cada um dos 3 anos seguintes não ultrapassem €99.759,58.

Artigo 21.º

Autorizações assumidas

1. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA e no Decreto-Lei nº127/2012, de 21 de junho, as seguintes despesas:

- a) Vencimentos e salários;
 - b) Subsídio familiar – crianças e jovens;
 - c) Gratificações, pensões de aposentação e outras;
 - d) Encargos de empréstimos;
 - e) Rendas;
 - f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes;
 - g) Água, energia elétrica, gás;
 - h) Comunicações telefónicas e postais;
 - i) Prémios de seguros;
 - j) Quaisquer outros encargos que resultem de contratos legalmente celebrados.
2. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria.

Secção III

Procedimentos e regras especiais para a realização da despesa

Artigo 22.º

Despesas de deslocação

1. A utilização de viatura própria ou transporte aéreo e as deslocações ao estrangeiro carecem sempre de autorização prévia e expressa do Presidente da Câmara Municipal.
2. As despesas decorrentes de deslocações em serviço no país carecem de autorização prévia do Presidente da Câmara Municipal.
3. Os trabalhadores que beneficiem de adiantamentos para ajudas de custo e deslocações ficam obrigados a apresentar a documentação justificativa das despesas realizadas dentro de 10 dias, contados da data do seu regresso ao serviço.

Artigo 23.º

Operações de tesouraria

Os processos de operações de tesouraria serão organizados pela Secção Financeira

Secção IV

Celebração e formalização de contratos e protocolos

Artigo 24.º

Protocolos

1. Os Protocolos que configurem responsabilidades financeiras para a Autarquia, deverão obter o prévio parecer da DAM-SF para efeitos de reconhecimento da respetiva despesa e/ou receita.
2. Competirá à DAM-SF proceder aos registos contabilísticos adequados à execução dos Protocolos referidos no ponto anterior.

Artigo 25.º

Contratos de tarefa e avença

A celebração de contratos de prestação de serviços nas modalidades de contratos de tarefa e de avença apenas pode ter lugar desde que preenchidos os requisitos da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Capítulo IV

Disposições finais

Artigo 26.º

Quadro Plurianual Municipal

1. A elaboração do “Quadro Plurianual Municipal”, previsto no artº. 44º. da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, carece da regulamentação estabelecida no artº. 47º. da mesma Lei, o qual dispõe que “Os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei”.
2. O decreto-lei a que se refere o artº. 47º. deveria pois ter sido aprovado até 3 de janeiro de 2014, sendo que, mesmo que fosse publicado nos próximos dias, não permitiria a sua aplicação pelos Municípios no processo de preparação dos documentos previsionais para 2016, em curso.
3. Nos termos do nº. 3 do artº. 4º. da LFL, “os limites (a que se refere o nº. 2 do mesmo artigo) são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento.”
4. A norma constante do arº 41º e 44º não pode ser aplicada por falta de regulamentação (ver anexo III ao orçamento 2016)

Artigo 27.º

Dúvidas sobre a execução do Orçamento

As dúvidas que se suscitarem na execução do orçamento e na aplicação ou interpretação das normas de execução do orçamento serão resolvidas por despacho do Presidente da Câmara Municipal.



ANEXOS



ANEXO I

ORÇAMENTO DE ENTIDADES PARTICIPADAS

(alínea a) e b) do n.º2 do art.º 46.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro)

Orçamentos de Entidades Participadas
(alínea a) e b) do n.º 2 do art.º 46.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro)

Nome da entidade	Documentos
AMBAAL – Associação de Município do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	Apresentou fundamentação para não entrega
CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral	Orçamento em anexo
CIMBAL – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo	Apresentou fundamentação para não entrega
ANMP – Associação Nacional Municípios Portugueses	Apresentou fundamentação para não entrega
ADEMO – Associação para Desenvolvimento Municípios Olivícolas Portugueses	-----
AMPV – Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Orçamento em anexo
MOBITRAL – Móveis Tradicionais Alentejanos, EM	Apresentou fundamentação para não entrega
AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública do Alentejo	Apresentou fundamentação para não entrega
ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, CRL	Orçamento em anexo

ORÇAMENTO DA AMPV

Associação de Municípios Portugueses do Vinho

Orçamento de Despesa - Dotações Iniciais
Ano: 2016

(unidade: euros)

Código	Designação	Montante
	Despesas Correntes	
. .01. . . .	Despesas com o pessoal	80.900,00
. .01.01. . .	Remunerações certas e permanentes	80.900,00
. .01.01.06. .	Pessoal contratado a termo	32.000,00
. .01.01.07. .	Pessoal em regime de tarefa ou avença	30.000,00
. .01.01.09. .	Pessoal em qualquer outra situação	10.500,00
. .01.01.13. .	Subsidio de refeição	3.000,00
. .01.01.14. .	Subsídio de férias e de Natal	5.400,00
. .01.02. . .	Abonos variáveis ou eventuais	8.200,00
. .01.02.03. .	Alimentação e alojamento	3.000,00
. .01.02.06. .	Formação	200,00
. .01.02.12. .	Indemnizações por cessação de funções	5.000,00
. .01.03. . .	Segurança Social	750,00
. .01.03.09. .	Seguros	750,00
. .02. . . .	Aquisição de bens e serviços	50.200,00
. .02.01. . .	Aquisição de bens	12.550,00
. .02.01.02. .	Combustíveis e lubrificantes	3.500,00
. .02.01.02.02.	Gasóleo	3.500,00
. .02.01.04. .	Limpeza e higiene	500,00
. .02.01.08. .	Material de escritório	1.000,00
. .02.01.15. .	Prémios, condecorações e ofertas	3.000,00
. .02.01.17. .	Ferramentas e utensílios	150,00
. .02.01.18. .	Livros e documentação técnica	250,00
. .02.01.19. .	Artigos honoríficos e de decoração	150,00
. .02.01.21. .	Outros bens	4.000,00
. .02.02. . .	Aquisição de serviços	37.650,00
. .02.02.04. .	Locação de edifícios	1.000,00
. .02.02.06. .	Locação de material de transporte	6.000,00
. .02.02.08. .	Locação de outros bens	1.500,00
. .02.02.09. .	Comunicações	2.000,00
. .02.02.10. .	Transportes	1.000,00
. .02.02.12. .	Seguros	600,00
. .02.02.13. .	Deslocações e estadas	1.500,00
. .02.02.14. .	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	500,00
. .02.02.16. .	Seminários, exposições e similares	1.000,00
. .02.02.17. .	Publicidade	3.000,00
. .02.02.20. .	Outros trabalhos especializados	1.000,00
. .02.02.25. .	Outros serviços	18.550,00

Orçamento de Despesa - Dotações Iniciais
Ano: 2016

(unidade: euros)

Código	Designação	Montante
. .04. . . .	Transferências correntes	2.500,00
. .04.09. . .	Resto do mundo	2.500,00
. .04.09.01. .	União Europeia - Instituições	2.500,00
. .06. . . .	Outras despesas correntes	3.200,00
. .06.02. . .	Diversas	3.200,00
. .06.02.03. .	Outras	3.200,00
. .06.02.03.02.	IVA pago	1.000,00
. .06.02.03.04.	Serviços bancários	1.000,00
. .06.02.03.05.	Outras	1.200,00
	Total das Despesas Correntes	136.800,00
	Despesas de Capital	
. .07. . . .	Aquisição de bens de capital	1.200,00
. .07.01. . .	Investimentos	1.200,00
. .07.01.07. .	Equipamento de informática	700,00
. .07.01.08. .	Software informático	300,00
. .07.01.09. .	Equipamento administrativo	200,00
	Total das Despesas de Capital	1.200,00
	Total das Despesas Correntes	136.800,00
	Total das Despesas de Capital	1.200,00
	Total Geral	138.000,00

Orçamento de Receita - Provisões Iniciais

Ano: 2016

(unidade: euros)

Código	Designação	Montante
	Receitas Correntes	
06. . . .	Transferências correntes	133.900,00
06.01. . .	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	2.000,00
06.01.02. .	Privadas	2.000,00
06.03. . .	Administração central	500,00
06.03.06. .	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	500,00
06.06. . .	Segurança social	15.000,00
06.06.04. .	Outras transferências	15.000,00
06.07. . .	Instituições sem fins lucrativos	116.400,00
06.07.01. .	Instituições sem fins lucrativos	116.400,00
07. . . .	Venda de bens e serviços correntes	1.800,00
07.01. . .	Venda de bens	800,00
07.01.03. .	Publicações e impressos	500,00
07.01.07. .	Produtos alimentares e bebidas	300,00
07.02. . .	Serviços	1.000,00
07.02.01. .	Aluguer de espaços e equipamentos	1.000,00
08. . . .	Outras receitas correntes	1.100,00
08.01. . .	Outras	1.100,00
08.01.99. .	Outras	1.100,00
08.01.99.03.	IVA reembolsado	350,00
08.01.99.99.	Diversas	750,00
	Total das receitas correntes	136.800,00
	Receitas de Capital	
10. . . .	Transferências de Capital	1.200,00
10.07. . .	Instituições sem Fins Lucrativos	1.200,00
10.07.01. .	Instituições sem Fins Lucrativos	1.200,00
	Total das receitas capital	1.200,00
	Total geral	138.000,00



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO **2016**

www.ampv.pt
 /ampvinho

 **ampv**
Associação de Municípios
Portugueses do Vinho

ÍNDICE

Nota Introdutória	3
I - Proposta de Plano de Atividades para 2016	5
1 – Associativismo	5
2 – Ações de Promoção	7
2.1.Participação em Feiras e outros Eventos	8
2.2.Organização de Eventos em parceria com outras Entidades	9
2.3.Organização de Eventos AMPV	10
3 – Projetos	12
3.1 – Projeto Winetour – Modernização e Reestruturação das Rotas de Vinho de Portugal	12
3.2 – Projeto Formação- Estágio Internacional RECEVIN para Jovens Viticultor	13
3.3 – Projeto “Cidade do Vinho 2016”	13
3.4 - Projeto – Rede Aldeias Vinhateiras de Portugal	14
4 – Seções da AMPV	14
4.1 – Seção de Museus Portugueses do Vinho AMPV	14
4.2 – Seção Enoturismo	15
4.3 – Seção Gastronomia e Produtos Regionais	15
5 – Associações com participação da AMPV	15
5.1. – Associação Internacional Iter Vitis	15
5.2. – Retecork – Rede Europeia de Territórios Corticeiros	17
5.3. – AENOTUR – Associação Internacional de Enoturismo	17
5.4. – ARVP – Associação das Rotas de Vinho Portugal	18
6– Congressos / Seminários / Workshops	18
7– Concursos de Vinhos	20
7.1– Concurso Internacional de Vinhos “ La Selezione del Sindaco”	20
8– Página Internet	20
9– Parcerias / Protocolos	20
II - Calendarização das Atividades para 2015	21
III – Calendarização das Reuniões do Conselho Diretivo e da Assembleia Intermunicipal	23
IV - Orçamento para o ano de 2016	24

NOTA INTRODUTÓRIA

Portugal é um território vitivinícola por excelência, que nos últimos anos tem demonstrado uma enorme aptidão para investir em todo o universo do vinho de forma a tirar partido das suas vantagens competitivas e especificidades naturais e únicas, mas também enquanto resposta a uma cada vez maior procura para este tipo de produtos (vinho, enoturismo, enogastronomia, etc). Como consequência desta realidade, os territórios têm vindo a desenvolver estratégias e projectos com o intuito de transformar o vinho numa alavanca para o desenvolvimento das economias locais, já que este produto sustenta um conjunto transversal de agentes económicos, que vai desde a sua produção, passa pela sua transformação, comercialização, venda, até à sua ligação direta com a gastronomia, produção de produtos alimentares regionais de alta qualidade, enoturismo, cultura, paisagem, etc..

Porém, para dar vida e sustentação a estas estratégias territoriais, a prática demonstra, que os territórios objeto de planeamento se desenvolvem melhor e de forma mais sustentável. É com esta premissa que a AMPV, ao longo dos seus oito anos de existência, tem vindo a trabalhar no sentido de criar projectos que sejam fruto de um planeamento racional e que fomentem uma nova dinâmica territorial ajustada aos novos desafios, quer económicos quer sociais, de desenvolvimento sustentável e é com estes princípios de orientação que a AMPV elaborou o presente Plano de Actividades para o ano de 2016.

Independentemente dos constrangimentos económicos que nos últimos anos têm sido uma constante, a AMPV vai continuar a consolidar os seus projectos, que já tem em curso, e dinamizar outros, dentro sempre de um princípio de maximização dos recursos e partilha de custos entre a AMPV e os seus municípios e demais parceiros, de forma a diminuir ao máximo todas as despesas.

Este plano divide-se em dois níveis de acção:

1º Nível - internacional:

- Estreitamento das relações com a RECEVIN – Rede Europeia das Cidades do Vinho;
- Continuar a consolidar a posição Portuguesa, pelo reforço dos contatos, junto das suas congéneres Europeias (Espanha – Acevin, França – Revevin, Itália – Citta del Vino);

- Dar continuidade a participação de Portugal no Concurso Internacional "La Selezione del Sindaco", organizado pela Associação Città del Vino e a RECEVIN.
- Consolidação da posição da AMPV na Vice-Presidência da Associação Internacional Iter Vitis;
- Consolidação da posição da AMPV na Vice-Presidência da Associação Internacional RETECORK - Rede Europeia das Cidades Corticeiras;
- Consolidação da posição da AMPV na Presidência da Associação Internacional de Enoturismo AENOTUR;
- Apoiar a RECEVIN na implementação da iniciativa "Cidade Europeia do Vinho", que em 2016 será uma Cidade Italiana.
- Estágios Jovens Viticultores Europeus.
- Dia Europeu do Enoturismo / Dia Internacional do Enoturismo

2º Nível - Nacional:

- Dar apoio à Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal, para que esta consolide o seu trabalho;
- Participação em parceria com a ARVP – Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, com o apoio do Turismo de Portugal, e também na FITUR – Feira Internacional de Turismo em Madrid;
- Continuar a envolver o maior número possível de Municípios Associados a participarem na edição de 2016, no salão Prazer de Provar que decorrerá na Feira Nacional da Agricultura em Santarém;
- Organizar o III Salão Nacional de Vinhos no 36º Festival Nacional de Gastronomia.
- Dinamizar os protocolos firmados com a Fenadegas, Fundação Mata do Buçaco, Associação dos BIC, Associação dos Vinhos Históricos, Movimento "Portugal Sou Eu", PHTO Travel Consulting, Instituto das Cidades e Vilas com Mobilidade, TuriPortugal, e outros através de iniciativas conjuntas;
- Continuar o trabalho de melhoria da comunicação interna e externa da AMPV;
- Consolidação da estrutura associativa da AMPV e recuperação de sócios.
- Promover reuniões com outras Associações Intermunicipais nacionais, nomeadamente a Associação Portuguesa dos Municípios com Centros Históricos, Associação Municípios Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, Associação para o Desenvolvimento dos Municípios Olivícolas Portugueses e a Qualifica.

Todas estas acções visam consolidar a AMPV, quer no ponto de vista do número de

associados, mas também, o seu papel no desenvolvimento económico sustentável dos territórios vitivinícolas e na defesa destes junto das entidades competentes, nacionais e europeias.

I - PROPOSTA DE PLANO DE ATIVIDADES PARA 2016

1 - ASSOCIATIVISMO

No seguimento do trabalho já concretizado nos anos anteriores, é intenção da AMPV continuar a consolidar a sua estrutura associativa realizando acções junto dos Municípios para fomentar a sua adesão à Associação.

Ações propostas:

À semelhança do que tem sido feito nos últimos anos, serão realizadas reuniões descentralizadas por todas as regiões vitivinícolas, dando seguimento a uma estratégia assumida desde início da constituição da AMPV. Para estas ações são indicados Municípios coordenadores pertencentes aos órgãos sociais, ou a saber:

- ALGARVE – Lagoa (Silves)
- ALENTEJO – Vidigueira / Reguengos de Monsaraz
- P. SETÚBAL – Palmela (Setúbal)
- LISBOA – Oeiras / Cadaval
- TEJO – Cartaxo / Almeirim
- BAIRRADA – Mealhada (Cantanhede)
- DÃO – Nelas (Gouveia)
- DOURO – Régua / Lamego
- VERDES – Viana do Castelo / Ponte da Barca
- MADEIRA – Câmara de Lobos (São Vicente)
- AÇORES – Madalena do Pico (Praia da Vitória)

Reuniões por Região:

✓ LISBOA

Dia: 13 de janeiro | Hora: 10 H | Local - **Bombarral**

Coordenação: Oeiras / Cadaval

- ✓ TEJO / PENINSULA DE SETÚBAL
- ✓ Dia: 13 de janeiro | Hora: 15 H | Local - **Coruche**
Coordenação: Cartaxo/ Almeirim | Palmela (Setúbal)
- ✓ ALENTEJO
Dia: 14 de janeiro | Hora: 15 H | Local – **Estremoz**
Coordenação: Vidigueira / Reguengos de Monsaraz
- ✓ ALGARVE
Dia: 15 de janeiro | Hora: 10 H | Local: **Silves**
Coordenação: Lagoa (Silves)
- ✓ BAIRRADA
Dia 18 de janeiro | Hora: 10H | Local: **Águeda**
Coordenação: Mealhada (Cantanhede)
- ✓ DÃO / BEIRA INTERIOR
Dia 18 de janeiro | Hora: 15H | Local: **Tábua**
Coordenação: Nelas (Gouveia)
- ✓ DOURO / CISTER / TRAS-OS-MONTES
Dia: 19 de janeiro | Hora: 10H | Local: **Vila Nova Foz Côa**
Coordenação: Peso da Régua / Lamego
- ✓ VERDES
Dia: 19 de janeiro | Hora: 16H | Local – **Marco de Canaveses**
Coordenação: Viana do Castelo / Ponte da Barca
- ✓ MADEIRA
Dias: 28 e 29 de janeiro | Local: **Câmara de Lobos**
Coordenação: Câmara de Lobos (São Vicente)
- ✓ AÇORES
Dias: 03 a 06 fevereiro | Local: **Praia da Vitória / Madalena/ Graciosa**
Coordenação: Madalena do Pico (Praia da Vitória)

Ordem de Trabalhos das Reuniões:

1. Apresentação dos projetos AMPV;
2. Seções da AMPV;
3. Associação das Rotas de Vinho de Portugal;
4. Associação ITER VITIS;

5. AENOTUR – Associação Internacional de Enoturismo;
6. Projecto “Wine in Moderation”;
7. Participação em eventos e Feiras;
8. Concurso Nacional Rainha das Vindimas;
9. XV Concurso Internacional de Vinhos “La Selezione del Sindaco” ;
10. Adesão dos Municípios AMPV à RECEVIN;
11. Rede das Aldeias Vinhateiras
12. Cidade do Vinho 2016.

Estas reuniões que irão decorrer em todas regiões de Portugal, têm como objectivo divulgar o presente plano de atividades e recolher sugestões dos municípios associados, bem como analisar formas de atuação na região mais eficientes.

Dentro deste item estão previstas algumas ações para promover a readmissão de sócios. Uma das quais se enquadra na proposta, para que os municípios que deixaram de ser associados da AMPV, possam voltar a sê-lo sem necessitarem de pagar jóia, pois já o tinham feito quando aderiram à AMPV. Os Municípios a considerar são:

ARRUDA DOS VINHOS | ARRAIOLOS | BATALHA | CARRAZEDA DE ANSIÃES | ÉVORA | FREIXO DE ESPADA À CINTA | MAFRA | ÓBIDOS | PAREDES | PENAFIEL | PORTO MONIZ | REDONDO | SOUSEL | VILA VIÇOSA.

2 – AÇÕES DE PROMOÇÃO

Desde o princípio da sua atividade, a AMPV tem feito uma grande aposta nas ações de promoção que visam fomentar os territórios vitivinícolas e seus produtos endógenos. É no seguimento desta lógica, que é intenção da Associação continuar o seu empenho nestas ações, por serem uma forma eficaz de dar a conhecer ao público um Portugal diferente, ou seja um país com um vasto património tanto do ponto de vista paisagístico como arquitetónico, cultural, gastronómico e em particular vitivinícola.

Para reforçar a eficácia destas ações e dentro de uma lógica de otimização dos recursos financeiros, de logística e de impacto junto do público, as ações planeadas neste item são feitas em parceria, em especial, com os municípios, produtores e agentes económicos do sector e têm como objetivo dar visibilidade à associação e estreitar laços com os parceiros atrás mencionados.

Ações propostas:

2.1. Participação em Feiras e outros Eventos

Esta participação será em feiras e festas ligadas ao vinho e sua cultura, de âmbito local, regional, nacional e internacional. Será dada prioridade às feiras organizadas pelos municípios AMPV.

Calendarização das ações mencionadas:

Participação em Feiras e certames – ao longo de todo o ano de 2016. Em baixo está o quadro, que vai ser atualização com a informação que os municípios nos vão disponibilizar com a calendarização dos eventuais certames / feiras que a AMPV planeia participar:

DESIGNAÇÃO DO CERTAME / FEIRA	LOCAL DE REALIZAÇÃO	DATAS PROVÁVEIS DE REALIZAÇÃO
Festa do Vinho	Cartaxo	28 abril a 1 maio 2016
F. Internacional da Cortiça – FICOR	Coruche	maio 2016
Festival do Vinho Português	Bombarral	agosto 2016
Feira de Gastronomia do Atlântico	Praia da Vitória – Terceira	agosto 2016
Fatacil	Lagoa	agosto 2016
Festas da N ^a Sr ^a da Agonia	Viana do Castelo	agosto 2016
Festas das Vindimas	Palmela	setembro 2016
Festas do Vinho do Dão	Nelas	setembro 2016
Festa do Vinho e Vindimas	Bucelas (Loures)	outubro 2016
Vinipax	Beja	outubro 2016
Festas das Adiafas / Festival do Vinho Leve	Cadaval	outubro 2016
Festas do Vinho e da Vinha	Borba	novembro 2016
Festas da Vinha e do Vinho	Arruda dos Vinhos	novembro 2016

Festas da Cidade de S. Martinho	Torres Vedras	outubro e novembro 2016
Vitifrates	Vidigueira	dezembro 2016

2.2. Organização de eventos em parceria com outras entidades

As ações propostas neste ponto são eventos de dimensão nacional e internacional, aos quais a AMPV está associado a outras entidades, para a sua organização:

- **Festival Nacional do Vinho – Salão Prazer de provar 2016 em parceria com o CNEMA – 4 a 12 de junho:**

Esta participação, tal como nos últimos anos, consiste em alugar uma ilha cujo espaço será repartido pelos municípios interessados em participar em conjunto com os seus produtores de vinhos e produtos regionais. Esta ilha é composta por municípios que poderão usar os balcões para promover os produtores e os vinhos da sua região e, também os seus produtos regionais.

- **2ª edição Festival de Vinhos Europeus e do Enoturismo**

A AMPV em parceria com o Município de Oeiras irá dar continuidade a este evento, que decorrerá nos mesmos moldes de 2015 e realizar-se-á de 1 a 3 de julho.

- **36º Festival Nacional de Gastronomia de 2016 – III Salão Nacional de Vinhos – 20 a 30 outubro:**

A AMPV tem programada uma participação mais ativa no Festival Nacional de Gastronomia de 2016, reforçando desta forma a ligação da gastronomia ao vinho, através de um conjunto de actividades a realizar durante este certame, como provas de vinho por regiões, apresentações de vinho, harmonizações de vinho e gastronomia, entre outras.

- **Dia Europeu / Internacional do Enoturismo:**

A cultura e a tradição da terra estão intimamente ligadas à identidade do vinho e a todos

os produtos locais, que cada vez mais são símbolos da qualidade de vida e embaixadores de cada região. É com o objetivo de desenvolver esta premissa, que a Recevin em parceria com a AMPV, e por sua vez em conjunto com os seus municípios e as Rotas de Vinho organizam desde 2009 um vasto leque de actividades que fomentem a promoção e a divulgação das suas regiões e vinhos.

Sendo esta uma atividade organizada, divulgada e promovida em parceria e em rede, tem a mais valia de ter um efeito multiplicador, logo obter um maior impacto junto do público. Em 2016 as comemorações do Dia Europeu do Enoturismo vão ser promovidas com a **AENOTUR organizando em simultâneo o Dia Internacional do Enoturismo.**

Em 2016 o Dia Europeu do Enoturismo / Dia Internacional do Enoturismo celebrará a sua sétima edição no **dia 13 de Novembro**, segundo domingo do mês de novembro.

➤ **Congresso Internacional de Enoturismo - Junho- Itália**

Participação e apoio ao Congresso Internacional de Enoturismo que será realizado em Itália e dará continuidade ao Congresso subordinado ao mesmo tema, realizado em Portugal/Espanha, pela AENOTUR na qual a AMPV preside.

➤ **VI Congresso Latino Americano de Enoturismo – Setembro – Mendoza - Argentina**

Participação e apoio ao VI Congresso Latino Americano de Enoturismo que será realizado em Mendoza e dará continuidade ao último Congresso subordinado ao mesmo tema, realizado no Uruguai, pela AENOTUR na qual a AMPV preside.

2.3. Organização de eventos AMPV

Neste item serão elencados todos os eventos organizados pela AMPV ou em que Associação é o principal parceiro na sua organização:

➤ **IX Aniversário da AMPV:**

Durante a celebração do seu aniversário a AMPV organiza a cerimónia de atribuição dos Prémios Prestígio – Personalidade do ano e Entidade do ano. Esta cerimónia

acontece sempre no dia 30 de abril, dia do Aniversário da AMPV, no Cartaxo, Município onde foi constituída a AMPV.

➤ **Prémios Prestígio – Personalidade e Entidade do Ano de 2015**

A Cerimónia de entrega dos Prémios Prestígio está enquadrada na iniciativa mencionada no item acima. Nos últimos anos a AMPV tem vindo a galardoar, quer personalidades quer entidades ligadas ao vinho, que se tenham destacado de alguma forma pelo trabalho desenvolvido no sector, nas suas várias vertentes, desde a enologia, produção, formação até ao enoturismo, etc.

➤ **Rainha das Vindimas de Portugal:**

Em 2016 vai ser realizada a 8ª edição da Rainha das Vindimas de Portugal. Desde 2009 que este evento é realizado através de uma co-organização entre a AMPV e o município detentor do título de Cidade do Vinho do ano.

Este concurso tem como objetivo a preservação e a promoção das tradições e da cultura rural mais genuínas do povo português, que são a sua ligação à terra, à paisagem junto das gerações mais novas.

➤ **Jantar de Natal:**

O jantar de Natal da AMPV.

Calendarização dos eventos organizados pela AMPV ou em parceria com outra entidade:

DESIGNAÇÃO DO EVENTO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	DATAS
IXº Aniversário da AMPV / entrega dos Prémios Prestígios da AMPV	Cartaxo	30 abril 2016
XV Concurso Internacional “La Selezione del Sindaco”	Local a confirmar	Maio 2016
Festival Nacional do Vinho / Salão Prazer de Provar 2016	Santarém (simultâneo c/ a Feira da Agricultura)	junho 2016

Gala da Eleição da Rainha das Vindimas de Portugal	Cidade Europeia do Vinho 2016	data a definir
Festival Nacional de Gastronomia / III Salão Nacional de Vinho	Santarém	outubro e novembro 2016
Dia Europeu do Enoturismo	Em todos os municípios aderentes	13 novembro 2015

3 – PROJETOS

3.1 - Projeto WINETOURL - Modernização e Reestruturação das Rotas de Vinho de Portugal

Com a implementação deste projeto, no terreno, no ano de 2012, a AMPV conseguiu congrega um conjunto de Rotas de Vinho, interessadas em juntar os seus esforços e criar um projeto comum sob uma imagem que identifique a Marca Portugal, tendo como base uma oferta enoturística de qualidade de acordo com o manual de boas práticas, que foi aceite por todos, enquanto uma necessidade de garantir a qualidade deste produto.

Com os objectivos atrás apontados, a associação **ARVP – Associação de Rotas dos Vinhos de Portugal** (constituída formalmente a 6 de maio de 2014) permitirá criar, a nível nacional, um espaço para todos os responsáveis pelo desenvolvimento do enoturismo, nas várias vertentes, desde órgãos públicos (entidades nacionais e regionais de turismo, grupos de acção local, autarquias locais, entre outros) aos agentes empresariais (adegas, hotéis, restaurantes, bares, empresas de animação turística, agências de viagem, agências de rent-a-car, espaços culturais, entre outros).

Na sua ata de fundação a ARVP foi constituída por nove entidades, nas quais estão incluídas três rotas de vinhos, e trinta e sete municípios.

Neste momento, a ARVP, esta dar início ao seu plano de atividades que tem como missão a execução das premissas contempladas nos seus estatutos.

A AMPV sendo o promotor deste projecto tem projetado para 2016 continuar a dar apoio e a colaborar nas iniciativas da ARVP.

ARVP – Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal

3.2 – Projeto Formação:

Estágio internacional da RECEVIN para jovens viticultores

A AMPV é parceira na organização deste Estágio em que a Associação Città del Vino é a entidade organizadora e é realizado sob a égide da RECEVIN.

Este Estágio é dirigido para jovens viticultores, estudantes de viticultura e de agronomia.

Em cada ano realiza-se numa região e país europeu diferente. Para 2016, o local será combinar com a Cidade Europeia do Vinho 2016 com data a definir.

Este Estágio tem uma duração de 5 dias e conta com a participação de reconhecidos especialistas, enquanto formadores.

3.3 – Projeto Cidade do Vinho / Cidade Europeia do Vinho

No âmbito do Projeto “Cidade do Vinho 2016” a AMPV irá fazer o acompanhamento ao longo do ano de 2016 de todas as iniciativas, atividades e eventos que irão ser desenvolvidos pela Cidade detentora deste título. Para tal, irá promover reuniões de trabalho com cidade nomeada de forma a garantir o sucesso deste projecto.

Quanto à Cidade Europeia do Vinho 2016, que será uma cidade italiana, a AMPV tem previsto acompanhar as suas actividades e divulga-las através do seu site.

3.4 – Projeto “Rede das Aldeias Vinhateiras de Portugal”

1. Enquadramento

A valorização dos territórios por via dos seus recursos endógenos é um fator determinante para o crescimento sustentável e transversal das regiões. As potencialidades culturais, criativas e turísticas dos territórios devem ser exploradas com base na capacidade, iniciativa e mobilização global de todos os recursos disponíveis. Neste contexto, a criação

da **Rede das Aldeias Vinhateiras de Portugal** torna-se relevante para a promoção e afirmação da identidade cultural das regiões e para a reabilitação e valorização socioeconómica das aldeias que têm no vinho e em tudo o que se lhe associa, o seu elemento diferenciador.

2. Conceito

A **Rede das Aldeias Vinhateiras de Portugal** é um projeto de desenvolvimento sustentável, de âmbito nacional, impulsionado pela Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV). Esta rede pretende contribuir para a afirmação e valorização das aldeias através da revitalização socioeconómica e do reforço das promoção “enoturística” das regiões, através da dinamização dos seus valores simbólicos: ruralidade, autenticidade, património, natureza, tradições, gastronomia, entre outros. Esta rede será constituída pelas aldeias vinhateiras dos municípios associados à AMPV.

3. Objetivos

- Preservar e promover a identidade cultural e potenciar o desenvolvimento social e económico das aldeias associadas;
- Afirmar as aldeias vinhateiras como destino “enoturístico” no panorama nacional e internacional;
- Fortalecer a coesão territorial e institucional;
- Valorizar e dinamizar os recursos endógenos das aldeias associadas;
- Aumentar a notoriedade das regiões e atrair novos públicos e novos investimentos.

4. SEÇÕES AMPV

4.1 - Seção de Museus Portugueses do Vinho AMPV (RMPV)

No seguimento da constituição da Seção de Trabalho da AMPV *Rede Museus Portugueses do Vinho* em 2010, estão planeadas as seguintes ações para 2016:

Reunião:

Dia: **16 de fevereiro** | Hora: **15H** | Local: **ALCOBAÇA (Museu do Vinho)**

Ordem Trabalhos:

1. Os Museus do Vinho em Portugal;
2. Projetos em Rede;
3. Associação Ibérica dos Museus do Vinho;

4. II Congresso Ibérico dos Museus dos Vinho.

4.2 – Seção Enoturismo

Âmbito do trabalho desta seção está programado o seguinte conjunto de ações para o ano de 2016:

Reunião:

Dia: **16 de fevereiro** | Hora: **10H** | Local: **ALCOBAÇA**

Ordem Trabalhos:

1. Associação das Rotas do Vinho de Portugal
2. Participação na BTL;
3. Apresentação AENOTUR
4. Congresso Ibero-Americano de Enoturismo;
5. Trabalho em rede dos Municípios num projeto de Turismo;
6. Formação Profissional;
7. Percursos do ITER VITIS;
8. Dia Europeu do Enoturismo.

4.3 – Seção Gastronomia e Produtos Regionais (GPR)

Para esta seção estão programadas as seguintes ações:

Reunião:

Dia: **22 fevereiro** | Hora: **15H** | Local: **BARCELOS**

Ordem Trabalhos:

1. Gastronomia e Vinhos e Turismo;
2. Confrarias e Território;
3. Azeite / Oliveira na rede de Municípios;
4. Cortiça – ligação à RETECORK;
5. Festival Nacional de Gastronomia;
6. Cortiça com ligação à RETEVORK;

5 – ASSOCIAÇÕES COM PARTICIPAÇÃO DA AMPV

5.1. Associação Internacional Iter Vitis



A AMPV, enquanto detentora da Vice-presidência da Associação Internacional do Iter Vitis, está neste momento a desenvolver o melhor formato e modelo para constituir uma estrutura nacional para permitir a implementação no terreno do Projecto Iter Vitis – Os Caminhos da Vinha, para a concretização deste objetivo já está a encetar contatos várias identidades, para possíveis parcerias para esta rede.

Na última Assembleia da Iter Vitis de 12 de Setembro, foi aprovada a constituição de uma **Federação Europeia Iter Vitis** e com a sugestão de ser formada uma **ITER VITIS IBERIA** de caráter associativo, para a implementação deste projecto no terreno, já em 2016.

A Associação Internacional Iter Vitis tem os seguintes objetivos:

- a)** Promover ações concretas de salvaguarda da paisagem rural europeia, consideradas como um património tangível e intangível, de alto valor acrescentado.
- b)** Destacar o facto de que a produção de vinho sempre foi um símbolo da identidade europeia para o resto do mundo e como os conhecimentos técnicos de vinificação, têm contribuído ao longo dos séculos, para a construção de cidadania europeia das regiões, dos povos e das identidades nacionais.
- c)** Definir a tipologia da paisagem vitícola e dos territórios, públicos e privados, onde a viticultura deixou vestígios importantes em relação às diferentes formas de práticas de viticultura. Criar um banco de dados de vinhas históricas que será importante não só para conhecer os percursos na Europa, mas igualmente para recuperar a sua história, antiga e contemporânea, bases indispensáveis para uma política de respeito pela qualidade do património vitivinícola europeu.
- d)** Salvaguardar a biodiversidade vitícola e propor a qualidade de vida das zonas rurais como um modelo para o futuro.
- e)** Organizar e desenvolver encontros educativos de intercâmbio cultural para uma melhor compreensão do fenómeno e da sua importância na cultura europeia.

- f)** Desenvolver metodologias e ações voltadas para a melhoria da oferta enoturística, através da criação e desenvolvimento de redes de cidades, regiões e rotas de vinho, através de instrumentos de cooperação e intercâmbio de conhecimento e tecnologia.
- g)** Desenvolver pesquisas e estudos ao nível da comunicação científica, cultural, artística, social, económica entre cidades e vilas aderentes ao *Iter Vitis* através de projetos, iniciativas e atividades que possam promover o conhecimento das zonas de cultivo e para uma melhor divulgação da imagem e identidade cultural europeia.

5.2. Retecork – Rede Europeia de Territórios Corticeiros



Desde de Abril de 2013 que a AMPV é detentora da Vice-Presidência da Retecork.

A missão da Retecork é trabalhar para a divulgação e melhoria da qualidade dos territórios corticeiros, enquanto a AMPV se empenha nas ações sobre as vantagens técnicas do uso da rolha de cortiça, quer junto dos seus municípios associados como em parceria com estes, quer junto dos produtores das respectivas áreas vitivinícolas, para sensibilizar o uso deste tipo de vedante, numa estratégia de valorização, enfoque para o investimento em I&D e de reafirmação de que a cortiça é a melhor solução que existe em termos de qualidade dos vinhos, sustentabilidade ambiental, no turismo contribuindo de uma forma significativa para a riqueza nacional.

5.3. AENOTUR – Associação Internacional de Enoturismo



A AENOTUR foi fundada em Cambados a 7 de Maio de 2014 pela AMPV, Ayuntamiento de Cambados, Iter Vitis, Iter Vitis France, Citta del Vino de Itália, cidades Brasileiras de Garibaldi, Bento Gonçalves, Ferropilha, Flores da Cunha e Caxias do Sul, pelo IBRAVIN –

Instituto Brasileiro do Vinho e pela Associação de Turismo Enológico do Uruguai.

Na sua Assembleia realizada a 1 de julho em Viana do Castelo, a AMPV, através do município de Viana do Castelo, assumiu a presidência da AENOTUR sendo eleito Paolo Benvenuti, representante da Città del Vino, para a Secretaria Geral para a Europa e Ivane Favero, representante do município de Garibaldi, como Secretaria Geral para a America do Sul.

Em 2016 vamos realizar o II Congresso Internacional de Enoturismo em junho, na Itália, e o VI Congresso Latino Americano de Enoturismo, em Mendoza na Argentina.

Esta associação tem como objectivo a criação de um site interativo sob a forma de motor de busca, com toda a informação referente ao vinho e ao enoturismo ao nível global. Porém para participar no site, as entidades, empresas, municípios, etc têm que passar por um conjunto de procedimentos de avaliação de qualidade para se poder assegurar da qualidade da informação que se está a prestar ao público. Não há encargos para a participação das empresas, entidades, municípios e outros aderentes a este portal.

5.4. ARVP – Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal



No seguimento do ponto 3.1., a AMPV enquanto dinamizadora e promotora da Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal, assumiu o cargo de tesoureiro da Direção desta associação.

6 – CONGRESSOS / SEMINÁRIOS / WORKSHOP'S

A AMPV tem previsto para 2016 a organização dos seguintes seminário / workshop's:

- **Conferência Iter Vitis – Caminhos Culturais da Vinha**

Esta conferência tem como objectivo dar a conhecer este itinerário Cultural da Europa e o momento de arranque da implementação do Iter Vitis em Portugal. Esta conferência está prevista para se realizar no **Município de Ponte de Lima com a data definir.**

➤ **Promoção junto dos Municípios do Movimento “Wine in Moderation”**

Na sequência da adesão da AMPV ao Movimento “Wine in Moderation”, a Associação irá ao longo do ano de 2016 continuar fazer e a promover ações de sensibilização deste projeto junto dos seus Municípios e demais parceiros.

Será realizado uma jornada de reflexão sobre a moderação do consumo de bebidas alcoólicas a **12 de fevereiro, em Loures**. Nesta jornada está previsto fazer uma proposta para a realização de uma campanha a favor da moderação do consumo de vinho propondo o **dia 14 de fevereiro** como o dia da Moderação do Consumo de Vinho, recuperando a campanha da AMPV fez em Fevereiro de 2008, com o lema **“Vinho Com Moderação faz bem ao Coração”**.

➤ **Reunião do Projeto “Rede Nacional das Aldeias Vinhateiras”**

Realização de uma reunião de trabalho para constituição de uma rede nacional de Aldeias Vinhateiras a realizar **26 de fevereiro** em **Santar - Nelas**.

➤ **Seminário: “Os Territórios, o Vinho e o Turismo”**

Este seminário será realizado a **3 de março**, durante a BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, e tem como objectivo refletir sobre as formas promoção dos territórios enoturísticos.

➤ **Jornadas de Trabalho de Comunicação e Networking Autárquico**

Realização a **10 de março** do Seminário de Comunicação e Networking Autárquico na **Mealhada**.

➤ **Apresentação do “Programa Portugal Sou Eu”.**

Apresentação do programa Portugal sou eu no mês de abril no Cadaval.

➤ **II Congresso Ibérico de Museus do Vinho**

Realização do 2º Congresso Ibérico de Museus do Vinho em parceria com o Museu do

Douro e da Associação Espanhola de Museus de Vinho a realizar a **13 de outubro**, no **Museu do Douro em Peso da Régua**.

7 – CONCURSO DE VINHOS

7.1. - Concurso Internacional de Vinhos “LA SELEZION DEL SINDACO”

A AMPV em parceria, pelo sétimo ano consecutivo, com a sua congénere Italiana e Europeia, vai continuar a cooperar na divulgação e promoção da edição de 2016 do Concurso Internacional de Vinhos “La Selezione del Sindaco” no território Português.

A Selecção do Presidente, que é a tradução à letra deste concurso, é o único concurso de vinhos internacional que prevê a participação conjunta do produtor e do Município de proveniência das produções. Este concurso propõe-se valorizar as produções, fruto da tradição e de um território distinto.

8 - PÁGINA NA INTERNET

Para 2016 a página da AMPV manter a dinâmica que adquiriu em 2015, com a actualização constante dos seus conteúdos fortalecendo o vínculos com os seus municípios em particular no que diz respeito a notícias, informações quer de carácter geral quer de âmbito interno da Associação e, também, para divulgar todas as suas iniciativas, eventos, etc.

9 – PARCERIAIS / PROTOCOLOS

A AMPV está sempre aberta a receber propostas de protocolos de cooperação com todas as entidades e que se entendam que sejam vantajosas para a dinamização, proteção e valorização dos territórios vitivinícolas, é com esta premissa que em 2016, a Associação continuará a encetar contatos com eventuais parceiros para a criação de novas propostas de protocolos.

II - CALENDARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PARA 2016

- JANEIRO
 - Cerimónia de entrega do título de Cidade Europeia do Vinho 2016 à cidade nomeada;
 - Dia dos reis;
 - Reuniões de Trabalho da AMPV;
- FEVEREIRO
 - Reuniões das seções de trabalho da AMPV - 16 e 22 de fevereiro;
 - Jornada de Reflexão sobre o Movimento “*Wine in Moderation*”- 12 fevereiro;
 - Reunião do Projeto “Rede Nacional das Aldeias Vinhateiras” – 26 fevereiro
- MARÇO
 - Seminário “Os Territórios, o Vinho e o Turismo” – 3 março;
 - Jornadas de Trabalho de Comunicação e Networking Autárquico – 10 março;
 - Assembleia Inter-Municipal- 21 março – Palmela;
 - BTL – 2 a 6 de março
- ABRIL
 - IX Aniversário da AMPV;
 - Festa do Vinho do Cartaxo – 28 de abril a 1 de maio;
 - Apresentação do Programa “*Portugal Sou Eu*”
- MAIO
 - XV Concurso “La Selezione Del Sindaco” –maio.
- JUNHO
 - Feira Nacional de Agricultura – junho - Santarém;
 - Festa do Vinho Verde - Junho – Ponte de Lima.
 - Congresso Internacional de Enoturismo – Itália
- JULHO
 - 2ª Edição Festival de Vinhos e do Enoturismo;
 - Entrega dos Prémios “La Selezione del Sindaco” – Roma – Itália;
 - Entrega dos Prémios “La Selezione del Sindaco” – Portugal;
- AGOSTO

- FATACIL – Lagoa;
- Festas da PRAIA DA VITÓRIA;
- 32º Festival dos Vinhos Portugueses – Bombarral;
- Festas da Srª da Agonia – Viana do Castelo;
- Festas São Vicente;
- Rainha das Vindimas de Palmela;
- SETEMBRO
 - Festas das Vindimas – Palmela;
 - Festa do Vinho Dão – Nelas.
- OUTUBRO
 - Assembleia Inter-Municipal AMPV – 13 outubro – Lamego;
 - II Congresso Ibérico de Museus do Vinho – 13 outubro – Museu do Douro Régua
 - Festas do Vinho de Bucelas;
 - Festival do Vinho Leve – Cadaval;
 - Festival Nacional de Gastronomia – Santarém.
- NOVEMBRO
 - Dia Europeu do Enoturismo – 13 novembro;
 - Festas da Cidade de S. Martinho – Torres Vedras
 - Feira do Vinho de Borba;
 - Apresentação da Cidade do Vinho 2017.
- DEZEMBRO
 - Vitifrades
 - Gala Encerramento da Cidade Europeia do Vinho 2016;

III - CALENDARIZAÇÃO DAS REUNIÕES DO CONSELHO DIRETIVO E DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

Proposta de calendarização para as reuniões do Conselho Diretivo e Assembleia Intermunicipal:

DATA	REGIÃO	MUNICÍPIO	REUNIÃO
26 fevereiro	Dão	Nelas	Cons. Diretivo
21 março	Douro	Palmela	Ass.Inter Municipal
18 abril	Lisboa	Cadaval	Cons. Diretivo
15 junho	Vidigueira	Alentejo	Cons. Diretivo
13 julho	Verdes	Viana Castelo	Cons. Diretivo
21 setembro	Algarve	Lagoa	Cons. Diretivo
13 outubro	Setúbal	Lamego	Ass.Inter Municipal
08 novembro	Beira	Gouveia	Cons. Diretivo

IV – ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2016



Associação de Municípios Portugueses do Vinho

Plano Plurianual de Actividades

Ano: 2016

Data: 06-10-2015

Pag: 1

Funcionário:

(unidade: euros)

Objectivo	Código Class. Econ.	Nºdo Projecto/ Acção	Designação Programa e Projecto/Acção	Forma de Realit- zação	Fonte de Financiamento			Respon- sável	Datas		Fase de Exe- cu- ção	Realizado	Despesas							Total Previsto
					AA (%)	AC (%)	FC (%)		Início	Fim			2016			Anos Seguintes				
													Total	Financ. Definido	Financ. não Definido	2017	2018	2019	Outros	
		/ 1	PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E OUTROS EVENTOS																	
		/ 1. 1	PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E OUTROS EVENTOS																	
	. .02.01.08. .	/ 1. 1. 1.	FESTA DO VINHO	A				AMPV	01-04-2016	31-05-2016	0		350,00	350,00						350,00
	. .02.01.15. .	/ 1. 1. 1.									0									
	. .02.01.21. .	/ 1. 1. 1.									0									
	. .01.02.03. .	/ 1. 1. 2.	FICOR- FEIRA INTERNACIONAL DA CORTIÇA	A				AMPV	01-05-2016	30-05-2016	0		500,00	500,00						500,00
	. .02.01.02.02.	/ 1. 1. 2.									0									
	. .02.01.08. .	/ 1. 1. 3.	FESTIVAL DO VINHO PORTUGUÊS	A				AMPV	01-08-2016	30-08-2016	0		500,00	500,00						500,00
	. .02.01.15. .	/ 1. 1. 3.									0									
	. .02.02.25. .	/ 1. 1. 3.									0									
	. .01.02.03. .	/ 1. 1. 4.	FEIRA DE GASTRONOMIA DO ATLÂNTICO	A				AMPV	01-08-2016	30-08-2016	0		600,00	600,00						600,00
	. .02.01.08. .	/ 1. 1. 4.									0									
	. .02.01.15. .	/ 1. 1. 4.									0									
	. .02.02.25. .	/ 1. 1. 4.									0									
	. .01.02.03. .	/ 1. 1. 5.	FATACIL	A				AMPV	01-08-2016	30-08-2016	0		300,00	300,00						300,00
	. .02.01.08. .	/ 1. 1. 5.									0									
	. .02.02.09. .	/ 1. 1. 5.									0									



Associação de Municípios Portugueses do Vinho

Plano Plurianual de Actividades

Ano: 2016

Data: 06-10-2015

Pag: 2

Funcionário:

(unidade: euros)

Objectivo	Código Class. Econ.	Nºdo Projecto/ Acção	Designação Programa e Projecto/Acção	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Respon- sável	Datas		Fase de Exe- cu- ção	Realizado	Despesas						Total Previsto	
					AA (%)	AC (%)	FC (%)		Início	Fim			2016			Anos Seguintes				
													Total	Financ. Definido	Financ. não Definido	2017	2018	2019		Outros
	.02.01.08. .	/1.1.6	FESTA DO VINHO E VINDIMAS	A				AMPV	01-10-2016	30-10-2016	0		300,00	300,00						300,00
	.02.01.15. .	/1.1.6.									0									
	.02.02.09. .	/1.1.6.									0									
	.02.02.17. .	/1.1.6.									0									
	.02.01.08. .	/1.1.7.	FESTAS DAS VINIDIMAS	A				AMPV	01-09-2016	30-09-2016	0		450,00	450,00						450,00
	.02.01.15. .	/1.1.7.									0									
	.02.01.21. .	/1.1.7									0									
	.02.02.17. .	/1.1.7.									0									
	.02.02.25. .	/1.1.7.									0									
	.02.01.08. .	/1.1.8.	FESTAS N. SRA DA AGONIA	A				AMPV	01-08-2016	30-08-2016	0		350,00	350,00						350,00
	.02.01.15. .	/1.1.8.									0									
	.02.01.21. .	/1.1.8									0									
	.02.02.17. .	/1.1.8.									0									
	.02.01.08. .	/1.1.9	FESTAS DAS ADIAFAS	A				AMPV	01-10-2016	30-10-2016	0		400,00	400,00						400,00
	.02.01.15. .	/1.1.9.									0									
	.02.01.21. .	/1.1.9.									0									
	.02.02.17. .	/1.1.9.									0									
	.02.02.25. .	/1.1.9.									0									
	.01.02.03. .	/1.1.10.	FESTA DO VINHO E VINDIMAS	A				AMPV	01-10-2016	30-10-2016	0		475,00	475,00						475,00
	.02.01.08. .	/1.1.10									0									
	.02.01.21. .	/1.1.10									0									
	.02.02.09. .	/1.1.10									0									
	.02.02.17. .	/1.1.10									0									
	.02.01.08. .	/1.1.10.	FESTAS DA VINHA E DO VINHO	A				AMPV	01-11-2016	01-11-2016	0		250,00	250,00						250,00



Associação de Municípios Portugueses do Vinho

Plano Plurianual de Actividades

Ano: 2016

Data: 06-10-2015

Pag: 3

Funcionário:

(unidade: euros)

Objectivo	Código Class. Econ.	Nºdo Projecto/ Acção	Designação Programa e Projecto/Acção	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Respon- sável	Datas		Fase de Exe- cu- ção	Realizado	Despesas						Total Previsto	
					AA (%)	AC (%)	FC (%)		Início	Fim			2016			Anos Seguintes				
													Total	Financ. Definido	Financ. não Definido	2017	2018	2019		Outros
	.02.02.17.	/1.1.11.	VINIPAX	A				AMPV	01-10-2016	30-10-2016	0		300,00	300,00						300,00
	.02.02.25.	/1.1.11.									0									
	.02.01.21.	/1.1.12.	FESTAS DAS ADIAFAS	A				AMPV	01-10-2016	01-10-2016	0		300,00	300,00						300,00
	.02.02.09.	/1.1.12.									0									
	.02.02.17.	/1.1.12.									0									
	.02.02.25.	/1.1.12.									0									
	.02.01.21.	/1.1.13.	FESTAS DO VINHO E DA VINHA E FESTAS DA VINHA E DO VINHO	A				AMPV	01-11-2016	01-11-2016	0		400,00	400,00						400,00
	.02.02.09.	/1.1.13.									0									
	.02.02.17.	/1.1.13.									0									
	.02.02.25.	/1.1.13.									0									
	.01.02.03.	/1.1.14.	FESTAS DA CIDADE (S. MARTINHO)	A				AMPV	01-10-2016	30-11-2016	0		150,00	150,00						150,00
	.02.01.02.02.	/1.1.14.									0									
	.02.01.08.	/1.1.14.									0									
	.02.01.21.	/1.1.14.									0									
	.01.02.03.	/1.1.15.	VITIFRADES	A				AMPV	01-10-2016	30-11-2016	0		200,00	200,00						200,00
	.02.01.02.02.	/1.1.15.									0									
	.02.01.08.	/1.1.15.									0									
	.02.01.21.	/1.1.15.									0									
		/2	ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS																	
		/2.2	EVENTOS																	
	.02.01.08.	/2.2.1.	FESTIVAL NACIONAL DO VINHO	A				AMPV	08-06-2016	16-06-2016	0		1.000,00	1.000,00						1.000,00
	.02.01.15.	/2.2.1.									0									
	.02.02.04.	/2.2.1.									0									
											0									



Associação de Municípios Portugueses do Vinho

Plano Plurianual de Actividades

Ano: 2016

Data: 06-10-2015

Pag: 4

Funcionário:

(unidade: euros)

Objectivo	Código Class. Econ.	Nºdo Projecto/ Acção	Designação Programa e Projecto/Acção	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Respon- sável	Datas		Fase de Exe- cu- ção	Realizado	Despesas						Total Previsto	
					AA (%)	AC (%)	FC (%)		Início	Fim			2016			Anos Seguintes				
													Total	Financ. Definido	Financ. não Definido	2017	2018	2019		Outros
	.02.01.15. .	/2.2.2.	FESTIVAL DE VINHOS EUROPEUS	A				AMPV	01-10-2016	30-10-2016	0		1.500,00	1.500,00						1.500,00
	.02.02.08. .	/2.2.2.									0									
	.02.02.09. .	/2.2.2.									0									
	.02.02.17. .	/2.2.2.									0									
	.02.02.25. .	/2.2.2.									0									
	.02.01.02.02.	/2.2.3.	FESTIVAL NACIONAL DE GASTRONOMIA 2016	O				AMPV	01-05-2016	30-05-2016	0		500,00	500,00						500,00
	.02.01.08. .	/2.2.3.									0									
	.02.01.21. .	/2.2.3.									0									
	.02.02.17. .	/2.2.3.									0									
		/2.2.4	VI ANIVERSÁRIO DA AMPV																	
	.02.01.08. .	/2.2.4.1	VI ANIVERSÁRIO DA AMPV	A				AMPV	30-04-2016	30-04-2016	0		500,00	500,00						500,00
	.02.01.15. .	/2.2.4.1									0									
	.02.01.21. .	/2.2.4.1									0									
	.02.02.25. .	/2.2.4.1									0									
		/2.2.5	DIA EUROPEU E CONGRESSO DO ENOTURISMO																	
	.02.02.09. .	/2.2.5.1	DIA EUROPEU E CONGRESSO DO ENOTURISMO	O				AMPV	11-11-2016	11-11-2016	0		150,00	150,00						150,00
	.02.02.17. .	/2.2.5.									0									
	.02.02.25. .	/2.2.5.									0									
	.02.01.08. .	/2.2.6.	IX ANIVERSÁRIO DA AMPV	O				AMPV	01-04-2016	01-04-2016	0		900,00	900,00						900,00
	.02.01.21. .	/2.2.6									0									
	.02.02.17. .	/2.2.6.									0									
		/2.2.7	PRÉMIOS PRESTIGIO																	
	.02.02.09. .	/2.2.7.1	PRÉMIOS PRESTIGIO	O				AMPV	11-11-2016	11-11-2016	0		750,00	750,00						750,00



Associação de Municípios Portugueses do Vinho

Plano Plurianual de Actividades

Ano: 2016

Data: 06-10-2015

Pag: 5

Funcionário:

(unidade: euros)

Objectivo	Código Class. Econ.	Nºdo Projecto/ Acção	Designação Programa e Projecto/Acção	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Respon- sável	Datas		Fase de Exe- cu- ção	Realizado	Despesas						Total Previsto	
					AA (%)	AC (%)	FC (%)		Início	Fim			2016			Anos Seguintes				
													Total	Financ. Definido	Financ. não Definido	2017	2018	2019		Outros
	. .02.02.17. .	/ 2. 2. 7. 1									0									
		/ 3	PROJETOS																	
		/ 3. 1	WINETOURL																	
	. .02.01.08. .	/ 3. 1. 1.	MODERNIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DAS ROTAS DE VINHO DE PORTUGAL	O				AMPV	01-01-2016	30-12-2016	0		3.000,00	3.000,00						3.000,00
	. .02.02.09. .	/ 3. 1. 1.									0									
	. .02.02.17. .	/ 3. 1. 1.									0									
	. .02.02.25. .	/ 3. 1. 1.									0									
		/ 3. 2	FORMAÇÃO JOVENS AGRICULTORES																	
	. .02.01.02.02.	/ 3. 2. 1.	FORMAÇÃO JOVENS AGRICULTORES	A				AMPV	01-03-2016	30-04-2016	0		4.550,00	4.550,00						4.550,00
	. .02.02.17. .	/ 3. 2. 1.									0									
	. .02.02.25. .	/ 3. 2. 1.									0									
		/ 3. 3	CAMPANHAS																	
		/ 3. 3. 3	"WINE IN MODERATION"																	
	. .02.01.02.02.	/ 3. 3. 3. 1	"WINE IN MODERATION"	A				AMPV	01-01-2016	30-12-2016	0		350,00	350,00						350,00
	. .02.01.08. .	/ 3. 3. 3. 1									0									
	. .02.02.09. .	/ 3. 3. 3. 1									0									
	. .02.02.17. .	/ 3. 3. 3. 1									0									
	. .02.01.02.02.	/ 3. 3. 3. 2	"PROJECTO CIDADE DO VINHO	A				AMPV	01-01-2016	30-12-2016	0		900,00	900,00						900,00
	. .02.01.08. .	/ 3. 3. 3. 2									0									
	. .02.02.09. .	/ 3. 3. 3. 2									0									
	. .02.02.17. .	/ 3. 3. 3. 2									0									
		/ 4	REDE DAS ALDEIAS VINHATEIRAS																	
		/ 4. 1	SECÇÕES DA AMPV																	



Associação de Municípios Portugueses do Vinho

Plano Plurianual de Actividades

Ano: 2016

Data: 06-10-2015

Pag: 6

Funcionário:

(unidade: euros)

													Despesas							Total Previsto
Objectivo	Código Class. Econ.	Nºdo Projecto/ Acção	Designação Programa e Projecto/Acção	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Respon- sável	Datas		Fase Exe- cu- ção	Realizado	2016			Anos Seguintes				
					AA (%)	AC (%)	FC (%)		Início	Fim			Total	Financ. Definido	Financ. não Definido	2017	2018	2019	Outros	
	.02.01.08.	/4.1.1.	SECÇÃO DE MUSEUS PORTUGUESES	O				AMPV	01-01-2016	30-12-2016	0		200,00	200,00						200,00
	.02.02.09.	/4.1.1.									0									
	.02.02.17.	/4.1.1.									0									
	.02.02.25.	/4.1.1.									0									
	.02.01.02.02.	/4.1.2.	SECÇÃO ENOTURISMO	A				AMPV	01-01-2016	30-12-2016	0		900,00	900,00						900,00
	.02.01.08.	/4.1.2.									0									
	.02.02.09.	/4.1.2.									0									
	.02.02.17.	/4.1.2.									0									
	.02.02.25.	/4.1.2.									0									
	.02.01.02.02.	/4.1.3.	SECÇÃO GASTRONOMIA E PRODUTOS REGIONAIS	O				AMPV	01-01-2016	30-12-2016	0		300,00	300,00						300,00
	.02.01.08.	/4.1.3.									0									
	.02.02.09.	/4.1.3.									0									
	.02.02.25.	/4.1.3.									0									
		/5	ASSOCIAÇÕES																	
		/5.1																		
	.01.02.03.	/5.1.1.	ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL ITER VITIS	O				AMPV	01-01-2016	01-12-2016	0		2.500,00	2.500,00						2.500,00
	.02.01.08.	/5.1.1.									0									
	.02.01.15.	/5.1.1.									0									
	.02.02.17.	/5.1.1.									0									
	.02.02.25.	/5.1.1.									0									
		/5.1.2	RETECORK E AENOTUR																	
	.02.01.08.	/5.1.2.		A				AMPV	01-01-2016	30-12-2016	0		1.500,00	1.500,00						1.500,00
	.02.01.21.	/5.1.2.									0									
	.02.02.09.	/5.1.2.									0									



Associação de Municípios Portugueses do Vinho

Plano Plurianual de Actividades

Ano: 2016

Data: 06-10-2015

Pag: 7

Funcionário:

(unidade: euros)

Objectivo	Código Class. Econ.	Nºdo Projecto/ Acção	Designação Programa e Projecto/Acção	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Respon- sável	Datas		Fase de Exe- cu- ção	Realizado	Despesas							Total Previsto
					AA (%)	AC (%)	FC (%)		Início	Fim			2016			Anos Seguintes				
													Total	Financ. Definido	Financ. não Definido	2017	2018	2019	Outros	
	.02.01.15.	/5.1.2.									0									
	.02.02.17.	/5.1.2.									0									
	.	/6.	CONGRESSOS/SEMINÁRIOS/WORKSHOPS	A				AMPV	01-01-2016	30-12-2016	0		1.000,00	1.000,00						1.000,00
	.02.01.08.	/6.1									0									
	.02.01.15.	/6.1									0									
	.02.02.17.	/6.1																		
		/7	CONCURSOS																	
		/7.1	INTERNACIONAL																	
	.01.02.03.	/7.1.1.	"LA SELEZION DEL SINDACO"	A				AMPV	01-01-2016	30-12-2016	0		1.500,00	1.500,00						1.500,00
	.02.02.09.	/7.1.1.									0									
	.02.02.25.	/7.1.1.									0									
		/8	PÁGINA NA INTERNET																	
		/8.1	DESENVOLVIMENTO E ATUALIZAÇÃO																	
		/8.1.1	DESENVOLVIMENTO E ATUALIZAÇÃO																	
	.01.01.07.	/8.1.1.1	DESENVOLVIMENTO E ATUALIZAÇÃO	O				AMPV	01-01-2016	30-12-2016	0		450,00	450,00						450,00
		/9	PARCERIAS																	
		/9.1	PARCERIAS																	
	.02.01.08.	/9.1.1.	UNIVERSIDADE ABERTA	A				AMPV	01-01-2016	30-12-2016	0		200,00	200,00						200,00
	.02.02.17.	/9.1.1.									0									
Total Geral								0,00				28.225,00	28.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.225,00	

Funcionário:

(unidade: euros)

[illegible]

Associação de Municípios Portugueses do Vinho



Ano: 2016

Data: 06-10-2015

Orçamento (Resumo)

(unidade: euros)

Receitas		Despesas	
Correntes.....	136.800,00	Correntes.....	136.800,00
Capital.....	1.200,00	Capital.....	1.200,00
Total Geral.....	138.000,00	Total Geral.....	138.000,00

Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Em ____ de ____ de	Em ____ de ____ de
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

ORÇAMENTO DA ESDIME

**Agência para Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste,
CRL**

Esdime, CRL - Orçamento Previsional 2016

Fornecimentos e Serviços Externos	204.997 €	Prestação de Serviços	46.752 €
Custos de Funcionamento	141.926 €		
Honorários	63.070 €	Prestação de Serviços	46.752 €
Custos com Pessoal	401.114 €	Subsídios á Exploração	653.318 €
Remunerações e custos inerentes	417.843 €	DLBC	211.136 €
Amortizações	27.932 €	POISE	384.084 €
		CLDS Almodôvar	126.942 €
		CLDS Aljustrel	126.942 €
		CLDS Ourique	130.201 €
		FORMAÇÃO	27.300 €
		Vida Ativa	27.300 €
Outros Gastos e Perdas	57.840 €	IEFP	30.797 €
		Estágios Emprego	30.797 €
Gastos e Perdas de Financiamento	17.389 €	Outros Rendimentos e Ganhos	13.952 €
Total dos Custos	709.272 €	Rendimentos e Gastos de Financia	1.000 €
Resultado Liquido do Exercício	5.749 €		
TOTAL	715.021 €	TOTAL	715.021 €

ORÇAMENTO DA CIMAL

Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

2016





Enquadramento

A CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral é uma entidade intermunicipal nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compreendida na NUT II Alentejo e correspondendo à NUT III Alentejo Litoral.

É constituída pelos Municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines, abrangendo um território com uma área de 5.255,8 km² e cerca de 98 mil habitantes.

De assinalar que no contexto das 23 entidades intermunicipais existentes no País, constituídas ao abrigo da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, nas quais se incluem 21 Comunidades Intermunicipais e as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, apenas quatro são constituídas por seis ou menos Municípios e destas apenas três abrangem um universo populacional de menos de 100 mil habitantes: Alto Tâmega, com seis Municípios e uma população de cerca de 94 mil habitantes; Beira Baixa, com seis Municípios e uma população de cerca de 89 mil habitantes; Alentejo Litoral, com cinco Municípios e uma população aproximada de 98 mil habitantes. A CIM do Cávado tem seis Municípios e uma população de cerca de 410 mil habitantes.

O universo das entidades intermunicipais é muito díspar. Se a Área Metropolitana de Lisboa compreende cerca de dois milhões e oitocentos mil habitantes em 18 Municípios, e a Área Metropolitana do Porto mais de um milhão e setecentos mil habitantes nos seus 17 Municípios, existem Comunidades Intermunicipais que variam dos cinco aos 19 Municípios, com universos populacionais dos 89 mil para cerca de meio milhão de habitantes.

Essa ideia é tanto mais clara olhando para a média da população das Comunidades Intermunicipais, ou seja, não considerando as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, a média populacional das 21 CIM do País é de mais de 260 mil habitantes. Considerando apenas a NUT II Alentejo, apenas a NUT III Lezírias do Tejo se aproxima da média populacional do universo das CIM, totalizando cerca de 247 mil habitantes nos seus 11 Municípios. Nas restantes NUT III do Alentejo a média do universo populacional das CIM não atinge os 128 mil habitantes.

Este esboço do universo das Entidades Intermunicipais do País revela, tão só, que ao abordar as estratégias e a atuação das entidades intermunicipais há que considerar a sua dimensão e densidade. A heterogeneidade que encontramos neste quadro traduz, igualmente, a heterogeneidade do País. Contudo, a **dimensão e a densidade não devem ser entendidas positiva ou negativamente, constam da realidade nacional e são condição intrínseca das entidades intermunicipais, como o são para o próprio Poder Local.**



Contexto

A aprovação da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como a profunda discussão que se operou ao longo do processo legislativo, revestiu-se de diversos equívocos e criou um lastro de indefinições que se refletiram na redação final do diploma. Exemplo disso é o facto de o diploma ter sido chumbado pelo Tribunal Constitucional, nomeadamente por se ter considerado que o Estatuto das Entidades Intermunicipais violava o princípio da tipicidade das autarquias locais.

O contexto que reveste o novo Estatuto das Entidades Intermunicipais, bem como os restantes regimes jurídicos aprovados naquele diploma, é de mutabilidade para o Poder Local Democrático. Contudo, e ainda que o XIX Governo Constitucional tenha colocado entre as suas prioridades a Reforma do Estado e, nesse sentido, também a Reforma do Poder Local, foram ao longo dos últimos três anos empreendidas **medidas essencialmente setoriais e desarticuladas entre si**.

Neste enquadramento a abordagem efetuada ao território entendeu-o, igualmente, como mais um setor, quando deveria ter sido assumida a sua transversalidade, característica fundadora do seu conceito abrangente. Se analisadas e comparadas as diversas medidas setoriais levadas a cabo, nomeadamente na área da Justiça, da Educação ou da Saúde, ressaem as evidências da multiplicidade de critérios de âmbito territorial adotados: medidas territoriais de matriz distrital, medidas territoriais de matriz regional, medidas territoriais híbridas, que procuraram mitigar as insuficiências das anteriores.

É neste quadro que surge um novo Estado das Entidades Intermunicipais, que procura reforçar as competências das Comunidades e das Áreas Metropolitanas, mas mantendo uma realidade territorial de conciliação difícil e, em alguns casos, praticamente impossível. O espírito do legislador, muito instado pela matriz conceptual da União Europeia, procurava nas entidades intermunicipais a génese de um patamar regional sem operar a regionalização administrativa. Esse intento foi inviabilizado não apenas pelo Tribunal Constitucional, uma vez que ao nível das competências o que consta hoje da legislação aprovada dista longamente do que fora ventilado no Estudo Piloto das CIM (2012).

A Reforma do Estado ficou refém de um documento territorialmente pouco ambicioso. As medidas tomadas à margem de uma Reforma do Estado estruturada em muitos casos passaram ao terreno para enorme prejuízo das populações e dos territórios. **Mantem-se a disfuncionalidade territorial, as discrepâncias na territorialização do Estado e a ambiguidade nos critérios que subjazem à descentralização e ao aprofundamento do princípio da subsidiariedade.** Nesse sentido, e para menor prejuízo das populações dos territórios de baixa densidade, **é preferível que a Reforma do Estado tenha ficado comprometida pela mediocridade do documento apresentado, não se conhecendo consequência sistémica da**



sua definição. Cada Ministério procedeu aos seus acertos e levou a cabo as suas medidas, gravosas em casos como a Justiça ou a Saúde, mas ainda assim pontuais.

Se é este o cenário no âmbito da Reforma do Estado, não é diferente o que se desenhou no âmbito da pretensa Reforma da Administração Local.

Nos últimos 40 anos o Poder Local deu um contributo essencial para o desenvolvimento integrado do País, tendo sido o único garante da coesão económica, social e territorial e da qualidade de vida das populações. Sem esse contributo do Poder Local existiriam hoje realidades ainda mais antagónicas no País, assimetrias regionais bastante mais acentuadas e sinais de despovoamento e desertificação amplamente mais preocupantes do que os que hoje encontramos.

A opção política da XIX Legislatura passou pela subtração de recursos materiais e imateriais ao Poder Local Democrático. A pretensa reforma das Freguesias. As medidas de subtração de recursos financeiros às Autarquias Locais, quer por via das transferências do Orçamento de Estado, quer pela participação em impostos, o estabelecimento do Fundo de Apoio Municipal que penaliza por igual todos os Municípios, são apenas exemplos de medidas descontextualizadas de uma verdadeira reforma. A prossecução de medidas desta natureza e sem enquadramento estratégico representa um **prejuízo inquestionável para o princípio da autonomia do Poder Local.**

Paralela e complementarmente instalou-se o discurso das intenções para a delegação e transferência de competências da Administração Central para os Municípios e para as entidades intermunicipais, sem que tal evidencie objetivos de aprofundamento da subsidiariedade, desde logo pela ausência de condições financeira objetivas.

A redução de recursos próprios aos Municípios e a consequente diminuição da sua autonomia financeira, bem como a pressão exercida para aumento das responsabilidades e das competências do Poder Local, criam um contexto de enorme exigência. O modo de afirmação desta visão e da estratégia governamental tem sido, sucessivamente, a da inevitabilidade, revestindo-se também de um clima de tensão latente, no sentido em que se impõe a desresponsabilização da Administração Central face às suas próprias competências, quer em matérias como a prestação de serviços públicos em territórios de menor densidade e do interior, quer na tentativa de responsabilizar os Municípios pela prossecução de competências que legalmente não lhes cabem.

Entre vários exemplos, a atualidade colocou no centro da discussão o denominado IMI das famílias, uma medida de carácter fiscal da Administração Central que se financia à custa dos orçamentos municipais. Contudo, os dados da Associação Nacional de Municípios revelam um claro contraciclo da evolução da sustentabilidade do Sector Local face ao Central a despesa



global do Sector Local contraiu 20%, evidenciando este subsector do Estado superavit. A redução total da dívida municipal, entre 2010 e 2014, foi de 31%, passando dos 8,6 mil milhões de euros para os 5,9 mil milhões. O próprio Setor Empresarial Local diminui a sua dívida em cerca de 71%. Nesse sentido, o contributo da dívida municipal para a dívida pública é de apenas 2%, quando o Setor Regional contribuiu com 3% e a Administração Central é responsável pelos restantes 95%.

Se as entidades intermunicipais são quase integralmente financiadas pelos orçamentos municipais é inevitável que este contexto tenha reflexos na sua capacidade de atuação. Nesse aspeto quer o Estatuto das Entidades Intermunicipais quer a Lei das Finanças Locais não corresponderam à tendência de densificação de competências ao nível supramunicipal.

A questão do financiamento é, aliás, tão central como a da própria organização administrativa do País. Se as **CIM mantêm um estatuto equívoco na geometria administrativa**, que o atual regime legal apenas agravou, o financiamento limita qualquer assunção de competências próprias, dado que advirá ou dos parcos envelopes financeiros consignados centralmente ou da sua conjugação com as quotas dos associados.

Apesar do contexto criado, do discurso que se instalou e do menu de intenções de natureza política para a responsabilização regional sem operar a regionalização administrativa, numa opção ideológica de varrer da responsabilidade governamental para um nível onde não reside nem a capacidade de decisão nem a legitimidade política, a realidade é que de 2013 até hoje, **o Estatuto das Entidades Intermunicipais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro não originou nenhum dos desenvolvimentos que lhe estavam subjacentes nem abriu caminho ou viabilizou nenhuma das reformas que ali residiriam.**

O Orçamento para 2016

A CIMAL tem uma estrutura reduzida e em grande medida suportada pelas quotas dos Municípios associados. As transferências expectáveis do Orçamento de Estado representam 11% das receitas, totalizando 127.426,00 euros (com base no valor de 2015). As quotas dos Municípios, que se manterão inalteradas em 2016, representam cerca de 47% das receitas da Comunidade, totalizando 538.800,00 euros.

Ao nível da despesa o principal contribuidor são as Despesas com Pessoal, que totalizam cerca de 42% das despesas orçamentais. Tal facto prende-se, em grande medida, com a indefinição verificada ao nível da execução de projetos passíveis de cofinanciamento, cujos respetivos montantes se encontram a definir para 2016.



De referir que quase todas as despesas contraem em 2016, com uma significativa diminuição dos encargos com empréstimos bancários em cerca de 50%, que passam a representar 13% da despesa, face às amortizações extraordinárias verificadas em 2015. É expectável que se venha a verificar a transferência da responsabilidade do empréstimo relativo ao Sistema de Transferência e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Alentejo Litoral, Aljustrel e Ferreira do Alentejo para a AMAGRA, na sequência de anteriores deliberações relativas à transferência do património, direitos e obrigações inerentes àquele sistema.

Ainda assim, há que ressaltar que este Orçamento é elaborado para um exercício que se reveste de enorme imprevisibilidade. Por um lado, não se antevê a efetivação da tendência para que as Comunidades Intermunicipais assumam novas competências, nomeadamente oriundas da Administração Central. Por outro, e considerando que parte significativa da atividade das CIM se prende com a execução de projetos intermunicipais no âmbito dos quadros comunitários, este exercício corresponde a uma fase de transição entre o QREN 2007-2013 e o arranque do Portugal 2020.

Grandes Opções do Plano

A CIMAL, sendo uma Comunidade Intermunicipal que associa em torno de objetivos comuns os cinco Municípios do Alentejo Litoral, tem como missão a prossecução dos interesses da sub-região, sobretudo aqueles que extravasem as circunscrições municipais e contribuam para a afirmação da identidade sub-regional e para uma mais eficaz defesa dos interesses próprios do território e das suas populações.

Nesse sentido, e atendendo à natureza e ao histórico em concreto do intermunicipalismo na sub-região, é pertinente fixar que a CIMAL é, também, um veículo de reafirmação e valorização da tradição municipalista portuguesa na região, sobretudo no que respeita ao legado do Poder Local Democrático instituído no pós-25 de Abril de 1974.

O ano de 2016 é bastante significativo para Democracia Portuguesa e para o Poder Local. Comemoram-se em abril os 40 da Constituição da República Portuguesa e a realização das primeiras eleições legislativas. Foi a Constituição da República de 1976 que instituiu o Poder Local Democrático, os seus princípios e que honrou a larga tradição municipalista portuguesa. Foi igualmente em 1976, em 12 de dezembro, que se realizaram as primeiras eleições autárquicas universais e livres em Portugal.

A reafirmação dos valores da **Democracia, da Liberdade, da Ética e da Cidadania encontrarão nas prioridades desta CIM um lugar cimeiro**. Esse percurso passa, necessariamente, pela valorização do território, das suas gentes e das suas tradições, e traçar-se-á duplamente: numa



escala que nos permita refletir, a partir do território e com os seus agentes, nas grandes questões do País, mas também de forma a envolver o cidadão no exercício da cidadania e indo ao encontro das novas gerações, estabelecendo uma ponte entre o passado e a história e a construção do futuro.

Por outro lado, a CIMAL continuará a acompanhar as questões de âmbito nacional que relevam para o desenvolvimento regional. Matérias tão determinantes como as Acessibilidades, a Justiça, a Saúde, a Educação, a Reforma do Estado e as iniciativas tendentes ao robustecimento das abordagens locais merecerão a mais empenhada atenção dos eleitos do Alentejo Litoral, na prossecução do interesse público e dos interesses das populações do Alentejo Litoral.

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Alentejo Litoral 2020 terá em 2016 um ano determinante para a realização de investimentos municipais, nomeadamente no âmbito da execução do Portugal 2020 e, mais concretamente, no que respeita à prossecução dos objetivos do PDCT, assinado com as Autoridades de Gestão em 31 de julho de 2015.

O PDCT Alentejo Litoral 2020, que resulta de um processo de planeamento iniciado em 2012, que se substanciou na aprovação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alentejo Litoral 2020, apresentada na Administração do Porto de Sines em 3 de março de 2015 com a presença do Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Dr. Manuel Castro Almeida, constitui um instrumento bastante relevante para o investimento sub-regional. Complementarmente ao PEDU – Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano e às DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária, o PDCT reúne um conjunto de dotações de fundo para o investimento que foi consensualizado no Alentejo Litoral e que mereceu um positivo acolhimento por parte das Autoridades de Gestão, em especial do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020.

Com uma dotação global de 22.830.980,00 euros de fundo, o PDCT inclui financiamentos oriundos do POR Alentejo Litoral 2020, do PO Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (SEUR) e do PO da Inclusão Social e Emprego (ISE), integrando FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, FSE – Fundo Social Europeu e FC – Fundo de Coesão.



As Prioridades de Investimento, e respetivas dotações, constantes no PDCT Alentejo Litoral 2020 são as seguintes:

Prioridade de Investimento		Descrição	Fundo	Dotação de Fundo
4.3.	PORA	Eficiência Energética em edifícios público	FEDER	4.669.295,00 €
5.2.	POSEUR	Combate a Incêndios Florestais	FC	500.000,00 €
6.3.	PORA	Património Cultural e Natural	FEDER	3.146.782,00 €
8.3.	PORA	Empreendedorismo e Emprego	FSE	1.609.836,00 €
8.8.	PORA		FEDER	1.382.979,00 €
9.1	PORA	Inclusão e Igualdade Social e Melhoria de Acesso a Serviços de Saúde e Serviços Sociais de interesse geral	FSE	638.298,00 €
9.1.	POISE			425.000,00 €
9.4.	POISE			340.000,00 €
9.7.	PORA	Equipamentos Sociais	FEDER	1.912.500,00 €
10.1.	PORA	Promoção do Sucesso Escolar	FSE	2.720.000,00 €
10.5.	PORA	Infraestruturas educativas	FEDER	5.586.200,00 €
				22.930.890,00 €

De salientar, igualmente, que os projetos constantes nas PI 4.3., 5.2., 8.3./8.8., 9.1./9.4. e 10.1. estão contemplados no PDCT Alentejo 2020 como áreas prioritárias para a sua execução intermunicipal, ou seja, indo ao encontro do conceito de abordagem integrada para o desenvolvimento territorial, prevê-se que este projetos encontrem na CIMAL a sua dinamização, independentemente das prioridades, opções e ações locais.

De salientar que os projetos relacionados com o Empreendedorismo e Emprego se deverão substanciar numa parceria para a execução, garantindo a complementaridade entre as abordagens e a intervenção de entidades relevantes neste domínio, desde logo o IEFP, mas também a ADL e a ADRAL.

Relativamente às abordagens de carácter social (9.1. e 9.4.), bem como às ações da área educativa (10.1.), mas também na área da eficiência energética (4.3.) estão constituídos e em funcionamento, desde meados de 2015, os grupos de trabalho intermunicipais para assegurar a construção e posterior implementação dos projetos e das suas ações, sendo determinante não apenas a necessidade de encontrar convergências entre as abordagens prioritárias para cada um dos Municípios, mas também o respeito pelas necessidades específicas de cada território e pelas opções que cabem aos eleitos.

No respeitante à temática da Proteção Civil, e dada o contexto regulamentar do Portugal 2020, a opção foi a de privilegiar o domínio de intervenção de Combate aos Incêndios Florestais, e mais em concreto o reequipamento das Corporações de Bombeiros com Equipamentos de Proteção Individual. Tal opção maximiza a experiência da CIMAL, nomeadamente no



relacionamento com as Corporações de Bombeiros, garantindo ao mesmo tempo que os Municípios podem procurar, no âmbito do POSEUR, as melhores soluções locais para investimentos em matéria de Proteção Civil e proteção do território, sendo esta uma área onde existem diferenças de necessidade muito significativas. Contudo, a CIMAL deverá manter-se no acompanhamento da área da Proteção Civil, nomeadamente ao nível do planeamento e prospetiva, garantindo aos Municípios a disponibilização de instrumentos de suporte à decisão e ao investimento.

A Mobilidade Regional, identificada há anos como uma problemática central para o território, no sentido intrarregional e extrarregional, regressou à agenda do dia por diversos motivos, entre os quais: as medidas empreendidas pelo Governo no que respeita à desterritorialização de serviços públicos essenciais, a criação de polos sub-regionais de atração de pessoas nomeadamente na área da Saúde, da Justiça e da Educação, o adiamento da resolução de impasses verificados ao nível das infraestruturas e acessibilidades, bem como publicação do novo Regime Jurídico de Transportes Público de Passageiros que se propõe acometer novas responsabilidades aos Municípios e às Comunidades Intermunicipais. Por isso decorre a elaboração de um Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável ao nível intermunicipal. Este concorreu, nos termos regulamentares do Portugal 2020, para a substância dos PEDU candidatados pelos Municípios, e dar-lhes-á resposta, mas a opção do Conselho Intermunicipal foi a de elaborar um plano com maior largura de banda, dotando o Alentejo Litoral de uma ferramenta que lhe permita fazer face às crescentes exigências nesta matéria.

A área da **Governança** sub-regional, visando uma mais eficiente articulação institucional entre os agentes públicos, privados e o mundo associativo e cooperativo, é fundamental para a prossecução dos objetivos sub-regionais identificados no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Alentejo Litoral e vertidos no PDCT. Neste domínio, as intervenções podem ser materiais, em linha com as grandes opções para a Modernização Administrativa e modelos de governância formais e informais, mas também imateriais, visando a animação de redes de base territorial ou órgãos como o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, sede privilegiada para o acompanhamento e monitorização da estratégia para a absorção e aplicação de fundos estruturais. Aliás, a monitorização dos instrumentos territoriais a aplicar no âmbito intermunicipal será necessariamente um tema premente em 2016, procurando-se garantir um modelo adequado à aferição de impactos e ajustamento do conjunto das intervenções, tendo em vista a prossecução da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial.

A CIMAL prosseguirá, igualmente, os projetos, intervenções e competências assumidas anteriormente e amplamente rotinados. Prosseguirão as competências ao nível do Ruído, da Metrologia, da Formação, da Fiscalização de Elevadores, e da informação e defesa dos direitos



dos consumidores e mediação de litígios de consumo, esta última nos termos contratuais com a DECO. A atividade da Central de Compras, nos termos dos mandatos administrativos firmados, e do Portal Informativo de Cotações manter-se-ão, procurando corresponder às necessidades dos Municípios da CIMAL.

Do ponto de vista interno existem duas prioridades para a Comunidade Intermunicipal: iniciar um processo de modernização dos serviços, nomeadamente do ponto de vista tecnológico, aliviando a carga administrativa, por um lado, mas procurando um incremento da eficiência, por outro, o que se deverá, numa primeira fase, na implementação de um sistema de gestão documental; a valorização dos trabalhadores, pilares fundamentais da organização, criando melhores condições de trabalho e promovendo a melhor conciliação entre a vida profissional e a vida privada, disponibilizando instrumentos e veículos para a sua qualificação profissional e formativa.

A CIMAL, nos termos dos Estatutos das Entidades Intermunicipais, prosseguirá as suas competências e atribuições, no pressuposto de que em seu torno se associam os cinco Municípios do Alentejo Litoral em defesa dos interesses do território e das suas populações, pelo que estando esta CIM disponível para assumir novas responsabilidades e competências, essa efetivação apenas se poderá operar tendo em conta a realidade concreta da Comunidade. Por outro, a necessidade de conjugar a realidade territorial de que dispomos e o espectro de competências conciliáveis, **não podendo uma associação de Municípios substituir-se nem ao Estado Central nem colmatar as lacunas da sua verticalização, transferindo-se artificialmente para a esfera municipal competências e custos.** As Comunidades Intermunicipais, mecanismos de cooperação horizontal, devem ser instrumentais para a atuação municipal quando assim se justifique e estratégicas para os territórios quando tal for determinante para a prossecução daquilo que aos Municípios está acometido.

De salientar, ainda, que 2016 marcará o arranque de um novo ciclo político, previsivelmente numa conjuntura nacional diversa da do ano anterior. Nesse sentido, é legítima a expectativa de que quer a arquitetura do Portugal 2020 quer a sua rígida regulamentação, bem como os instrumentos de política pública ali disponibilizados e em especial as abordagens integradas para o desenvolvimento do território, possam sofrer alterações significativas, indo inclusivamente ao encontro das posições da Associação Nacional de Municípios, dos Autarcas e dos próprios territórios.

Uma reavaliação do processo de desenho do Portugal 2020, atenta a condicionamentos de diversas ordem que subjazeram à sua matriz, pode contribuir muito significativamente para a disponibilização de melhores instrumentos aos Municípios, concorrendo de forma mais determinante para a coesão e para a diminuição das assimetrias regionais.

ORÇAMENTO

2016

RESUMO

Ano :2016
(Unidade: EUR)

Receitas	Montante	Despesas	Montante
Corrente	866.614,00	Corrente	839.216,00
Capital	279.021,00	Capital	306.419,00
Outras Receitas	0,00		
Total	1.145.635,00	Total	1.145.635,00
Total Geral	1.145.635,00	Total Geral	1.145.635,00

ORGÃO EXECUTIVO

ORGÃO DELIBERATIVO

ORÇAMENTO DA RECEITA

Ano : 2016
(Unidade: EUR)

Código	Designação	Montante
RECEITAS CORRENTES		
02	Impostos indirectos	59.645,00
02 02	Outros	59.645,00
02 02 06	Impostos indirectos específicos das autarquias locais	59.645,00
02 02 06 99	Outros	59.645,00
02 02 06 99 99	Outros	59.645,00
04	Taxas, multas e outras penalidades	18.733,00
04 01	Taxas	18.533,00
04 01 23	Taxas específicas das autarquias locais	18.533,00
04 01 23 99	Outras	18.533,00
04 01 23 99 99	Outros	18.533,00
04 02	Multas e outras penalidades	200,00
04 02 01	Juros de mora	100,00
04 02 04	Coimas e penalidades por contra-ordenações	100,00
06	Transferências correntes	788.186,00
06 03	Administração central	127.626,00
06 03 01	Estado	127.426,00
06 03 01 99	Outras	127.426,00
06 03 06	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	200,00
06 03 06 01	FEDER	100,00
06 03 06 02	FSE	100,00
06 05	Administração local	660.560,00
06 05 01	Continente	660.560,00
07	Venda de bens e serviços correntes	50,00
07 02	Serviços	50,00
07 02 99	Outros	50,00
Total da Receita Corrente		866.614,00
RECEITAS DE CAPITAL		
09	Venda de bens de investimento	50,00
09 04	Outros bens de investimento	50,00
09 04 01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	50,00
09 04 01 01	Equipamento de transporte	50,00
10	Transferências de capital	278.971,00
10 03	Administração central	200,00
10 03 01	Estado	100,00
10 03 01 99	Outras	100,00
10 03 07	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	100,00
10 03 07 01	FEDER	100,00
10 05	Administração local	278.771,00
10 05 01	Continente	278.771,00
Total da Receita de Capital		279.021,00
Total Geral		1.145.635,00

ORÇAMENTO DA DESPESA

Ano: 2016
(Unidade: EUR)

01 01 00 Assembleia Intermunicipal

Código	Designação	Montante
	DESPESAS CORRENTES	
01	Despesas com o pessoal	4.330,00
01 02	Abonos variáveis ou eventuais	4.330,00
01 02 13	Outros suplementos e prémios	4.330,00
01 02 13 02	Outros	4.330,00
02	Aquisição de bens e serviços	3.113,00
02 02	Aquisição de serviços	3.113,00
02 02 13	Deslocações e estadas	3.113,00
	Total das DESPESAS CORRENTES	7.443,00
	Total Orgão 01 01 00	7.443,00

ORÇAMENTO DA DESPESAAno: 2016
(Unidade: EUR)**01 02 00 Conselho Intermunicipal e Secretariado Executivo**

Código	Designação	Montante
	DESPESAS CORRENTES	
01	Despesas com o pessoal	478.260,00
01 01	Remunerações certas e permanentes	375.807,00
01 01 04	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho	164.450,00
01 01 04 01	Pessoal em funções	164.450,00
01 01 06	Pessoal contratado a termo	24.675,00
01 01 06 01	Pessoal em funções	24.675,00
01 01 07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	47.902,00
01 01 09	Pessoal em qualquer outra situação	69.344,00
01 01 11	Representação	11.381,00
01 01 13	Subsidio de refeição	14.806,00
01 01 14	Subsídio de férias e de Natal	43.149,00
01 01 15	Remunerações por doença e maternidade / paternidade	100,00
01 02	Abonos variáveis ou eventuais	17.395,00
01 02 02	Horas extraordinárias	3.956,00
01 02 04	Ajudas de custo	10.489,00
01 02 05	Abono para falhas	2.850,00
01 02 12	Indemnizações por cessação de funções	100,00
01 03	Segurança social	85.058,00
01 03 01	Encargos com a saúde	404,00
01 03 02	Outros encargos com a saúde	6.677,00
01 03 05	Contribuições para a segurança social	72.618,00
01 03 05 01	Assistência na doença dos funcionários públicos (ADSE)	43,00
01 03 05 02	Segurança Social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	72.575,00
01 03 05 02 01	Caixa Geral de Aposentações	26.888,00
01 03 05 02 02	Segurança Social - Regime geral	45.687,00
01 03 09	Seguros	5.359,00
01 03 09 01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	5.359,00
02	Aquisição de bens e serviços	294.152,00
02 01	Aquisição de bens	16.395,00
02 01 02	Combustíveis e lubrificantes	9.349,00
02 01 02 01	Gasolina	234,00
02 01 02 02	Gasóleo	9.065,00
02 01 02 99	Outros	50,00
02 01 07	Vestuário e artigos pessoais	100,00
02 01 08	Material de escritório	2.995,00

ORÇAMENTO DA DESPESAAno: 2016
(Unidade: EUR)**01 02 00 Conselho Intermunicipal e Secretariado Executivo**

Código	Designação	Montante
02 01 14	Outro material - Peças	2.251,00
02 01 17	Ferramentas e utensílios	478,00
02 01 18	Livros e documentação técnica	154,00
02 01 21	Outros bens	1.068,00
02 02	Aquisição de serviços	277.757,00
02 02 01	Encargos das instalações	19.208,00
02 02 02	Limpeza e higiene	10.933,00
02 02 03	Conservação de bens	8.908,00
02 02 08	Locação de outros bens	7.152,00
02 02 09	Comunicações	19.633,00
02 02 10	Transportes	550,00
02 02 11	Representação dos serviços	3.211,00
02 02 12	Seguros	1.932,00
02 02 13	Deslocações e estadas	600,00
02 02 15	Formação	104,00
02 02 16	Seminários, exposições e similares	100,00
02 02 17	Publicidade	4.691,00
02 02 19	Assistência técnica	14.000,00
02 02 20	Outros trabalhos especializados	165.974,00
02 02 25	Outros serviços	20.761,00
04	Transferências correntes	31.123,00
04 05	Administração local	6.466,00
04 05 01	Continente	6.466,00
04 05 01 01	Municípios	100,00
04 05 01 04	Associações de Municípios	6.366,00
04 07	Instituições sem fins lucrativos	23.557,00
04 07 01	Instituições sem fins lucrativos	23.557,00
04 08	Famílias	1.100,00
04 08 02	Outras	1.100,00
06	Outras despesas correntes	9.036,00
06 02	Diversas	9.036,00
06 02 03	Outras	9.036,00
06 02 03 01	Outras restituições	1.406,00
06 02 03 02	IVA pago	100,00
06 02 03 04	Serviços bancários	1.158,00
06 02 03 05	Outras	6.372,00
Total das DESPESAS CORRENTES		812.571,00

ORÇAMENTO DA DESPESA

Ano: 2016
(Unidade: EUR)

01 02 00 Conselho Intermunicipal e Secretariado Executivo

Código	Designação	Montante
	DESPESAS DE CAPITAL	
07	Aquisição de bens de capital	175.465,00
07 01	Investimentos	164.865,00
07 01 07	Equipamento de informática	103.935,00
07 01 08	Software informático	43.915,00
07 01 09	Equipamento administrativo	1.000,00
07 01 10	Equipamento básico	15.415,00
07 01 10 02	Outro	15.415,00
07 01 11	Ferramentas e utensílios	500,00
07 01 15	Outros investimentos	100,00
07 03	Bens de domínio público	10.600,00
07 03 03	Outras construções e infraestruturas	10.600,00
07 03 03 13	Outros	10.600,00
08	Transferências de capital	100,00
08 05	Administração local	100,00
08 05 01	Continente	100,00
08 05 01 01	Municípios	100,00
	Total das DESPESAS DE CAPITAL	175.565,00
	Total Orgão 01 02 00	988.136,00

ORÇAMENTO DA DESPESA

Ano: 2016
(Unidade: EUR)

01 03 00 Operações Financeiras

Código	Designação	Montante
	DESPESAS CORRENTES	
03	Juros e outros encargos	19.202,00
03 01	Juros da dívida pública	17.347,00
03 01 03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	17.347,00
03 01 03 02	Empréstimos de médio e longo prazos	17.347,00
03 02	Outros encargos correntes da dívida pública	1.000,00
03 02 01	Despesas diversas	1.000,00
03 05	Outros juros	100,00
03 05 02	Outros	100,00
03 06	Outros encargos financeiros	755,00
03 06 01	Outros encargos financeiros	755,00
	Total das DESPESAS CORRENTES	19.202,00
	DESPESAS DE CAPITAL	
10	Passivos financeiros	130.854,00
10 06	Empréstimos a médio e longo prazos	130.854,00
10 06 03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	130.854,00
	Total das DESPESAS DE CAPITAL	130.854,00
	Total Orgão 01 03 00	150.056,00
	Total Geral	1.145.635,00

PPA

2016

Plano Plurianual de Acções mais Relevantes - Inicial

(Unidade: EUR)

Objectivo	Cod. Classf. Econ	N.º Proj	Designação	FR (1)	F. de Financiamento (2)			Responsável	Datas		FE (3)	Realizado	Despesas							Total Previsto	
					AC	AA	FC		Início	Fim			2016			Anos Seguintes					
													Total	F. Defin	F. N.Defin.	2017	2018	2019	Outros		
020402	010200 0202200000	2015.4 1	Estudos para a Mobilidade Sub-Regional Consultoria	O	0,00	100,00	0,00	CIMAL	01/01/2015	31/12/2016	2	0,00	49.906,00	49.906,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.906,00
020402	010200 0202200000	2016.4 2	Alentejo Litoral + Coeso: AL + Vida AL + Incluso AL + Saudável Serviços Especializados	O	0,00	15,00	85,00	CIMAL	01/01/2016	31/12/2022	0	0,00	288.915,00	0,00	288.915,00	288.915,00	115.566,00	115.566,00	346.698,00	1.155.660,00	
020402	010200 0202200000	2016.5 3	Promoção do Sucesso Escolar, Escola e Sociedade, Modernização e Inclusão Serviços Especializados	O	0,00	15,00	85,00	CIMAL	01/01/2016	31/12/2022	0	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00	400.000,00	160.000,00	160.000,00	480.000,00	1.600.000,00	
030502	010200 0407010000	2016.6 1	Emprego por Conta Própria, Empreendedorismo e Criação de Micro, PME's e Viveiros de Empresas Apoios	O	0,00	0,00	100,00	CIMAL	01/01/2016	31/12/2022	0	0,00	673.829,00	0,00	673.829,00	673.829,00	269.532,00	269.532,00	808.595,00	2.695.317,00	
									Total Geral (Sub Total)					1.412.650,00	49.906,00	1.362.744,00	1.362.744,00	545.098,00	545.098,00	1.635.293,00	5.500.883,00

Legenda:

(1) Forma de Realização

A - Administração direta
E - Empreitadas
O - Fornecimento e outras

(2) Fonte de Financiamento

AC - Administração Central
AA - Administração Autárquica
FC - Fundos Comunitários

(3) Fase de Execução

0 - Não iniciada
1 - Com projeto técnico
2 - Adjudicada
3 - Execução física até 50%
4 - Execução física superior a 50%

ORGÃO EXECUTIVO

ORGÃO DELIBERATIVO

PPI

2016

Plano Plurianual de Investimentos - Inicial

(Unidade: EUR)

Objectivo	Cod. Classf. Econ	N.º Proj	Designação	FR (1)	F. de Financiamento (2)			Responsável	Datas		FE (3)	Realizado	Despesas								Total Previsto
					AC	AA	FC		Início	Fim			2016			Anos Seguintes					
													Total	F. Defin	F. N.Defin.	2017	2018	2019	Outros		
010101	010200 0701070000	2016.1 1	Equipamento da CIMAL Equipamento Informático	O	0,00	100,00	0,00	CIMAL	01/01/2016	31/12/2016	0	0,00	11.685,00	11.685,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.685,00
010101	010200 0701080000	2016.1 2	Equipamento da CIMAL Software Específico	O	0,00	100,00	0,00	CIMAL	01/01/2016	31/12/2016	0	0,00	1.230,00	1.230,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.230,00
010101	010200 0701090000	2016.1 3	Equipamento da CIMAL Equipamento Administrativo	O	0,00	100,00	0,00	CIMAL	01/01/2016	31/12/2016	0	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
010101	010200 0701100200	2016.1 4	Equipamento da CIMAL Equipamento Básico	O	0,00	100,00	0,00	CIMAL	01/01/2016	31/12/2016	0	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
010101	010200 0701070000	2016.3 1	Modernização Administrativa da CIMAL Rede da CIMAL	O	0,00	100,00	0,00	CIMAL	01/01/2016	31/12/2016	0	0,00	92.250,00	92.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.250,00
010101	010200 0701080000	2016.3 2	Modernização Administrativa da CIMAL Sistema de Gestão Documental e ERP	O	0,00	100,00	0,00	CIMAL	01/01/2016	31/12/2016	0	0,00	42.685,00	42.685,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.685,00
020402	010200 0701150000	2016.4 1	Alentejo Litoral + Coeso: AL + Vida AL + Incluso AL + Saudável Outros Investimentos	O	0,00	15,00	85,00	CIMAL	01/01/2016	31/12/2022	0	0,00	123.821,00	0,00	123.821,00	123.821,00	49.529,00	49.529,00	148.585,00		495.285,00
020402	010200 0701070000	2016.5 1	Promoção do Sucesso Escolar, Escola e Sociedade, Modernização e Inclusão Equipamento Informático	O	0,00	15,00	85,00	CIMAL	01/01/2016	31/12/2022	0	0,00	160.000,00	0,00	160.000,00	160.000,00	64.000,00	64.000,00	192.000,00		640.000,00
020402	010200 0701080000	2016.5 2	Promoção do Sucesso Escolar, Escola e Sociedade, Modernização e Inclusão Software Informático	O	0,00	15,00	85,00	CIMAL	01/01/2016	31/12/2022	0	0,00	240.000,00	0,00	240.000,00	240.000,00	96.000,00	96.000,00	288.000,00		960.000,00
020405	010200 0703031300	2002.9 2	Sistema Municipal de Tratamento de RSU Nós de Ligação ET RSU	O	0,00	100,00	0,00	CIMAL	01/01/2002	31/12/2016	4	343.780,46	10.600,00	10.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		354.380,46
030502	010200 0701100200	2016.2 1	Equipamento Metrologia Equipamento Básico	O	0,00	100,00	0,00	CIMAL	01/01/2016	31/12/2016	0	0,00	1.845,00	1.845,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		1.845,00
030502	010200 0701110000	2016.2 2	Equipamento Metrologia Ferramentas e Utensílios	O	0,00	100,00	0,00	CIMAL	01/01/2016	31/12/2016	0	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		500,00
040301	010200 0701100200	2015.3 1	Eficiência Hídrica - Auditoria e Plano de Ação 2.ª Fase	O	0,00	100,00	0,00	CIMAL	01/01/2015	31/12/2016	2	0,00	13.070,00	13.070,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		13.070,00

Plano Plurianual de Investimentos - Inicial

(Unidade: EUR)

Objectivo	Cod. Classf. Econ	N.º Proj	Designação	FR (1)	F. de Financiamento (2)			Responsável	Datas		FE (3)	Realizado	Despesas							Total Previsto		
					AC	AA	FC		Início				Fim		2016			Anos Seguintes				
															Total	F. Defin	F. N.Defin.	2017	2018		2019	Outros
									Total Geral (Sub Total)			699.186,00	175.365,00	523.821,00	523.821,00	209.529,00	209.529,00	628.585,00	2.614.430,46			

Legenda:**(1) Forma de Realização**

A - Administração direta
 E - Empreitadas
 O - Fornecimento e outras

(2) Fonte de Financiamento

AC - Administração Central
 AA - Administração Autárquica
 FC - Fundos Comunitários

(3) Fase de Execução

0 - Não iniciada
 1 - Com projeto técnico
 2 - Adjudicada
 3 - Execução física até 50%
 4 - Execução física superior a 50%

ORGÃO EXECUTIVO

ORGÃO DELIBERATIVO

ANEXOS AO ORÇAMENTO

2016

Responsabilidades Financeiras Resultantes de Compromissos Plurianuais

Mapas das Entidades Participadas

Normas de Execução Orçamental



CIMAL - Anexo ao Orçamento para 2016

Responsabilidades Financeiras Resultantes de Compromissos Plurianuais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - artigo 42.º n.º 3)

Objeto	Fornecedor	Data Contrato	Prazo de execução (dias)	Fim contrato	Preço Contratual (sem IVA)	Classificação Orçamental	2015	2016	2017	2018	2019	anos seguintes
Serviços de advocacia para acompanhamento de processo judicial	José Manuel Carvalho	10-08-2010	1.095	09-08-2013	3.000,00 €	0102 010107	3.690,00 €	3.690,00 €				
Prestação de serviços de aluguer de equipamento de reprografia	XETCOPI	22-07-2014	1.095	21-07-2017	17.442,72 €	0102 020208	7.151,52 €	7.151,52 €	4.171,72 €			
Fornecimento de solução global para suporte à atividade da Central de Compras da CIMAL.	Consultraining	10-02-2015	730	09-02-2017	57.600,00 €	0102 020220	29.520,00 €	35.424,00 €	5.904,00 €			
Prestação de serviços de assessoria na área do ruído.	Alacústica	02-08-2013	1.095	31-07-2016	43.200,00 €	0102 020225	17.712,00 €	10.332,00 €				
Aquisição de serviços de limpeza das instalações da CIMAL, sitas em Grândola, e no Laboratório de Metrologia, sito em Sines.	Jomarlimpa	10-02-2015	365	10-02-2016	8.160,00 €	0102 020202	8.364,00 €	1.672,80 €				
Serviços de aluguer de servidor para alojamento de dados	MEO	24-02-2014	730	24-02-2016	4.795,20 €	0102 020220	1.931,93 €	2.863,27 €				
Aquisição de serviços de auditor externo para verificação das contas do exercício de 2015 -2016	Oliveira Reis e Associados, SROC	20-05-2015	730	19-05-2017	8.000,00 €	0102 020220	2.870,00 €	4.920,00 €	2.050,00 €			
Fornecimento de combustíveis rodoviários em posto de abastecimento público, ao abrigo do Acordo Quadro n.º 1/2012 CC-	Petróleos de Portugal - Petrolgal	18-07-2014	730	17-07-2016	30.000,00 €	0102 02010201	2.841,00 €	234,00 €				
						0102 02010202	18.610,00 €	9.065,00 €				
Serviços de alojamento de caixas de correio eletrónico e alojamento do site da CIMAL	MEO	18-07-2013	1.095	17-07-2016	4.979,88 €	0102 020209	2.037,12 €	1.365,73 €				
Prestação de serviços de voz fixa, móvel, dados, internet	MEO	01-08-2014	730	31-07-2016	13.905,44 €	0102 020209	8.551,85 €	5.884,02 €				
	MEO				3.094,56 €	0102 020209	1.903,15 €	1.254,28 €				
Fornecimento de energia eléctrica às instalações da CIMAL	Edp Comercial	01-10-2014	730	30-09-2016	50.000,00 €	0102 020201	34.604,50 €	19.208,00 €				
Aquisição de serviços de inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas e tapetes rolantes.	Bureau Veritas Rinave, Unipessoal, Lda.	09-03-2015	365	08-03-2016	25.000,00 €	0102 020220	23.062,50 €	7.687,50 €				
Prestação de serviços de manutenção e assistência técnica ao grupo gerador da CIMAL	Auto-Sueco	01-10-2014	730	30-09-2016	785,70 €	0102 020219	483,21 €	362,40 €				
Prestação de serviços para coordenação do projecto "medição zonada em redes de águas"	Diana Santos Cabaço Correia	09-06-2015	365	08-06-2016	9.600,00 €	0102 010107	5.600,00 €	4.000,00 €				
Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Litoral Alentejano	Figueira de Sousa - Planeamento de Transportes e Mobilidade	27-05-2015	365	26-05-2016	73.770,00 €	0102 020220	63.515,98 €	27.221,13 €				
Serviços de assistência técnica ao Sistema de Gestão e Controlo de Assiduidade	DIMEP Europa - Sistemas de Ponto e Acesso, S.A.	09-02-2015	730	08-02-2017	340,00 €	0102 020219	209,10 €	209,10 €				
Serviços de assessoria informática para acompanhamento do centro de dados, postos de acesso e serviços informáticos da CIMAL	Valter Roberto Borges Pereira	30-12-2014	1095	29-12-2017	43.200,00 €	0102 010107	17.712,00 €	17.712,00 €	17.712,00 €			
TOTAIS							163.332,78 €	111.114,53 €	12.125,72 €	- €	- €	- €

Aquisição equipamento para projecto de medição zonada das redes de distribuição de água	HUBEL e ITRON	ainda não foram celebrados	540		63.082,09 €	0102 07011002	64.522,96 €	13.068,01 €				
-----------------------------------------------------------------------------------------	---------------	----------------------------	-----	--	-------------	---------------	-------------	-------------	--	--	--	--



CIMAL - Anexo ao Orçamento para 2016
Mapa das Entidades Participadas (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - artigo 46.º n.º 2 c))

Entidade	NIF	% de Participação	Valor da Participação
ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.,	504236091	8%	39.903,83 €
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413		
Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano	503341479		
ARECBA - Agência Regional de Energia do Centro e Baixo Alentejo	504668102		



NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Artigo 1.º - Objeto

O presente normativo contém as disposições aplicáveis à execução do Orçamento da CIMAL para o ano de 2016, as quais são complementares aos diplomas legais que, no seu conjunto, constituem o quadro normativo legal.

Artigo 2.º - Execução orçamental

1. Na execução dos documentos previsionais dever-se-á ter sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria. A assunção de encargos geradores de despesa deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.
2. Os serviços da CIMAL são responsáveis pela gestão dos meios financeiros afetos às respetivas áreas de atividade e tomarão as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, em obediência às medidas de contenção de despesa e de gestão orçamental definidas pelo Executivo.
3. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a preservar o equilíbrio financeiro, obriga:
 - a) ao registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em anos anteriores que tenham fatura ou documento equivalente associado e não pagos, cumprindo o disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2018, de 21 de junho;
 - b) ao registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos de anos anteriores sem fatura ou documento equivalente associado;
 - c) ao registo de todos os compromissos contratualizados para 2016, de acordo com o plano de assunção da despesa e cumprindo o disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2018, de 21 de junho.

Artigo 3.º - Modificações aos documentos previsionais

1. O Conselho Intermunicipal, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais efetuando modificações orçamentais para permitir a utilização das dotações disponíveis.
2. As dotações inscritas no Orçamento, comparticipadas por Fundos Comunitários ou outros, só poderão ser utilizadas para reforços de outras iniciativas no valor da contrapartida da CIMAL.



Artigo 4.º - Arrecadação de receita

1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrada além dos valores inscritos no Orçamento.
2. Os montantes creditados em contas bancárias da CIMAL que não seja possível reconhecer até ao final do ano económico é liquidado como receita da CIMAL, mediante autorização do Presidente do Conselho Intermunicipal.
3. A receita cobrada nos termos do número anterior é regularizada desde que os clientes apresentem os respetivos comprovativos de depósito ou transferência bancários.

Artigo 5.º - Realização de despesa

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os princípios e regras definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.
2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:
 - a) verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;
 - b) registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
 - c) emitido um número de compromisso sequencial válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda/requisição ou documento equivalente.
3. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis.
4. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental, ou seja, no caso das atividades relevantes/investimentos, se estiverem inscritas no Orçamento e no PPA/PPI, com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e, no caso das restantes despesas, se o saldo orçamental na rubrica respetiva for igual ou superior ao valor do encargo a assumir.

Artigo 6.º - Assunção de compromissos plurianuais

1. Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, fica autorizada, pela Assembleia Intermunicipal, a assunção por parte da CIMAL de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos na LCPA, no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e demais normas de execução de despesa, e que resultem de projetos, ações ou procedimentos de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e que os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.



2. O Conselho Intermunicipal poderá delegar no Presidente do Conselho Intermunicipal a assunção de compromissos plurianuais, relativas a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do nº 1, até ao montante permitido por Lei, no âmbito do regime de contratação pública.

3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Intermunicipal, deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

Artigo 7.º - Autorizações assumidas

1. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento as seguintes despesas:

- a) Vencimentos e salários;
- b) Remunerações de contratos de tarefa ou avença;
- c) Encargos de empréstimos;
- d) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes.

2. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades no âmbito de Operações de Tesouraria.

Artigo 8.º - Dúvidas sobre a execução do Orçamento

As dúvidas que se suscitarem na execução do Orçamento e na aplicação deste normativo serão resolvidas por despacho do Presidente do Conselho Intermunicipal.

ANEXO II

ORÇAMENTO DE ENTIDADES PARTICIPADAS

(alínea c) do n.º2 do art.º 46.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro)

Entidades Participadas

Nome da entidade	N.º Contribuinte	% de Participação	Valor
AMBAAL – Associação de Município do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	501144587	7,1	0,00 €
CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (Empréstimo)	509075541	13,8	68.117,14 €
AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente	501144587	14,28	500,00 €
CIMBAL – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo	509761534	7,1	26.935,08 €
ANMP – Associação Nacional Municípios Portugueses	501627413	0,28	4.218,00 €
ADEMO – Associação para Desenvolvimento Municípios Olivícolas Portugueses	504345346	5,62	1.447,95 €
AMPV – Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	1,3	1.000,00 €
MOBITRAL – Mobílias Tradicionais Alentejanas, EM	506357880	87	43.500,00 €
ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, CRL	502149248	7,28	25.049,88 €
CRBA – Conservatório Regional do Baixo Alentejo	503375241	5,88	248,77 €
COTR – Centro Operativo e Tecnológico de Regadio	504777181	3,1	1.968,50 €

ANEXO III

CIRCULAR N.º 86/2015-PB da ANMP

(Associação Nacional de Municípios Portugueses)



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**

Exmo.(a) Senhor(a)

Presidente

ASSUNTO: Quadro Plurianual Municipal.

N/Ref: Circ. 86/2015-PB

Data: 25.09.2015

Em 2014, através da Circular n.º 108/2014/AG, de 01/10/2014, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) remeteu a V.Ex.^a o seu entendimento relativo à elaboração do “Quadro Plurianual Municipal”, previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (Lei de Finanças Locais).

Não tendo havido qualquer evolução na temática em causa, reafirmamos o conteúdo inserto na missiva então enviada, que remetemos agora novamente a V.Ex.^a, em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Geral

Rui Solheiro

Exmo(a). Senhor(a)

Presidente

N.º. Ref.ª. CIR_108/2014/AG

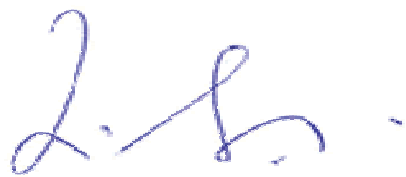
Data: 01.10.2014

Assunto: **Quadro plurianual municipal**

1. São muitas dezenas os Municípios que têm vindo a contatar a ANMP, em relação à elaboração do **“Quadro Plurianual Municipal”**, previsto no art.º 44.º da Lei n.º 73/2013 (Lei de Finanças Locais – LFL).
2. O referido **“Quadro Plurianual Municipal”** carece da regulamentação estabelecida no art.º 47.º da mesma Lei, o qual dispõe que **“Os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei”**.
O decreto-lei a que se refere o art.º 47.º **deveria pois ter sido aprovado até 3 de janeiro de 2014**, sendo que, mesmo que fosse publicado nos próximos dias, não permitiria a sua aplicação pelos Municípios no processo de preparação dos documentos previsionais para 2015, em curso.
3. Acresce que, nos termos do n.º 3 do art.º 47.º da LFL, **“os limites (a que se refere o n.º 2 do mesmo artigo) são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento.”**
Ora **não podem os Municípios** correr o risco **de aprovar documentos vinculativos para 2016 cuja regulamentação não existe**.
Por outro lado, a não tipificação de documentos com o conteúdo dos que estão em causa, impedirá a realização de quaisquer análises integradas e sujeitam os Municípios à posterior verificação discricionária do Tribunal de Contas, com os resultados desastrosos que são conhecidos pelos mesmos.
4. Assim, **a ANMP entende não estarem criadas as condições legais para o cumprimento do art.º 44 da lei n.º 73/2013**, por omissão legislativa do Governo desde 3 de janeiro de 2014.
A ANMP considera que o planeamento plurianual não poderá ter quaisquer consequências vinculativas para 2016, independentemente do carácter voluntário de qualquer exercício que os Municípios entendam desenvolver, no âmbito do respetivo processo de planeamento.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário-Geral da ANMP

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Rui Solheiro', with a stylized flourish at the end.

Rui Solheiro